

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Juliano Baltazar Pereira

“Sente o negro drama”: emparedamento, uma expressão subjetiva do racismo.

Mestrado em Psicologia Clínica

SÃO PAULO

2025

Juliano Baltazar Pereira

“Sente o negro drama”: emparedamento, uma expressão subjetiva do racismo.

Mestrado em Psicologia Clínica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção de título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof^a Dr^a Edna Maria Severino Peters Kahhale.

SÃO PAULO

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Juliano Baltazar Pereira

Título: “Sente o negro drama”: emparedamento, uma expressão subjetiva do racismo.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção de título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação da Profª Drª Edna Maria Severino Peters Kahhale.

Banca examinadora:

Profª Drª Edna Maria Severino Peters
Kahhale – PUCSP (Orientadora)

Profª Drª Angelina Pandita-Pereira - UFBA

Profº Drº Márcio Farias – PUCSP

Em memória de Jurandir Baltazar Pereira.
“Quem semeia amor deixa sempre saudade”
(Candeia)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - nº 88887.701531/2022-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – nº 88887.701531/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Jurandir Baltazar Pereira, que não pôde ver o resultado deste trabalho, mas foi um pilar essencial tanto no orgulho da minha raça, quanto ao incentivar meus estudos. Um dia você me disse que éramos o exemplo de quando o aprendiz supera o mestre, essa é uma das poucas coisas que discordo de ti. A morte é o apagar da memória e você sempre estará presente entre nós. À minha mãe, Rita de Cássia Pereira, pelo carinho, apoio nos momentos difíceis, e, sobretudo, por uma vida de dedicação e trabalho que jamais poderão ser devidamente recompensados. Ao meu irmão, João Vitor Pereira, pelo companheirismo e pelas horas de discussões sobre nossas experiências com o racismo, além de diálogos sobre filmes, séries e política. Não me considero um entusiasta incondicional da instituição família, mas pessoas são valiosas, e vocês são as maiores — “coincidentemente”.

À Edna Kahhale, que nesse processo foi muito mais do que uma orientadora, sendo um apoio inestimável nos momentos difíceis que 2023 me trouxe. Minha gratidão pela paciência, zelo, carinho e incentivo.

Aos membros da banca: Márcio Farias, uma grande referência militante e intelectual na busca por uma esquerda marxista que “retorne ao seu lugar” na análise social do Brasil; e Angelina Pandita-Pereira, que considero um dos grandes nomes de uma geração mais jovem de pesquisadores da Psicologia Histórico-Cultural, além de militante e pessoa querida que me orientou no TCC e apresentou a obra de Lídia Bozhovich, figura fundamental para este trabalho.

Ao meu grupo de pesquisa, a "velha guarda": Margoth Cruz, Jamille Khouri e Júlia Costa, que me acolheram na PUC e se tornaram amigas importantes. Conhecê-las, por si só, já fez valer a pena minha passagem pela PUC. Aos mais novos do grupo: Carol Ferreira, Beatriz Sobania, Kaique Fontes e Paola Ladário, pela parceria e pelas trocas nas orientações. Ao conjunto do Lessex, pelos debates proporcionados, com destaque às colegas da graduação Nathalie Hernandez e Letícia Prado, que fizeram dupla comigo em atendimento individual e no grupo terapêutico.

Ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus coletivos, em especial ao Coletivo Negro Minervino de Oliveira, pela camaradagem e pela formação teórica e prática, com seus

caminhos e descaminhos ficou o aprendizado que somente a luta organizada pode mudar nossas condições e que, o tempo do coletivo nem sempre coincide com o anseio individual.

Ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, que, embora eu tenha estado distante nos últimos anos, tornou este trabalho possível por conta dos anos de estudo coletivo do método de Marx e da educação popular.

A todos os familiares que estiveram comigo e que, mesmo indiretamente, foram uma força importante para a continuidade deste trabalho, sobretudo nos momentos em que o luto bateu à porta, são pessoas especiais e me sinto realmente muito privilegiado. Destaco meu primo Sandro Oliveira, figura de grande importância intelectual, que me apresentou Marx.

À Mariana Soeiro, companheira em grande parte desta jornada e apoio fundamental para meu ingresso no mestrado. Obrigado pela paciência, carinho, correções e contribuições reflexivas importantes que estão presentes no resultado final.

Ao Lucas Silva, pela camaradagem e pelas parcerias na militância, um irmão que o partido me deu.

Ao "Logão das massas", pelas cervejas e pelas trocas teóricas, políticas e de vivências como negros em ambientes brancos. Ao meu parceiro Caio Brunheira, com seu humor inigualável, fundamental em momentos que a vida parece nos oferecer pouco brilho. Vocês me são grandes heranças de Campinas.

Ao Renato Legrady, parceiro de TCC e agora de boemia, um amigo essencial para quem deseja levar a vida com alguma leveza.

À Paula Davoglio, uma nova companhia com quem compartilhei, entre outras reflexões, o drama de finalizar um trabalho acadêmico.

Ao Willians Meneses, a quem devo grande parte da bibliografia utilizada neste trabalho, além de muita experiência e aprendizado no seio do movimento negro.

À minha ex-psicóloga, Barbara Turci, que foi importante para o ingresso e durante parte dessa trajetória, não apenas em um processo de escuta, mas de reflexões fundamentais para dar continuidade no processo da dissertação.

Aos amigos do "Resenha", parceiros da adolescência e da vida adulta, com quem atravessei "da ponte pra lá". As experiências relatadas cotidianamente foram um grande combustível para a reflexão deste estudo. Destaco meu parceiro Bruno Cabral, vulgo Guedão, que foi um apoio inestimável quando tudo virou trevas novamente em 2023. Foi minha grande companhia de boemia e compartilhou comigo o emparedamento vivenciado nas festas da galera progressista do centro expandido.

Aos artistas de rap e funk, especialmente aqueles citados neste trabalho. A arte tem o poder de captar e refratar as contradições do cotidiano de maneira lúdica e criativa, mobilizando de maneira intensa emoções e sentimentos. Sem a arte esse estudo seria impossível.

À Mônica, assistente de Coordenação do Programa de Psicologia Clínica, pela paciência e disposição para me ajudar quando tive problemas referente a obrigações curriculares.

Àquelas pessoas que de maneira indireta contribuíram para essa pesquisa, mas que não pude citar nominalmente aqui.

Ao CAPES, pelo apoio financeiro.

RESUMO

O presente estudo investiga a dimensão subjetiva de uma contradição particular vivenciada por parte da população negra brasileira que experimentou alguma mobilidade social no contexto contemporâneo. O estudo fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural e utiliza como método o materialismo histórico-dialético. O trabalho se divide em duas partes: em um primeiro momento, utiliza-se uma pesquisa exploratória no qual foram selecionados estudos a partir dos temas: relações raciais e desenvolvimento humano; em um segundo momento se apoia em dois tipos de materiais empíricos: letras de rap e funk e vinhetas clínicas provenientes da prática psicoterapêutica, que ilustram os conflitos subjetivos associados ao emparedamento. Os resultados que chegamos é que a internalização do racismo estrutura as dinâmicas psicológicas desses sujeitos, podendo gerar o que denominamos de emparedamento: uma experiência de isolamento e cisão entre a nova posição social conquistada e a identidade construída em sua antiga condição de classe e raça. Tal fenômeno, além de ser consequência de contradições estruturais, manifesta-se como um conflito interno, onde o sujeito sente-se deslocado tanto no novo ambiente social quanto em relação à sua comunidade de origem. A investigação busca ampliar o debate sobre o impacto do racismo na subjetividade de pessoas negras em mobilidade social e contribuir para a Psicologia Crítica e Social no Brasil.

Palavras chave: emparedamento; relações raciais; psicologia histórico-cultural; psicologia clínica; dimensão subjetiva.

ABSTRACT

The present study investigates the subjective dimension of a particular contradiction experienced by a segment of the Black Brazilian population that has undergone some degree of social mobility in the contemporary context. The research is grounded in Cultural-Historical Psychology and employs historical-dialectical materialism as its method. The work is structured into two parts. Initially, it approaches an exploratory review, selecting studies on racial relations and human development. This review emphasizes the historical trajectory of racial issues in Brazil and their contemporary articulation with neoliberalism and the expansion of a "Black middle class.". Subsequently, the study draws on two types of empirical materials: rap and funk lyrics, and clinical vignettes derived from the author's psychotherapeutic practice, which illustrate the subjective conflicts of Black individuals associated with what is termed "emparedamento" (a state of confinement). The results indicate that the internalization of racism structures the psychological dynamics of these individuals, potentially leading to what we define as "emparedamento": an experience of isolation and division between the new social position achieved and the identity identity shaped by their previous class and racial condition. This phenomenon is a consequence of structural contradictions, but also manifests as an internal conflict, wherein individuals feel displaced both in their new social environments and in relation to their community of origin. The study seeks to broaden the discussion on the impact of racism on the subjectivity of Black individuals undergoing social mobility and to contribute to Critical and Social Psychology in Brazil.

Keywords: confinement; racial relations; cultural-historical psychology; clinical psychology; subjective dimension.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	12
1- INTRODUÇÃO -----	15
1.1- Nos gritaram negro!-----	16
1.2 - Racismo em sua dimensão objetiva e subjetiva.-----	18
1.3 O problema do método-----	24
1.4 - Caminho percorrido.-----	25
2 - RAÇA, RACISMO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL -----	27
2.1 - Raça e Racismo-----	28
2.2 - O ser negro-----	31
2.3 - Racismo e totalidade social.-----	36
2.4 - Superexploração e racismo-----	40
2.5 - Neoliberalismo enquanto nova supremacia-----	46
2.6 - Neoliberalismo e o Brasil-----	51
2.7 - Neoliberalismo e a “questão racial”-----	55
3- A IDEOLOGIA RACISTA CRIA O SUJEITO À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA ---	65
3.1 - A internalização ou subjetivação da ideologia-----	68
4 - EXPRESSÕES DO NEGRO DRAMA: O EMPAREDAMENTO EM SUA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA. -----	91
4.1 - A dimensão objetiva do emparedamento como uma expressão do negro drama.-----	92
4.2 - A especificidade do emparedamento-----	100
4.3 - O emparedamento expresso em músicas.-----	102
4.4 - O emparedamento nas vinhetas clínicas-----	116
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	125
6- REFERÊNCIAS: -----	130

APRESENTAÇÃO

Do alto do quarto andar da PUC-SP, entre prédios de alto padrão, distante e parcialmente coberto por nuvens, é possível observar o pico do Jaraguá, que demarca um passado e presente em minha vida. O caminho do distrito de Pirituba¹ à Perdizes², via linha 7 Rubi da CPTM, transcende um mero trajeto geográfico. Cruzar a marginal Tietê é como cruzar dois universos diferentes, da periferia ao centro expandido, no qual mudam-se costumes, dialetos, hábitos e aspirações. O trabalho é a principal motivação desses dois mundos se cruzarem, via pontes de asfalto ou coberta por trilhos.

Neste exato momento em que escrevo, o distrito ao lado de Pirituba, o distrito do Jaraguá, tem sido um palco de tensões entre o Estado e a população. Um rapaz, negro de 24 anos, foi morto pela Polícia Militar onde, como de costume, a versão da instituição é diferente da descrita por vizinhos³. Como retaliação, alguns ônibus foram queimados pelos bairros, o que aumentou a tensão e boatos de toque de recolher no início da noite.

Na PUC, um grupo de estudantes convidam para a compra de ingressos para uma festa universitária, outro grupo de alunos militantes comentam sobre o custo de mais de três salários mínimos e meio a mensalidade em Psicologia. Conversas de corredor falam sobre o desespero dos trabalhos finais do semestre e a expectativa com as férias. O tema da violência normalmente é falado em terceira pessoa.

Ainda que guarde diferenças importantes, há muito mais semelhanças entre a PUC-SP e a universidade do qual me graduei, a Anhembi Morumbi⁴, de que com o meu bairro. Angustiado, me fechei na identidade enquanto negro e periférico, tudo foi assimilado a partir dali. No mesmo ano de 2013 veio à tona a tese de D’Andrea (2013) “*A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na cidade de São Paulo*”, que possibilitou me situar e entender

¹ Pirituba é um distrito do município de São Paulo localizado na zona norte de São Paulo, embora comumente falamos em “zona noroeste” que nos parece mais preciso.

² Perdizes é um distrito de médio e alto padrão em São Paulo, localizado na zona Oeste.

³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/25/tres-onibus-sao-destruidos-apos-morte-de-morador-por-policias-na-zona-norte-de-sp.ghtml>

⁴ A Universidade Anhembi Morumbi é uma instituição privada de ensino superior que em 2013 (ano em que ingressei na universidade) foi vendida 100% para o grupo estadunidense Laureate. Nos anos seguintes a universidade passou por uma transformação direcionada para uma maximização do lucro, cortando gastos com infraestrutura, políticas de permanência e substituição de professores para redução de salários. Essa adequação acelerou a instituição a se adequar cada vez mais intensamente a uma faculdade *fast food*, denominação que ficou popular entre faculdades e universidades que limitam o tripé ensino, pesquisa e extensão somente ao primeiro e com uma qualidade reduzida, já que o objetivo é a lucratividade. em 2020, os polos de ensino da Laureate no Brasil foram compradas pela Ânima, um dos grandes grupos de educação no país.

melhor os próprios incômodos com a universidade, ainda que novas contradições se constituíram a partir desse momento.

Passei a me ver enquanto uma cisão entre o novo mundo universitário e o velho habitar do bairro. Para além dessa divisão sóciogeográfica, havia o drama de ser um estudante negro no curso de Psicologia, onde percebi que não era somente o imaginário social que distanciava minha imagem da de um psicólogo. O número de pessoas negras era incrivelmente baixo, não muito diferente em outras turmas do curso.

O ingresso na universidade, em 2013, ocorreu em um ano peculiar. A crise do capital, cuja manifestação mais aguda se deu em 2008 nos países centrais, atingiu o Brasil com maior intensidade por volta de 2011 e 2012, desencadeando uma série de manifestações e greves por parte dos trabalhadores e da juventude. Contudo, foi em junho de 2013 que a situação tomou proporções mais intensas. A revolta contra o aumento das passagens de ônibus e trem/metrô foi o estopim para grandes mobilizações com múltiplas pautas e reivindicações. Não posso dizer que essas manifestações despertaram meu interesse político, já que isso o rap havia feito desde o início dos anos 2000. No entanto, foi indiscutivelmente o motor que refinou e ampliou tal interesse.

Mas e a Psicologia? Logo no primeiro semestre, em uma disciplina introdutória às principais abordagens e epistemologias das ciências psicológicas, fui apresentado à Psicologia Sócio-Histórica⁵, cujo principal expoente é Lev Vigotski. Desde o início, essa perspectiva despertou meu interesse por trazer um sentido mais social à Psicologia. Em 2015, realizei uma iniciação científica que buscou relacionar as principais categorias da Psicologia Social da chamada "Escola de São Paulo", grupo liderado por Sílvia Lane na PUC-SP, com a categoria de "sujeito periférico", tese de doutorado de Tiarajú Pablo D'Andrea. Essa foi uma primeira tentativa de articulação da Psicologia com problemas concretos de nosso momento histórico.

Mas em 2017, último ano de graduação, faço meu TCC junto a orientação da prof. Dra. Angelina Pandita Pereira, que me apresenta a autora Lídia Bozhovich e propõe um tema de pesquisa voltado a investigar o estado da arte dos estudos sobre emoções e sentimentos na Psicologia Histórico-Cultural. O trabalho permitiu conhecer de maneira mais sistemática o que estava sendo produzido no tocante ao tema, mas também permitiu se aprofundar um pouco mais na obra de uma autora pouco conhecida no Brasil, que se destaca por enfatizar o papel das emoções como motor para o desenvolvimento da personalidade.

⁵ Não iremos adentrar nas diferenças entre as duas abordagens, no contexto desse trabalho, nos limitaremos a dizer que ambas se propõe partir do materialismo-histórico e dialético e tem Vigotski como um dos pilares. Para um debate de mais fôlego, conferir em Toassa, Asbahr e Proença (2022).

Esses estudos serão um prelúdio para esse trabalho. Os estudos sobre o problema racial terá maior força já na militância política, sobretudo na atuação junto ao Coletivo Negro Minervino de Oliveira, coletivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que para além da formação teórica, proporcionou a práxis com as políticas organizadas em São Paulo e outros Estados no Brasil.

A formação e os novos desafios

Embora tenha trabalhado durante boa parte da graduação, minha vida profissional deu um salto qualitativo após a formação, levando-me a uma nova posição social. No entanto, formar-se em meio a uma crise econômica, política e social triplicou os desafios. As poucas oportunidades de emprego me levaram a explorar uma área pela qual pouco havia me interessado na graduação: a clínica, mais especificamente, a psicoterapia. Esse campo trouxe dificuldades adicionais, especialmente pela escassez de estudos que articulassem a Psicologia Histórico-Cultural/Sócio-histórica e a prática psicoterapêutica. Assim, a demanda era integrar as necessidades singulares trazidas pelas pessoas atendidas com os aspectos universais da realidade brasileira, marcada pela nossa condição de país dependente na era neoliberal.

Por ser um psicólogo negro – uma raridade no mercado de trabalho – uma parcela significativa de pacientes negros procurou meu serviço motivada pela identificação racial. Como o custo da psicoterapia ainda é elevado para grande parte da população, boa parte dessas pessoas pertencia a setores médios da sociedade. Esse grupo trouxe questões que motivaram minha pesquisa. Para além das queixas relacionadas ao racismo institucional ou atitudes racistas de pessoas brancas, emergiram incômodos mais complexos, ligados às contradições das próprias aspirações ou ao sentimento de dever com a coletividade negra.

Dentre os temas recorrentes estavam receios como a perda de uma "essência", a dificuldade de manter relações com velhos amigos e o medo de trair uma causa. Além disso, surgiu a dificuldade de lidar com o próprio "sucesso", acompanhado de um certo temor ou incapacidade de reconhecer plenamente a posição alcançada.

Foi nesse momento que me veio à mente o álbum *Nada Como Um Dia Após o Outro Dia* (2002), dos Racionais MC's, cujas temáticas principais giram em torno de uma contradição sintetizada na música "Negro Drama". O negro que alcança uma nova posição social, do ponto de vista da renda, não deixa de ser negro. Essa realidade, embora amplie possibilidades e resolva problemas como a pobreza e o acesso a serviços, traz consigo novas contradições. Tais tensões emergem tanto nas relações sociais – ao frequentar ambientes mais brancos e elitizados ou lidar com reações daqueles que não puderam acessar essa posição –

quanto no âmbito interno, marcado por dilemas morais, metamorfoses de interesses e transformações identitárias.

A pesquisa inicialmente consistia em uma sistematização das principais contribuições da teoria da personalidade de Lídia Bozhovich, com o objetivo de explorar como suas categorias poderiam auxiliar na compreensão das contradições internas vivenciadas por parte das pessoas negras que experimentaram alguma mobilidade social. Contudo, os apontamentos realizados pela banca de qualificação indicaram como sugestão a inversão no foco da investigação. Assim, o problema racial deveria ocupar o centro da análise, não apenas como um aspecto particular utilizado para validar a relevância da teoria da autora.

Essa mudança foi fundamental para redefinir o objeto da pesquisa, culminando no que denominamos de "emparedamento". O termo, também sugerido pela banca, ilustra a contradição vivenciada por essas pessoas negras, que se encontram entre as tensões de sua nova posição social.

Espero que este trabalho contribua minimamente para o enfrentamento de um duplo desafio: avançar no debate racial a partir de uma leitura marxista do mundo e contribuir para a direção de uma psicologia concreta – como formulada por Vigotski e Politzer – que, no contexto da realidade brasileira, necessariamente deve incluir a questão racial. Qualquer avanço, ainda que pequeno, nesses dois fronts já torna este esforço de pesquisa algo que valeu a pena.

1- INTRODUÇÃO

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos?,
 Que sete anos!
 Não chegava nem a cinco!
 De repente umas vozes na rua
 me gritaram Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
 “Por acaso sou negra?” – me disse
 SIM!
 “Que coisa é ser negra?”
 Negra!
 [...]
 (Victoria Santa Cruz)

“Não dá pra fugir, dessa coisa de pele”
 (Jorge Aragão)

1.1- *Nos gritaram negro!*

“Como é a sensação de ser um problema?” (DU BOIS, 2021, p. 21). Essa é a pergunta subjacente aos olhares que revelam a estranheza apontada por Du Bois na relação entre o negro e o mundo. O século XXI trouxe a quarta revolução industrial, mas o problema da linha de cor permanece como um dos alicerces estruturais das relações sociais. A pergunta que Du Bois identifica de maneira implícita no ato hesitante ou compassivo do branco ressurge, no negro, com raiva ou melancolia. Ao se olhar no espelho, a indagação é inevitável: “Por que eu sou um problema?”

“Também obrigou todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, a receberem certa marca [...]” (Apocalipse 13:16). Tal marca não é apenas na mão direita ou na testa, fizeram de nossos corpos um signo bestial, e se expande para nosso andar, o jeito de falar e em qualquer forma de expressão. Mas raramente isso é explicitado. A máscara descrita por Fanon (2008) adquire aqui outra função: ela torna a estrutura racista mais refinada e insidiosa. Por trás do sorriso falso e do olhar de espanto, surgem frases como: “*Você é psicólogo?*”, “*Nossa, como você é inteligente!*” ou, disfarçada de compaixão: “*Eu não sei como é sofrer como você; deve ter sido tão difícil chegar aqui, como você é especial*”. Sob esses disfarces, prevalece o olhar de ódio ou pena. Uma ideia pré-estabelecida me precede.

Li em Roedel (2020) sobre a maldição de Cam e como essa narrativa foi utilizada, valendo-se da autoridade da Bíblia, para justificar a escravidão: pessoas arrancadas de suas

terras, levadas a outro continente e submetidas a trabalho forçado sob o risco de punições brutais. Após quatro séculos, a escravidão pereceu, sufocada pelos limites à acumulação de capital e pelas novas exigências do modo de produção burguês. Contudo, embora a servidão formal tenha desaparecido, a “maldição” permaneceu, ganhando novas facetas adaptadas às dinâmicas da sociedade burguesa.

Ao tomar consciência dessa marca, tudo ao redor se torna uma grande incerteza. “*Esse olhar é de cumprimento ou desprezo?*”, “*O sorriso é de flerte ou zombaria?*”. Quando tudo se torna ambíguo, a ansiedade ou mesmo a paranoia passam a dominar a esfera emocional. Assim, “aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal” (Fanon, 2008, p. 109). As respostas a esse fenômeno variam: por vezes, há a negação completa, a ponto de ocorrer uma dissociação, onde o sujeito passa a ver na máscara o seu próprio rosto. Surge a tentativa de uma “redenção de Cam”, tanto para si quanto para sua prole. Outras vezes, o isolamento total junto aos pares é a solução: “Já que o mundo me nega, eu também o nego.” Há ainda aqueles que optam por serem duas vezes melhores e quem sabe forçarem sua entrada no mundo branco. Subjetivamente, porém, o caos permanece e junto uma sensação de que “não há apelo pro inferno, nem oração lá pra cima” (Facção Central, 1998). Estamos todos condenados ao sofrimento racial.

Ao retomarmos Fanon (2008), percebemos como o problema racial é ainda mais complexo do que aparenta. Em *Peles Negras, Máscaras Brancas*, o autor nos conduz pelas experiências individuais e coletivas, destacando as contradições presentes nas atitudes das pessoas negras que a atividade é marcada por uma luta pela humanização, que, em um mundo dominado pela supremacia branca e pelo legado colonial, frequentemente se traduz em uma tentativa de assemelhar-se ao seu opressor. Em outras palavras, há uma busca por compensar a suposta inferioridade aspirando igualar-se ao branco.

Fanon evita qualquer visão simplista ou unilateral sobre a vivência da população negra. Ele não a coloca como um sujeito passivo na internalização e reprodução do racismo. Diante da herança de uma sociedade estruturada colonialismo, o negro age de forma ativa, a partir das possibilidades que lhe são disponíveis, mesmo que, em muitos casos, suas ações reforcem as mesmas correntes que o aprisionam nessa relação.

O mérito dessa abordagem é justamente escapar de uma interpretação essencialista ou reducionista do problema racial, algo que Gilroy (2012) denominou de “absolutismo étnico”. Essa perspectiva evita atribuir às raças características imutáveis ou transcendentais, situando

tanto o branco quanto o negro como construções sócio culturais. Ao fazer isso, desmistifica ambos e os posiciona no fluxo da história.

A visão reducionista sobre o problema racial tende a produzir uma metafísica da raça (Barros, 2019), em que se assume que as raças e seus conflitos sempre existiram. Um exemplo dessa concepção é a compreensão idílica do continente africano pré-navegações europeias. Essa ideia, além de anacrônica, já reflete uma construção ocidental do passado, como demonstra Mudimbe (2019). Antes do contato europeu, a África era um continente caracterizado por uma imensa diversidade cultural, social e política, bem como por suas próprias contradições. A noção de um "africanismo homogêneo" não resiste aos indícios históricos.

Avançar na compreensão do problema racial exige superar uma perspectiva rousseauiana de que existiria uma essência negra pura, supostamente corrompida pela modernidade branca. Isso, no entanto, não significa ignorar as transformações profundas e devastadoras trazidas pela colonização europeia e a construção das raças. Da mesma forma, não se pode tratar o branco como um receptáculo do mal, predestinado à colonização ou à dominação sobre outros povos. Tanto o negro quanto o branco são construções históricas, frutos de complexos processos sociais.

1.2 - Racismo em sua dimensão objetiva e subjetiva.

O processo de expansão mercantil europeu, impulsionado pela chegada às Américas, gerou uma crescente demanda por força de trabalho escravo. Enquanto a população originária resistia fortemente à escravização, os "servos temporários"⁶, europeus eram insuficientes para suprir as necessidades do novo sistema econômico. Nesse contexto, o continente africano tornou-se a solução. Embora a escravidão já existisse na África, a partir do século XVI ela adquiriu um novo significado: o escravo tornou-se mercadoria, podendo ser vendido e transportado em larga escala. Com a intensificação do comércio transatlântico, a escravidão no continente africano atingiu níveis sem precedentes. Como pontua Blackburn (2003), a demanda por escravizados alterou profundamente a configuração social e econômica da África, assim, "se a escravatura foi uma prática de todas as sociedades humanas, nenhum

⁶ A servidão temporária ou servidão por contrato foi uma forma de trabalho em que voluntariamente a pessoa assinava um contrato para trabalhar de maneira servil nas colônias por um tempo determinado em troca de alimentação e após o término do contrato ficaria livre e receberia um pedaço de terra.

continente conheceu, durante um período tão longo (séculos XVII-XIX) uma sangria tão contínua e tão sistemática como o continente africano”. (M’Bokolo, 2009, p. 209).

É apenas em um segundo momento que as ideias de raça passam a ganhar centralidade por conta da necessidade de justificar o trabalho escravo em um período em que ganhava força a ideia de humanidade. Gradualmente, consolidou-se a figura do negro como a antítese do humano, representando a alteridade em oposição ao ideal eurocêntrico de humanidade, cujo referencial era o homem branco. Nesse sentido, pontua Walter Rodney (2022, p.116) que “o fato é que nenhum povo pode escravizar outro por séculos sem desenvolver a noção de que é superior e, no momento em que a cor e outros traços físicos dos povos subjugados eram tão diferentes, essa noção de superioridade assumiu a forma de preconceito racista”.

Como muito bem sintetizou Aimé Césaire (2020, p. 09, grifos do autor): “*A Europa é indefensável*”. A ideia de raça e o racismo foi igualmente a base ideológica que justificou a colonização do continente africano no final do século XIX, promoveu as mais diversas atrocidades, como vemos em Ambike, uma cidade ao oeste de Madagascar que teve um acordo de paz rompido pelos colonizadores franceses:

Os atiradores de elite tinham ordens para matar apenas homens, mas não foram detidos; intoxicados pelo cheiro de sangue, não pouparam uma mulher, nem uma criança... No final da tarde, sob a ação do calor, uma pequena névoa se elevou: era o sangue das cinco mil vítimas, a sombra da cidade que evaporou ao pôr do sol. (Césaire, 2020,p.22).

Observamos no depoimento a ilustração do que Marx enfatizou em seu capítulo 24 d’O Capital, sobre a assim chamada acumulação primitiva:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela é uma potência econômica. (Marx, [1890]/2013, p. 821).

A violência e brutalidade do período colonial, que envolve o massacre de povos inteiros e o trabalho escravo, portanto, não é uma anomalia ou algo marginal ao sistema capitalista, mas parte elementar de sua existência.

A modernidade capitalista, como observa Marx ([1857/58]/2013), foi marcada pela exploração massiva das Américas, da África e da Ásia:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da

conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista .

O nascimento do capitalismo, diferente da visão romântica que seus ideólogos propagaram teve como mecanismo fundamental a violência como potência econômica (Castelo, 2021), que não se limitava a baionetas e balas, mas a todo um sistema político e econômico - como a dívida pública - que promovia o empobrecimento e destruição das massas pobres dos países centrais e dos povos nos continentes africanos e das américas. Tal violência não se restringe somente aos primórdios do capitalismo, esse processo de expropriações permaneceu pelo decorrer dos séculos e se mantém até os dias atuais, no qual não precisamos sequer olhar para fora do país para nos depararmos com esse fenômeno, basta ir ou estar em bairros periféricos, comunidades quilombolas e de povos originários.

Fica claro a relação entre capitalismo e a problemática racial, tanto em seu nascimento do racismo como. Se a modernidade possibilitou “a história como história universal” (MARX, [1857/58]/2013,p. 62), tal processo ocorre na medida que exclui parcela significativa da humanidade colocando-a enquanto um *não-ser* (Fanon, 2008).

Farias (2022) faz um resgate histórico-filosófico sobre a ontologia negativa do negro. Para o autor, no advento da modernidade, o conflito entre a nascente burguesia e a velha ordem, consolidou a Europa e sua dominação sob o restante do globo. Isso possibilitou a imposição de sua concepção de mundo - eurocentrismo (Amin, 2021) - e assim a explicação da realidade segundo seus princípios e interesses. E como mostra Farias (2022, p.109):

é justamente nessa elaboração abstrata que reside uma contradição. A afirmação da liberdade, igualdade e fraternidade diante das contradições de classe emergentes na própria Europa, como a entrada do proletariado na arena política dessa nova sociedade e, por outro, a subjugação dos escravizados no sul global.

É diante de tal contradição que se o *ser* passa a se afirmar enquanto negação da humanidade do *não-ser*, “cria-se o negro enquanto categoria ontológica na filosofia europeia burguesa: o do não ser” (Farias, 2022, p. 109). A categoria de raça vai se consolidando durante os séculos e tem sua expressão máxima no racismo científico no século XIX.

Essa análise geral traça os elementos centrais para a compreensão do problema da raça, especialmente sua conexão com o capitalismo e a modernidade. Embora seja crucial situar a questão racial em uma perspectiva global, também se torna essencial considerar suas particularidades no Brasil. Como aponta Gilroy (2012), é necessário transcender as fronteiras

nacionais para compreender a identidade racial de forma ampla, ao mesmo tempo em que se reconhece a interação entre o global e o local (Tomich, 2011).

A partir de uma analogia à música *Negro Drama*, um clássico dos Racionais MC's, Márcio Farias (2022) utiliza a expressão para representar as experiências que marcam a trajetória de pessoas identificadas enquanto negras, em um mundo estruturado pela ideologia de raças. O termo "drama" simboliza as contradições e conflitos que permeiam essas vivências. O racismo, sendo um dos pilares fundamentais da sociedade capitalista, atribui ao negro um conjunto de significados que, ao serem internalizados, passam a moldar sua visão de mundo, sua esfera afetiva e motivacional, promovendo sofrimentos profundos. Esse sofrimento pode se manifestar por meio de inseguranças, distorções da realidade, autoflagelação, entre outros fatores que prejudicam a atividade e o bem-estar subjetivo do indivíduo.

Mas se o racismo é uma estrutura construída durante séculos, não se pode perder de vista que este é algo fluído, ele se desenvolve de acordo com sua relação com a totalidade social, não é algo fixo e imutável. Quais os traços específicos do “ser negro” hoje

No atual período histórico Farias (2022, p.180) aponta como tivemos uma “[...]espécie de rearranjo na mobilidade e circulação da população negra”; isso tem implicações importantes na dimensão subjetiva já que a mudança de posição promove novas possibilidades de experiências.

Esse rearranjo foi possível graças à conjuntura favorável para as forças progressistas na primeira década do século XXI. Porém, embora tenha tido avanços significativos para a população mais precarizada em que grande maioria é negra, a forma de como isso se deu foi contraditória. Em outro trabalho (Baltazar-Pereira, 2023) utilizei a categoria *social-liberalismo* a partir do trabalho de Rodrigo Castelo (2013) para conceber o período Lula e Dilma, no qual uma das marcas foi o aumento do poder de consumo da parcela mais precarizada da classe trabalhadora. Diante de um programa que mantinha os alicerces neoliberais junto a políticas sociais, como ações afirmativas e programas de transferência de renda, parcela significativa da população negra pôde ter acesso a serviços e ambientes - como o universitário - que anteriormente não lhe era possível. Entre estes serviços citados, a psicoterapia está incluída. Em um momento em que a discussão e cuidados da saúde mental

está em alta e os índices envolvendo o adoecimento mental demonstram uma maior parcela da população negra compondo esses números ⁷.

Um aspecto destacado por Farias (2022) é o alargamento da identificação positiva da identidade negra. Em trabalhos clássicos como os de Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza, a identificação racial positiva era mais restrita a pessoas negras de classes médias ou militantes. Contudo, durante o período dos governos Lula, esse processo expandiu-se para setores mais amplos da classe trabalhadora. Essa transformação é ilustrada em pesquisas como a do Datafolha, que revela que 72% dos homens pretos consideram-se atraentes⁸, sugerindo um autoconceito e uma autoestima mais positivos.

Entretanto, a ascensão da extrema-direita enquanto força política organizada, somada à crise global que define o cenário pós primeiro período lulista, impõe novos desafios à população negra, especialmente àqueles oriundos da classe trabalhadora. Esses fatores intensificam "o dilema hodierno do negro brasileiro", que consiste em "saber se houve transformações nas velhas formas do seu viver ou se tudo permaneceu do jeito que foi sendo" (Farias, 2022, p. 180).

Por um lado, é nítido que ocorreram mudanças nas condições de vida, ao menos para uma parcela da população negra que experimentou ganhos econômicos, alcançou maior qualificação profissional e conquistou certa estabilidade. Por outro lado, a disparidade nos indicadores socioeconômicos, como expectativa de vida e acesso à saúde, entre negros e brancos, permanece grande. Esse cenário é agravado pelo recente desgaste do poder de compra dos setores médios e do proletariado, que impacta de forma desproporcional a população afrodescendente. Além disso, observa-se o aumento da violência policial: ser um jovem negro ainda amplifica significativamente as chances de ser vítima de homicídio⁹.

Do ponto de vista da subjetividade, algumas contradições assumem novas formas, trazendo desafios inéditos. Uma dessas contradições será o tema central deste trabalho: o conflito que emerge em uma parcela da população negra que experimentou alguma

7

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/como-o-preconceito-racial-afeta-a-saude-mental-da-populacao-negra/>

⁸ <https://noticiapreta.com.br/homens-pretos-se-sentem-atraentes-diz-pesquisa/>

⁹ Conferir números do Atlas da Violência 2024. Disponível no link: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

mobilidade social. Essa parcela frequentemente se encontra isolada, pois a barreira racial impede sua plena incorporação no novo espaço social alcançado. Ao mesmo tempo, ela já não consegue se identificar com sua antiga condição. Essa contradição, em sua dimensão psicológica ou subjetiva, denomino **emparedamento**, pois, fenomenologicamente, o sujeito vivencia essa experiência como estar entre-salas, em um não-lugar.

Esse fenômeno, do ponto de vista sociológico, já era perceptível na obra de Florestan Fernandes ([1964]/2008). Ele observou a incipiente classe média negra na primeira metade do século XX, que, ao mesmo tempo em que negava as grandes massas negras pobres, vivia em tensão com a classe média branca. Esse cenário permanece atual na análise de Clóvis Moura (2014), que investigou a classe média negra em São Paulo no final da década de 1980. Apesar de mudanças pontuais, a situação alterou-se muito pouco em relação ao observado por Fernandes. A classe média negra continua sendo minoritária tanto em relação à maioria da população negra, que permanece em condições precarizadas, quanto em comparação à classe média branca.

Em relação à psicologia, temos grandes clássicos como *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo* (1945), de Virgínia Bicudo, e *Tornar-se Negro* (1983), de Neusa Souza Santos, nos quais, com base na psicanálise, analisam como pessoas negras, especialmente de setores médios, lidam com uma sociedade racista. Do ponto de vista da psicologia crítica e marxista, Márcio Farias (2022) menciona o baixo número de materiais dentro da Psicologia Sócio-Histórica voltados ao tema das relações raciais. Quando se utiliza o termo "Psicologia Histórico-Cultural", os resultados não são melhores.

Ambas têm como proposta o materialismo histórico-dialético como base epistemológica e metodológica, isto é, dispõem-se a realizar uma análise que vai do abstrato ao concreto ou, como disse Lenin, uma "análise concreta de uma situação concreta" (Lenin, 1920, citado por Tse-Tung, [1937]/1999). Nesse sentido, é fundamental avançar no conhecimento da dimensão subjetiva do racismo, tanto em seu conteúdo—que consiste em uma compreensão da estrutura e das expressões culturais do racismo—quanto em sua dinâmica, ou seja, como ele opera psicologicamente e quais são seus mecanismos internos.

Como já mencionado, Fanon (2008), ao trazer à tona a dimensão das vivências e atitudes negras, contribui para um olhar não reducionista das determinações sociais do racismo. Para o autor, processos psicológicos como o complexo de inferioridade do

colonizado possuem uma origem objetiva: "inicialmente é econômico" e, posteriormente, "pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade" (Fanon, 2008, p. 28), transformando-se em marcas profundas na personalidade. No entanto, esse processo não ocorre de maneira linear ou simplista.

Apoiando-se principalmente na psicanálise, Fanon busca explicar os mecanismos internos que organizam e mediam a experiência do racismo, constituindo um aparato psíquico complexo que não se reduz a um reflexo direto de fatores externos. Trata-se, portanto, de uma relação dinâmica com componentes internos, resultando em uma síntese específica para cada indivíduo. É importante notar que suas formulações gerais, que sugerem que as determinações objetivas geram, em última instância, uma subjetividade particular, apresentam afinidades com a abordagem de autores soviéticos como Vigotski ([1929]/2000, 2021a) e Bozhovich (1976).¹⁰

1.3 O problema do método

Um dos desafios de estudar a subjetividade é que só podemos fazê-lo por intermédio de elementos objetivos nos quais ela se expressa. Ao estudar um discurso, captamos uma parte dessa subjetividade, mas nunca ela por inteiro, o que pode nos levar a equívocos. Como ferramentas para avançar na análise, utilizo o materialismo histórico-dialético.

O economista russo Illarión Kaufmann (1848-1915), em uma crítica a *O Capital*, de Marx, descreve de maneira sintética—e perspicaz—o método de investigação do autor alemão na obra, o que levou Marx a incluir a citação em seu prefácio da segunda edição¹¹:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social[...]. Desse modo, o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio[...] (Marx,[1890] 2013, p.89).

¹⁰ Margoth Nandes da Cruz (2024) realizou um estudo sobre as possíveis relações entre a Psicologia histórico-cultural e Frantz Fanon partindo da categoria de sociogenia.

¹¹ Illarion Ignatyevich Kaufman - economista russo . Em 1864-1869 estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Kharkov . Em maio de 1872, publicou uma resenha científica do primeiro volume d' *O Capital* de Karl Marx , que, na opinião de Marx, apresentava com precisão seu método dialético.

Portanto, o método tem como princípio que a matéria precede a ideia, assim como a realidade está em constante movimento, sendo necessária a incorporação da lógica dialética para captá-la. O materialismo é a premissa que permitiu a Marx ([1890] 2013) "desvirar" Hegel, que se encontrava de cabeça para baixo, preso às grades do idealismo. Mas a premissa, como o próprio termo sugere, é apenas o início de um longo caminho para a análise do objeto. É preciso identificar os nexos internos do objeto, "as leis do fenômeno", mas não apenas as leis que o regem, mas, sobretudo, "a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento".

O método criado por Marx e Engels é um exercício analítico que busca explicar o movimento do real. Como o autor diz no prefácio da primeira edição d'O Capital: "[...] na análise das formas econômicas"—que podemos expandir para outras áreas das ciências humanas—"não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos" (Marx, [1890]/2013, p.78).

Althusser (2013) assinala que abstração, para Marx, não significa algo inexistente, criado pela imaginação, mas, ao contrário, trata-se do exercício de desvincular o objeto de sua totalidade para conseguir "enxergá-lo mais de perto". O objetivo é identificar certos nexos que seriam impossíveis de observar estando no conjunto caótico em que o todo se apresenta, para, em seguida, colocá-lo novamente na totalidade. Agora, porém, não enquanto algo misterioso e incompreensível, mas inteligível. Somente assim se faz possível compreender o movimento do real.

1.4 - Caminho percorrido.

Nosso objeto neste trabalho é a dimensão subjetiva de uma contradição surgida na sociedade capitalista, resultante da relação entre suas classes sociais e raças. O ponto de partida são as estruturas sociais, como o modo de produção e as relações sociais, observadas em um dado período histórico. A partir dessa base, analisam-se alguns elementos da superestrutura, entendida como um complexo aparato que entrelaça instituições públicas e da sociedade civil. Por fim, chega-se ao indivíduo e à sua formação enquanto personalidade.

A subjetividade não é um epifenômeno da realidade objetiva. Embora os sistemas psicológicos, em sua etapa superior, tenham como substância as relações sociais, eles possuem uma dinâmica e leis próprias. Para explorar as especificidades da psique humana, apoio-me sobretudo em Bozhovich e seus colaboradores, assim como em Vigotski.

A categoria de vivência, elaborada por Vygotski (2012a), considerada por ele a unidade mais básica de análise da situação social do desenvolvimento, oferece um importante avanço analítico para a compreensão da unidade sujeito-meio. Isso permite aprofundar uma compreensão não mecanicista de como o social, em última instância, constitui o psicológico.

Em um primeiro momento, apresento uma perspectiva sobre raça e racismo, sua gênese e função na sociedade capitalista. Posteriormente, será explorado como se dão os mecanismos de internalização do racismo, como ele se estrutura internamente no sujeito e suas implicações na atividade humana. Por fim, aprofundaremos o conceito de emparedamento, entendido como uma contradição particular vivenciada por uma parcela da população negra, analisando como isso se manifesta psicologicamente.

Para investigar o emparedamento, será realizada uma análise histórica da dinâmica de classes sociais e suas camadas em relação à população negra. Em um segundo momento, serão utilizados dois tipos de material: letras de músicas de funk e rap, que sintetizam elementos importantes do emparedamento e, por serem produtos de consumo de massa, indicam tendências na concepção de mundo da camada social que representam—adultos e jovens de setores médios e da classe trabalhadora em geral; e vinhetas clínicas, que ilustram o fenômeno a partir de uma perspectiva da clínica, mais especificamente da psicoterapia.

Quando Márcio Farias e Emiliano de Camargo David (2020) perguntam se “Pode a psicologia escutar?” em relação à demanda da população negra, levantam um questionamento contundente sobre como essa ciência e profissão têm lidado com a problemática racial, dado que frequentemente concebem uma visão de sujeito abstrata e balizada por parâmetros europeus.

A partir dessa crítica ao nosso fazer enquanto campo do conhecimento, a expectativa é que a investigação teórica sobre o racismo no Brasil e suas consequências subjetivas—que nos levou até a contradição denominada de emparedamento—possa contribuir para investigações e intervenções mais concretas sobre a experiência racial. Que o sujeito não seja compreendido apenas como um reflexo unilateral da situação objetiva, nem como uma subjetividade desvinculada da totalidade social.

2 - RAÇA, RACISMO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

“Quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão”. (Moura, 2021, p.27)

“*Quando você tomou conhecimento sobre sua raça?*”, tal pergunta sempre produz uma infinita variedade de histórias; para as pessoas brancas, provavelmente não faz surgir grandes memórias, sequer conseguem apontar um momento que marque essa descoberta. Completamente diferente é a situação das pessoas negras. Observando casos clínicos ou minha história pessoal, esse momento da “descoberta” lembra o que Fanon (2008) chamou de um peso inusitado que se impõe ao se deparar com uma dura realidade de experienciar o significado atribuído aos nossos corpos, acontecimento que normalmente vem a ser uma situação de violência.

“*Por que você não passa branquinho pra ficar igual a gente?*”. Permitam-me novamente parafrasear Fanon, pois nenhuma chance é oferecida já que logo na tenra infância, antes de qualquer domínio da capacidade de generalização e abstração para organizar a realidade em forma de conceitos - se quisermos recorrer a Vigotski -, o mundo sem qualquer atenuação se coloca contra você. Após o impacto, o constrangimento, nada internamente pode ainda ser nomeado, mas as marcas da vivência permanecerão e sobre sua base se consolidará todo um arranha-céu. Atividades e experiências futuras poderão ajudar a organizar essas feridas do passado e torná-las conscientes a depender de como for orientado, “*essa foi a primeira vez que me vi enquanto preto*”, reflete anos mais tarde. Então o dilema, *tornar-se negro*, no sentido que coloca Neusa Santos Souza ([1983]/2021) ou sucumbir?

2.1 - Raça e Racismo

Não há como falar de raça e racismo sem que se realize, ainda que de maneira resumida, um resgate histórico e se demarque uma posição em torno de um extenso debate sobre o tema, tanto em que esse fenômeno consiste como em sua gênese.

O racismo é um fenômeno moderno que se constitui na sociedade capitalista (Williams [1944]/2012; Cox 1948, citado por Pico, 2024). Ideias sobre raça já circulavam em períodos anteriores no que Cox chamou de “protodiscriminação racial”, algo mais próximo de uma intolerância e preconceito cultural contra outros povos, mas que não era um sistema de crenças em torno de certas características fenotípicas e culturais como podemos observar no racismo moderno. Este começará a ganhar corpo somente após a expansão nas Américas, não por acaso, quando se inicia um sistema mundial pela primeira vez na história. Há uma ideia

muito enraizada no pensamento contemporâneo de conceber raça e racismo como algo dado, a-histórico e essencialista, uma tautologia que explica o racismo pela raça e esta como um axioma.

Por conseguinte, o olhar ao passado tende a ser explicado a partir desse princípio de que as raças sempre existiram, de maneira fixa e imutável, algo natural. Mesmo um viés que busca ser crítico à ideia dominante que atribui qualidades superiores à raça branca, sendo isso o que explicaria sua supremacia, por vezes acaba sobrevalorizando supostos atributos positivos inerentes ao negro sem questionar a ideia de raça. Essa perspectiva acaba por reforçar uma ideia eterna de raça.

A autora Gwendolyn Midlo Hall (2017) aponta que, em grande parte, nosso olhar ao passado passa por uma projeção ao acreditar que a escravização dos povos africanos se deu por acreditarem que esses eram inferiores por serem negros. Esse erro se deve ao fato de estarmos em um período no qual a raça e o racismo já estão bem construídos e naturalizados, levando-nos a inverter causa e consequência — “no início era raça” — e essa diferença natural entre os sujeitos que gerou a escravidão moderna. Mas o europeu não escravizou os africanos por eles serem negros; o próprio conceito de “negro” não era ainda algo muito consolidado nesse período.

Walter Rodney ([1972]/2022) segue uma linha semelhante e enfatiza que a motivação do europeu ao buscar força de trabalho escrava em países africanos não se deu por esses serem negros, por um impulso racista. “Proprietários de terras e minas europeus escravizaram pessoas africanas por motivos econômicos, de modo que o trabalho delas pudesse ser explorado” (Rodney, 2022, p. 117). Eric Williams ([1944]/2012) lembra que, no caso inglês, os primeiros explorados nas colônias foram os brancos pobres em forma de uma servidão temporária. No Brasil também tivemos esse tipo de relação de trabalho, embora por aqui o tráfico de escravizados negros teve uma relevância nas relações de produção precocemente se comparado aos britânicos. Portugal já utilizava do comércio de escravos para obter lucros vendendo para Espanha e Itália no século XV, também utilizou em seu próprio território por um déficit populacional (Gorender, [1978]/2016).

Em relação à necessidade do europeu em buscar trabalhadores africanos, Rodney ([1972]/2022) aponta dois grandes problemas: primeiro, que a população europeia era muito pequena para o envio da força de trabalho que as colônias demandavam; já a população originária dos continentes foi em boa parte exterminada por resistirem à invasão e à tentativa de sua subjugação por parte dos colonos.

Quanto ao negro e sua associação à escravidão e inferioridade, “a própria palavra ‘escravo’ é derivada de ‘eslavo’”[...] (Hall, 2017, p. 28), o que indica que a noção de raça, embora já existisse, não associava os povos de pele escura à escravidão e à discriminação que havia em relação a esses trabalhadores, mas os eslavos que pareciam ocupar tal lugar. Mais adiante, a autora pontua que “na Espanha e Portugal medievais, pessoas de pele escura eram muitas vezes identificadas como conquistadores e governantes, não como escravas” (Hall, 2017, p. 28), assim como “muitos povos de pele escura apareciam no final do século XI, não como escravos, mas como guerreiros, conquistadores, governantes, bardos e músicos” (Hall, 2017, p. 32).

O intercâmbio de escravos já ocorria no continente africano ao menos desde o século VII com a chegada dos árabes-muçulmanos (M’Bokolo, 2011; Blackburn, 2003; Gorender, [1978]/2016; Lovejoy, 2002), mas é possível falar em uma distinção qualitativa em relação a escravidão moderna já que esta passa a ocupar o centro econômico de muitos países no continente, frente a escravidão marginal antes do comércio triangular; outra diferença é que a escravidão anterior não existia uma ligação racial, para falar a verdade, a noção de raça tinha um menor impacto no continente africano, as distinções tribais eram um marcador mais relevante da diferença entre os povos. É somente a partir do surgimento de uma ideia que colocava a Europa no centro do mundo enquanto o ideal de humanidade, que Amin (2021) chama de Eurocentrismo, que agrupará esses povos de pele escura como negros, um processo muito recente em termos históricos. Eric Williams ([1944]/2012, p. 34), a partir de sua análise voltada sobretudo à economia política, conclui que “a escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão” e como consequência a ideologia da raça e o racismo. O comércio triangular que se formou entre Europa, África e América, impulsionou a acumulação de capital, possibilitando força motriz o suficiente para tal salto de qualidade no modo de produção do período (Williams, [1944]/2020). Por uma série de fatores que não poderemos dar conta de expor neste trabalho, será na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX que teremos a 1ª Revolução Industrial, que modifica profundamente a relação de produção do capital, onde o acontecimento central foi a inversão da relação entre indústria e comércio. Anteriormente, segundo Marx ([1890]/2013), era a supremacia comercial que gerava o predomínio industrial; posteriormente, o contrário, a supremacia industrial trouxe com ela a supremacia comercial.

Mas, como diz Blackburn (2003, p. 626), “Quer algum outro caminho tenha sido possível ou desejável, a verdadeira transição à industrialização capitalista teve de passar por trocas extensas com as *plantations* escravistas”. Não haveria Manchester, Birmingham e

Sheffield, cidades centrais na Revolução Industrial, se não houvesse o grande enriquecimento de cidades como Liverpool, Bristol e Glasgow via escravidão nas Américas.

É nesse momento que também se consolida na Inglaterra o empirismo e o liberalismo nos planos filosófico e econômico (Losurdo, 2006; Farias, 2022). O curioso é que hoje o liberalismo, na figura de seus defensores, se coloca como a principal força a ter se oposto e promovido a derrocada da escravidão, entretanto, essa concepção filosófica-política esconde uma história obscura. Como pontua Losurdo (2006, p. 45, grifo do autor), “a escravidão não é algo que permaneça não obstante o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso”. Não há qualquer anomalia ou estranhamento nessa constatação, grandes nomes do liberalismo, como John Locke e John Calhoun, defenderam e lucraram com a escravidão em seu tempo (Losurdo, 2006). No Brasil, o liberalismo também conviveu harmoniosamente com a escravidão, como nos demonstra Clóvis Moura (2014) ao complementar o que Caio Prado Jr. (1998) denominou de “a era do liberalismo”. Sobre a hegemonia do liberalismo e pós-revolução industrial é que a escravidão verá seu cume do ponto de vista de produtividade nas colônias e tráfico de escravos. “O total da população escrava nas Américas somava aproximadamente 330.000 ao ano de 1700, chegou a quase três milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de mais de 6 milhões nos anos ‘50 do séc. XIX” (Blackburn, 1997, p. 3 citado por Losurdo, 2006, p. 47). Esse aumento exponencial foi possibilitado pela nova dinâmica de produção impulsionada pela indústria. A escravidão não pode ser compreendida como um processo linear e único, nem do ponto de vista internacional, nem mesmo no Brasil. A partir das reflexões de Dale Tomich (2011) e o que denominou de segunda escravidão, Marquese e Parron (2011) e Marquese (2013) afirmam, a partir de uma revisão histórica, que o pensamento hegemônico que coloca a escravidão como algo contínuo e imutável do início ao fim é um equívoco, assim como conceber o século XIX como “século da emancipação” (Marquese, 2013, p. 52). No século XIX, a Revolução Industrial destruiu o sistema escravista em diversas colônias, assim como no Haiti, tivemos a primeira e única revolução realizada por escravos que foi bem-sucedida. Porém, no sul dos Estados Unidos, com a produção de algodão, em Cuba, com a produção de açúcar, e no Brasil, com a produção de café, a escravidão foi potencializada por novos costumes que se constituíram em setores médios e entre trabalhadores da Europa e Estados Unidos. A invenção do café da manhã e até uma importância para peças íntimas (Blackburn, 2016) são exemplos de novas práticas culturais que impulsionaram a produção.

Essa inflexão no século XIX, que produziu uma mudança qualitativa no sistema mundial, é chamada de segunda escravidão.

Blackburn (2016, p.19) sinaliza que “essa nova escravidão americana tinha caráter ainda mais intensamente racial do que seu antecessor colonial”, principalmente por conta de pessoas negras livres que nesse período aumentaram de número. Foi também uma forma de realizar a manutenção do sistema escravista e conter os abolicionistas. Ao longo do século XIX, reforçam-se e ampliam-se estereótipos relacionados à raça, assim como doutrinas relacionadas à propriedade e interesses nacionais. Entre outros fatores para a derrocada da segunda escravidão, estão a aceleração do próprio tempo a partir da revolução industrial (Marquese, 2020) e a guerra civil nos Estados Unidos que colocou fim ao sistema escravista no sul do país, provocando o desmoronamento da escravidão em Cuba e, por fim, no Brasil. A segunda escravidão elucida que não há uma oposição entre escravidão e capitalismo; pelo contrário, ela foi peça fundamental para o capitalismo não somente em sua acumulação primitiva, mas como um dos motores para a revolução industrial, fortalecendo-se durante a hegemonia liberal e terminando somente na fase superior do capitalismo, que Lênine ([1917]1977) denominou de imperialismo, um período de formação de grandes cartéis e monopólios, uma junção entre capital industrial e bancário e transferência de capitais para países periféricos. A segunda escravidão também nos traz elementos para pensar a particularidade brasileira na divisão internacional do trabalho, as tensões raciais aqui e as soluções encontradas pelas elites para lidar com os desafios impostos.

2.2 - O ser negro

Farias (2023) faz um importante resgate histórico para a apreensão da ontologia negativa, uma ideia construída sobre os africanos e seus descendentes por parte da Europa. Ele realiza uma articulação entre as forças produtivas e o pensamento hegemônico da burguesia ao longo dos séculos escravistas. Aponta como a contradição entre ser e o não-ser ganha corporeidade no renascimento e seguirá sob outras expressões hegemônicas do pensamento burguês ao avançar dos séculos, como no Iluminismo e no Liberalismo. A noção abstrata de liberdade e igualdade, fora do campo das ideias, mostra-se impossível na sociedade burguesa, seja por conta de sua divisão de classes, na qual o proletariado emerge enquanto sujeito político, tal como os negros escravizados nas colônias. A ideia de raça passa a ser a base explicativa da escravidão e posteriormente da colonização e superexploração.

Mesmo o Materialismo Histórico-dialético, tanto na figura de pensadores quanto de suas organizações, não foi capaz de avançar suficientemente sobre a problemática racial.

O cume do pensamento burguês ocorre no seu período enquanto classe revolucionária diante da antiga ordem feudal e do domínio político aristocrata. Diante da necessidade de apresentar-se enquanto portadora dos interesses universais contra a antiga ordem, lançou sua palavra de ordem: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Marx ([1890]/2013) ironiza a formalidade do lema que, embora não seja uma completa falácia, certamente se trata de uma verdade parcial, uma representação dos interesses da nova classe dominante. A Liberdade é a liberdade de intercâmbio entre mercadorias por parte de seus possuidores; ao proletário resta apenas sua força de trabalho para colocar à venda; Igualdade, já que formalmente todos se relacionam como possuidores de mercadoria e trocam equivalentes, e a força de trabalho será trocada ao seu valor correspondente; a fraternidade a história tratou de demonstrar tão logo a burguesia tomou o poder, o quão vazia ela era; quando em 1848 o proletariado francês se insurgiu e exigiu sua parte na revolução contra a monarquia nas jornadas de fevereiro, a fraternité transformou-se em pólvora e baionetas, resultando em um banho de sangue que massacrava milhares de prisioneiros em Paris (Marx, [1850]/2015). Portanto, a formulação burguesa enquanto uma igualdade entre os “homens” não consegue avançar para além de um humanismo formal, pois não pode contemplar de fato os trabalhadores devido à própria necessidade de exploração do trabalho por parte do capital. Mas havia uma parcela da população mundial, base importante para todas as grandes mudanças na Europa, que não foi contemplada sequer dentro dos marcos abstratos dessa definição de humano: a população negra. “Nesse sentido, o ser enquanto ser se afirma a partir da negação da humanidade do outro. Nesse caso específico, cria-se o negro enquanto categoria ontológica na filosofia europeia burguesa: o do não ser.” (Farias, 2022). A afirmação do europeu enquanto humano se construiu na negação dessa humanidade para a população africana e seus descendentes. Farias (2023) assinala a contradição do pensamento desse período, pois, à medida que superou a antiga concepção dos privilégios de uma aristocracia cuja superioridade foi designada por Deus, e assim exigia direitos universais, isso não contemplou uma parcela importante da humanidade. A ideia de raça e suas distinções permaneceram no pensamento europeu e foi um determinante importante para o que Farias (2022, p. 111) chama de “[...] ideia distinta de África em que escapa a realidade complexa [...]”, colocando-a como algo primitivo, simples e inferior.

Oliver Cox (1948, citado por Pico, 2024) aponta Juan Ginés de Sepúlveda como o pioneiro na justificativa ideológica para o racismo, “Ele idealizou uma justificativa lógica razoável para a situação de exploração irreprimível. Isso claramente respondia a uma necessidade urgente de uma explicação autorizada. O mundo inteiro, por assim dizer, o pedia”. (Cox, 1948, pp.334-335, citado por Pico, 2024, p.81). Fazia-se necessária uma explicação condizente com as concepções e crenças da época que justificasse a servidão involuntária. A religião, que gozava de pleno domínio ideológico no período, cumpriu o papel de proteção dos interesses de uma burguesia mercantil que estava em grande expansão.

O componente racial era secundário; a escravização dependia mais de sua crença religiosa. Hall (2017), ao falar da colonização inglesa, diz que “As discussões sobre escravização legal no início da ocupação da América envolveram principalmente o conceito mutável de religião, e não o conceito imutável de raça” (Hall, 2017, p. 36). A discussão sobre superior ou inferior, a legalidade ou ilegalidade da escravidão tinha como centro o ser ou não ser cristão; mais adiante, continua a autora, “Quando a escravidão africana foi introduzida nas colônias inglesas nas Américas durante o século XVII, era o cristianismo, e não a raça, que continuava a dominar as discussões sobre escravidão legal [...]” (Hall, 2017, p.36). Mas a justificativa mística perde força com o avanço dos séculos. Teorias racistas e eugenistas, como os trabalhos do francês Gobineau, buscaram trazer alguma validação a partir de uma compreensão que Stuart Hall (2015) chamou de pensamento antropológico. Após a publicação do livro “A Origem das Espécies” (1859) de Darwin, a teoria da seleção natural, que mudou os paradigmas das ciências naturais no século XIX, será muito utilizada na tentativa de trazer validação científica para essas teorias eugênicas. Ainda que distorcida ou de maneira arbitrária, generalizava-se as formulações do autor no âmbito da biologia para o social. O branco que havia “prosperado” sobre outras raças provaria ser mais forte e, portanto, superior às demais. “A rapidez com que esse conceito puramente biológico - seleção natural - chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a ideia da necessidade urgente que se sentia para justificar a dominação” (Linton, 1942, p.69, citado por Moura, 1994, p. 29).

O racismo científico ganha força com o fortalecimento das teorias genéticas. Stuart Hall (2015) sinaliza que esse era o melhor dos mundos para abordagens racistas, já que a genética é algo interno, que não se vê a olho nu, mas sabemos que ela é responsável por diferentes características corporais nas pessoas. Através de associações grosseiras, a ideia de raça se mantém durante séculos e se renova no senso comum ou na ciência. Isso se deve ao próprio caráter da raça que, embora demonstrado, se apoia em uma noção biológica - e é daí

que vem sua noção de algo fixo -, como outrora mencionado, é uma criação ideológica. Nesse sentido, em meu entendimento, o autor desloca-se muito para o campo do discurso - e perde de vista ou secundariza outras relações sociais. Stuart Hall (2015) diz que a raça é um “significante flutuante”. Desta forma, embora denote a ideia de algo imutável, a ideia de raça é consideravelmente flexível. Aqui se encaixa um exemplo que talvez torne mais compreensível onde quero chegar. Há alguns anos, atendi um caso em que uma mulher negra, em seu intercâmbio por um determinado país “desenvolvido”, conheceu um rapaz em que, dentre diversos pontos em comum, dois são importantes de destacar: estava igualmente em um intercâmbio e era de origem latino-americana. Iniciaram um relacionamento e tudo caminhou bem nos meses seguintes, ao ponto de planejarem morar no Brasil após o término do intercâmbio. Assim o fizeram. Mas, para surpresa de ambos, no Brasil a relação entrou em um momento crítico. Analisando os determinantes objetivos que poderiam ter contribuído com essa mudança na dinâmica do relacionamento, algo curioso saltou aos olhos: o problema da inter-racialidade. Mas, se esse é um determinante importante, por que somente no Brasil isso foi eclodir? A resposta para tal pergunta é a diferença da percepção das raças que cada lugar atribui. No país em que estavam durante a viagem, o rapaz não era lido como branco, mas como latino, tal como ela. Embora um latino branco e um latino negro possam ter diferenças diante do conjunto de signos e hábitos que permeiam aquela sociedade, que ocasiona um tratamento diferente entre os dois, tal distinção era mínima; tinham mais pontos em comum diante da exclusão de certos acessos que o contrário. Mas tudo se altera drasticamente ao chegar no Brasil. Por ter uma história que, em importante medida, se distingue da história racial do país do intercâmbio, um conjunto diferente de signos, que carrega uma infinidade de significados e sentidos diferentes, opera nas relações sociais. Ele, enquanto branco, acessava certas vantagens que eram inacessíveis a ela. Sentia-se confortável em certos espaços que, para a companheira, eram hostis, passando a ser visto enquanto belo por grande parte das pessoas. É como se, de uma hora para outra, fosse chamado para um ambiente VIP. É nesse sentido que afirmo a flexibilidade da raça. Por vezes, sobre um mesmo signo, por exemplo, o “negro”, tem-se compreensões bastante distintas. O entendimento do negro na Bahia é diferente de São Paulo, que, por sua vez, pode ser diferente em Santa Catarina. Como definir o limite de uma raça e outra? São questões que demonstram o quão arbitrária e móvel pode ser a noção de raça. “Como uma categoria que a política identitária concebe como uma essência fixa acaba sendo tão indeterminada?” (Haider, 2019, p. 72).

A identidade branca tampouco foge dessa constatação e também é algo recente. Por volta do século XIII, dizer a um inglês que era de uma mesma raça que um irlandês, isto é,

que a partir de determinadas características biológicas poderia agrupá-los em um mesmo conceito, acarretaria provavelmente uma grande ira e indignação, pois não faria o menor sentido já que não existia tal classificação. Assad Haider (2019), utilizando-se de Theodore Allen, aponta como a palavra "raça branca" vai aparecer na lei colonial da Virgínia somente após 1691. Isso não quer dizer que não havia racismo antes desse período, mas não estava associado a este conceito, embora já se tivesse uma concepção de que os europeus fossem superiores. Como exemplo, diz que a opressão inglesa sobre os irlandeses, que precede em muitos séculos a escravidão transatlântica, era de cunho racial. Os irlandeses eram vistos como inferiores por parte dos ingleses, mas esse aferimento não tinha como base a cor da pele, e sim a cultura, algo semelhante aos escravizados citados anteriormente.

Haider (2019) é enfático em dizer que “o registro histórico mostra muito claramente que a supremacia branca e, portanto, a raça branca são formadas na transição americana ao capitalismo. Especificamente por causa da centralidade da escravidão racial” (Haider, 2019, p. 83). Nos Estados Unidos conviveram por um período importante da era colonial dois tipos de servidão: os servos por dívida, muito comum entre irlandeses que se arriscavam no novo mundo (embora não lhes fosse exclusivo) e a escravidão perpétua que recaiu sobre os africanos e tornou-se a forma hegemônica ao longo dos séculos seguintes pelo seu caráter involuntário e vitalício. Mas, somado a esses fatores, um acontecimento importante para a exclusividade da utilização da força de trabalho africana ocorreu em 1676 na Revolta de Bacon. Uma revolta entre trabalhadores europeus e africanos frente a fazendeiros acabou com a capital da colônia Jamestown queimada e com o governador sendo obrigado a fugir. Essa aliança proporcionou uma estrondosa preocupação na classe dominante que não demorou a intervir. A substituição definitiva pela força de trabalho escrava evitaria reivindicações por liberdade e terras por parte dos servos. Esse processo fortaleceu e acelerou a constituição da identidade branca do ponto de vista legal, e cada vez mais os trabalhadores brancos começaram a usufruir de pequenos privilégios como uma espécie de aliança com as classes dominantes, isolando os trabalhadores negros, o que possibilitava uma maior exploração. Novamente utilizando os irlandeses como exemplo, estes que foram um dos povos mais discriminados na Europa, ao migrarem em grandes grupos para os Estados Unidos devido à fome no século XIX, ocasionada pelo colonialismo inglês, puderam usufruir das vantagens da brancura, foram incluídos dentro desse seletivo grupo.

2.3 - Racismo e totalidade social.

O racismo não se restringe a um instrumento de dominação entre nações ou povos; no interior dos países, tem papel organizador das relações sociais que é igualmente fundamental. Nessa perspectiva, o que primeiro vem à mente são exemplos mais explícitos, como na África do Sul com o Apartheid ou nos Estados Unidos com o Jim Crow, em que o racismo foi institucionalizado, garantido por lei; mas a ideologia da raça se disseminou em todos os cantos do planeta e, em cada lugar, se articulou com o conjunto cultural da região, o que o faz ter aspectos muito particulares em suas expressões concretas, mas sempre possuindo um caráter de dominação e opressão enquanto fundamento. Seguindo a afirmação de Clóvis Moura (1994, p. 29), “o racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular”.

O enunciado de Clóvis Moura (1994) possibilita o entendimento do racismo não como uma anomalia social ou um desvio de conduta ocorrido por ignorância ou amoralidade, mas como parte fundamental para o funcionamento do sistema capitalista, onde facilita o controle da classe dominante. Outro ponto importante que essa leitura suscita é que o racismo não é apenas uma herança da acumulação primitiva de capital, um resquício pré-capitalista que, por uma falha das instituições, ainda não foi superada, como uma reforma que ainda necessita ser realizada. O racismo é parte fundamental para o funcionamento pleno do capitalismo. Quando recordamos a afirmação de Malcolm X (2020, p. 21) onde diz que “não se pode ter capitalismo sem racismo”, não se trata apenas de uma afirmação política que visa impactar de maneira contundente, mas uma constatação real de um sistema que necessita do racismo para sua perpetuação.

Alguns autores têm utilizado o entendimento de racismo estrutural, como Silvio Almeida (2019) e Denis de Oliveira (2021). A grande contribuição da categoria é situar o racismo não apenas no comportamento ou atitude das pessoas, portanto, no indivíduo, mas no funcionamento do sistema capitalista em si, tanto em suas instituições quanto na própria produção e reprodução da ordem social.

Uma das consequências dessa abordagem é analisar o racismo de maneira consideravelmente mais complexa, tanto no seu caráter quanto em sua superação. Primeiro porque localiza a perpetuação do racismo em uma dimensão para além das atitudes individuais, que é sua forma mais aparente; segundo porque, ao ampliar a compreensão do

que é o racismo, que como mencionamos, não tem o seu início e fim no indivíduo, conseqüentemente, para sua resolução já não basta apenas um “letramento racial”, alguma forma de punição e correção de atos, mas um direcionamento para toda a totalidade social, para os mecanismos de produção e reprodução da sociedade burguesa.

Essa noção de racismo enquanto um pilar essencial para o funcionamento da totalidade social nos permite avançar sobre uma visão que vê o racismo na qualidade de patologia, isto é, uma particularidade anormal que prejudica o funcionamento correto da sociedade. A diferença entre como se concebe o racismo é de extrema importância, já que nessa noção de vê-lo enquanto uma anormalidade, a solução - ou o remédio, para permanecer na analogia biomédica - seria buscar recursos que atingissem a “doença” isolando-a do restante do organismo para que esse possa voltar ao seu bom funcionamento. Já a avaliação estrutural (ou sistêmica) entende que o racismo é elemento indissociável do capitalismo.

Diante de tal estrutura, criam-se os ritos, hábitos, crenças, todo um desdobramento ideológico que irá se repetindo no tempo e criando raízes profundas na consciência social. A dialética entre repetição e singularidade se faz importante para o aprofundamento nessa problemática e foi estudada na área da teoria da história por Koselleck (2006; 2014). Entendendo que a história não é uma linha linear e há a possibilidade de uma pluralidade de tempos, o autor faz uma articulação entre estrutura e eventualidade. O autor explica que a repetição é algo crucial para a ação singular, exemplifica:

Embora cada casamento constitua um ato individual e único para os participantes - sobretudo para os noivos -, os rituais de organização e realização do casamento, que também orientam as conseqüências que dele resultam, ou seja, os hábitos, costumes e leis, asseguram um tipo particular de constância. Sua repetibilidade é uma condição de todos os casos individuais. (Koselleck, 2006, p. 13).

Ao trazermos para o nosso tema, o ato racista é sempre um ato singular, de uma pessoa única, mas ao mesmo tempo remete a uma repetição de uma construção mais longa. Porém, sempre está em relação com outras estruturas e disso vêm suas mudanças ao longo da história, assim como suas diferenças regionais ou nacionais que, diante de suas particularidades, têm uma temporalidade igualmente específica.

O racismo, enquanto uma ideologia fundamental ao capitalismo, precisa ser compreendido para além das fronteiras nacionais, já que sua própria constituição, tendo como

marco o comércio triangular do Atlântico, garantiu um grande fluxo cultural que foi construindo o que hoje se chama de identidade negra (Gilroy, 2012). Contudo, isso não exclui as maneiras particulares do racismo em regiões ou dentro dos cenários nacionais, sendo necessária a compreensão do global no local (Tomich, 2011).

A revolução burguesa no Brasil emerge tardiamente e a seu modo: dependente e mediante um acordo entre as elites. A necessidade de uma identidade brasileira que acompanhe tal “progresso” suplanta a velha ideologia de branqueamento e eugenismo que não se efetivou. É nesse sentido que se constitui “[...] a emergência de uma narrativa mais bonita, progressista, inclusiva que valoriza o suor e o jeitinho brasileiro. Nem negros, nem brancos e nem indígenas. Somos brasileiros.” (Farias, 2023, p. 156). Eis que se constrói a ideologia ou mito da democracia racial. Enquanto ideologia *made in* Brasil, essa forma particular de racismo mostrou-se incrivelmente eficaz. Escondeu as tensões raciais e a posição específica que as pessoas negras ocupavam na sociedade. A ideia de que a nação brasileira se formou na união das três raças, o negro, o indígena e o branco, e que isso foi possível graças a uma especificidade no próprio processo colonial e escravista no país, onde a relação entre o senhor e o escravizado era mais amena e cordial se comparado a outros processos nas Américas, como a colonização inglesa. O livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre ([1933] / 2013), é o grande marco teórico desse mito fundador.

Entretanto, como diz Florestan Fernandes (2017, p. 29), “os mitos existem para esconder a realidade”, as contradições estruturais da realidade brasileira no que diz respeito à raça são encobertas por uma série de explicações formalistas e idílicas de Brasil. A ideologia da democracia racial tem forte base no liberalismo na medida em que, convocada a dar uma resposta a um cenário de desigualdade racial, desloca a solução para o indivíduo, onde diz que é necessário o esforço para superar sua condição desfavorável; a raça não é um fator. Quando indagado sobre como um problema restrito ao indivíduo provoca uma distorção social tão severa como a encontrada na realidade brasileira, o silêncio ou a atitude esquiva coloca em evidência o que está velado: o essencialismo da raça, os velhos estereótipos. Por detrás de toda uma complexa concepção do mundo e de si, permeada por um conhecimento que faz dormir melhor (Hall, 1996), uma dúvida intrusiva aparece: a de que talvez a velha biologia das raças tivesse alguma razão. Mas ainda assim, basta o indivíduo se esforçar, a vontade leva ao mérito, independente da cor; vejamos casos como o de Joaquim Barbosa.

Embora se considere até aqui o racismo enquanto uma ideologia, portanto, superestrutural, não se pode cair no erro de entender estrutura e superestrutura enquanto

instâncias fechadas cuja relação se faz de maneira mecânica, ou outro erro muito comum, que Stuart Hall (2003) avalia enquanto reducionismo ou economicismo, que consiste em entender a superestrutura enquanto imediatamente determinada pela estrutura. Quando Marx ([1857]/2008) diz em seu famoso prefácio que sobre as relações de produção se eleva uma superestrutura jurídica, política e ideológica, muitas leituras levam tal formulação de maneira literal e imediatista. No mesmo prefácio, há formulações que indicam que essa relação é mais complexa, como quando diz que “a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (Marx,[1857]/2008, p. 48), que indica como para Marx determinação não é um reflexo, não é imediata ou unilateral, isto é, as relações superestruturais em alguma dimensão também podem determinar as formas de relações de produção. Um exemplo dessa relação complexa pode ser visto na grande obra de Marx, O Capital, quando discute sobre o valor da força de trabalho, que tal como o valor de qualquer produto, consiste no tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução, no caso aqui, do trabalhador. Nesse sentido, indica como a cultura de determinado local influencia naquilo que é fundamental para a manutenção do sujeito. Assim diz Marx ([1890]2013, p. 246):

Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências da vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local.

Certos hábitos culturais são tão poderosos que entram como um bem essencial para a manutenção da força de trabalho. Um exemplo ilustrativo é o chimarrão na região do Sul. O café no Brasil ou nos Estados Unidos são produtos essenciais, assim como o chá para a classe trabalhadora na Inglaterra. Os exemplos são vastos, mas o importante aqui é demonstrar como a cultura, um elemento superestrutural, incide diretamente na estrutura. No entanto, há também elementos culturais que contribuem para a redução no valor da força de trabalho: o racismo.

Não é incomum vermos notícias de que pessoas negras no mesmo cargo e com as mesmas funções que pessoas brancas recebem menos. Esse fenômeno não ocorre, por vezes, de maneira deliberada pelo patrão ser convictamente racista, mas porque na luta de classes há um sistema muito bem estabelecido que envolve um conjunto de significados que “permite” que se classifique pessoas de maneira diferente, e isso pode ser refletido no salário. Diante da oportunidade de se pagar menos e com isso aumentar a taxa de exploração, o burguês o fará

ou será engolido por seu adversário. No fim, independe se pessoalmente ele é ou não racista, se é branco ou preto, a lei da competição, um dos pilares da sociedade burguesa, se impõe ao indivíduo. Algo semelhante podemos dizer sobre a competição entre trabalhadores.

Dessa forma, pode-se afirmar que “[...] o fenômeno do racismo é uma determinação geral da particularidade brasileira” (Farias, 2022, p. 152). Mas, para compreender esse processo teoricamente, é necessário antes dar um passo atrás. O Brasil em particular e a América Latina de maneira mais geral ocupam um lugar específico na divisão internacional do trabalho. Isso consiste em que uma tendência mais geral se impõe ao país, constituindo uma especificidade na forma do capitalismo se manifestar. Estamos falando do capitalismo dependente, processo esse que faz o racismo ganhar especificidades que é importante explorar.

2.4 - Superexploração e racismo

O aumento da exploração dos trabalhadores, no qual o racismo é um elemento importante para a sua realização, sem que isso enfrente grandes resistências, não é ocasional ao falarmos do Brasil - e da América Latina de maneira mais ampla -, mas uma tendência geral de nossa realidade, dada a história do desenvolvimento capitalista do país e a posição que nos coube na divisão internacional do trabalho.

A integração plena dos países latino-americanos a tal divisão ocorreu no século XIX, após os processos de independência. Em um século repleto de transformações, cujo principal motor será a revolução industrial, alguns países se consolidam enquanto centro do grande capital, em um período de nascimento dos monopólios que culmina na fase imperialista do capitalismo (Lénine, [1917]/1977). Dessa forma, a América Latina se integra de maneira dependente em relação aos países centrais, em que, num primeiro momento, terá a Inglaterra como principal potência imperialista e, posteriormente, os Estados Unidos.

Ao falarmos da especificidade do capitalismo na periferia global, é preciso levar em conta que este não nega as leis gerais que foram sistematizadas por Marx ([1890]2013), mas ao operar em um nível menor de abstração (portanto, em um nível mais concreto), novas determinações emergem, por vezes contradizendo o geral em um sentido dialético. Nesse sentido, a Teoria Marxista da Dependência se propõe a analisar essa particularidade e suas leis sem romper com os achados mais gerais de Marx, assim como está em consonância com a teoria do imperialismo de Lenin, como muito bem pontuado por Luiz Felgueiras (2023, s.p):

Mas as “Teorias do Imperialismo” captam a assimetria existente no sistema capitalista mundial, com a subordinação dos países periféricos, observando o fenômeno a partir dos países centrais, evidenciando as características e a dinâmica da dominação destes últimos. A TMD, por sua vez, observa o mesmo fenômeno a partir dos países dominados, evidenciando as características e a dinâmica das sociedades e economias desses países que os definem como dependentes – com a reprodução das relações sociais e de poder, de dominação e subordinação em relação ao imperialismo. Em suma, demonstra e explica como a dependência se reproduz internamente nos países periféricos; ou, no dizer de Frank (1966), como ocorre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Portanto, as duas teorias, longe de serem concorrentes e substitutas, são complementares, dando conta do fenômeno em sua totalidade (Amaral, 2012).

Segundo Marini (2011), a América Latina, ao se integrar na economia capitalista de maneira plena, isto é, enquanto países autônomos e não mais colônias tal qual em séculos anteriores, ocupa um lugar de prover produtos primários. Esse processo é importante para uma passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa no centro do capitalismo, ocasionado pela desvalorização real da força de trabalho devido ao aumento da produção de bens necessários para a subsistência do trabalhador, como alimentos e outros produtos primários que são produzidos em alta escala por países dependentes.

Diante desta configuração da divisão do trabalho, a grande massa de valor produzida a nível internacional não é apropriada de maneira igualitária pelo capital. No intercâmbio de mercadorias entre países centrais e dependentes, ocorre o que Marini (2011) chamou de troca desigual.

Esse processo ocorre de duas maneiras: em primeiro lugar, por conta de uma maior capacidade produtiva nos países desenvolvidos, há uma apropriação do excedente produzido na periferia que ocorre no intercâmbio de mercadorias, “mais especificamente, as burguesias dos primeiros cedem às burguesias dos segundos parte do mais-valor extraído de sua classe trabalhadora” (Filgueiras, 2023, s.p). Por haver uma vantagem no preço de produção por parte desse capital central, isso lhes permite revertê-la em um lucro extraordinário.

Esse modo clássico de transferência de valor se mantém até os dias atuais, mas há uma complexificação e ampliação do fenômeno após o desenvolvimento do mercado interno e industrialização no Brasil. No período de 1930-1980, o país passou por um processo de industrialização, no qual houve uma grande massa de exportação de capital direto vindo de países imperialistas, assim como investimento estatal, “essa nova forma de dependência correspondeu temporalmente, na periferia, ao período Fordista-Socialdemocrata prevalecente nos países centrais e à época da Guerra Fria[...]” (Filgueiras, 2023, s.p). Passa a se construir

uma “dependência tecnológica” em que há uma remessa de lucro e pagamentos pela utilização dessa tecnologia de propriedade estrangeira na forma de royalties e patentes.

No período posterior, na década de 1990, foi a vez do Brasil, um dos últimos países na América Latina, de mergulhar no profundo e gelado mar neoliberal, que não discutiremos de maneira mais aprofundada nesse momento, atualizando-se com novos mecanismos de transferência de valor:

Com a financeirização, e em paralelo, o desenvolvimento das "Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)", organicamente articuladas com o capital financeiro, a dependência dos países periféricos tornou-se mais complexa e mais difícil ainda de ser superada – dadas as restrições institucionais e tecnológicas criadas pelo imperialismo, assim como a participação-articulação das classes dominantes brasileiras nesse novo arranjo definido pelo imperialismo.[...]

Nessa nova situação, a transferência de excedentes para os países imperialistas se efetiva de diversas formas: através do comércio (troca desigual clássica), da entrada-saída de capitais estrangeiros voláteis para a compra de ações e títulos da dívida pública (lucros e juros), do controle da tecnologia (patentes e royalties) e do conhecimento privatizado-monopolizado (renda-conhecimento) (Filgueiras, 2023, s.p).

A segunda forma de troca desigual coloca a burguesia dependente em uma situação em que não pode se colocar em posição de igualdade frente à grande burguesia e se vê obrigada a compensar essa perda mediante o aumento da exploração do trabalho.

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível de relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna" (Marini, 2011, p.147).

A compensação realizada pelas burguesias dependentes ocorre por meio do aumento da exploração da força de trabalho. Para isso, paga-se pela força de trabalho um valor abaixo do necessário para a sua reprodução. Esse processo é chamado de superexploração. É importante enfatizar que esse é um processo estrutural, inerente ao desenvolvimento capitalista e à contradição centro e periferia. Porém, embora seja um processo hegemônico na periferia do capital, tem ocorrido um aumento crescente no centro, em decorrência de sua necessidade insaciável de valorização.

Essa compensação pode ocorrer de três maneiras, isoladas ou combinadas: a) mediante a intensificação do trabalho, que, como o nome sugere, consiste em exigir mais do trabalhador em uma mesma jornada de trabalho, como exigir maior agilidade na produção ou execução, suprimir pequenas pausas, entre outras formas que possibilitem um maior dispêndio de trabalho; b) o aumento da jornada de trabalho através do prolongamento do tempo do

expediente sem um aumento correspondente do salário; c) reduzir o consumo necessário para reprodução da força de trabalho, em outras palavras, redução de salário.

O racismo serve como um instrumento de grande importância para efetuar a superexploração da força de trabalho no Brasil. Isso porque a classificação racial, que contém em seu interior uma hierarquia entre as pessoas, permite que não-brancos, e sobretudo a população negra, sofram uma desvalorização da força de trabalho por conta de sua cor. Em relação à articulação da categoria de superexploração e racismo, Cristiana Luíza Sabino de Souza (2020) traz valiosas contribuições, "entendo que a categoria *superexploração* necessita ser 'preenchida' por elementos que possibilitem melhor apreensão de sua dialética no território concreto da luta de classes" (Souza, 2020, p.146, grifo da autora). No Brasil, é indissociável a questão de classe e raça, já que a maioria da classe trabalhadora é negra e, em certas categorias - normalmente mais precarizadas - esse fato é ainda mais esmagador.

Há uma normalização da posição das pessoas negras que é reproduzida pelas instituições, tanto estatais, em que podemos observar que cargos de poder são ocupados por pessoas brancas, quanto nas instituições privadas, onde o mesmo cenário é comum nos altos postos. Outra dimensão é propriamente a ideológica, que se expressa nos hábitos, expectativas, exigências e sentimentos. Ao penetrar na visão de mundo particular das pessoas, não causa espanto - ou não como deveria - o retrato atual em que a população negra ocupa os piores índices.

O que força o trabalhador a ter que se sujeitar a essas condições é a necessidade de sobrevivência. Trabalhadores negros convivem com uma dificuldade ainda mais acentuada porque carregam em sua pele as marcas da desconfiança, o estereótipo da preguiça, do essencialmente violento, ignorante, o potencial criminoso, o desprovido de beleza.

Sintetizando a relação da superexploração da força de trabalho e sua relação intrínseca ao racismo, Souza (2020, p.157) destaca:

Entendo que a categoria superexploração, conforme a elaboração marxista, tem potencial explicativo das contradições inerentes ao capitalismo dependente, em nível de abstração cuja intencionalidade é colocar os termos teóricos fundamentais para entender a dinâmica da drenagem de valor das periferias para os centros dominantes. Entretanto, sua potência explicativa requer que seja aliada às explicações políticas e sociológicas da dinâmica interna da produção do valor. Na América Latina, as relações sociais que definem a relação de trabalho e, portanto, o valor da força de trabalho, têm o racismo como uma contradição suplementar na sua dialética, como mostram Moura (2014; 1983) e Mariátegui (1928). O racismo é inerente à dialética da dependência, é um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, uma vez que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente

estruturada também a partir da racialização, de maneira que negros e indígenas ocupam a larga franja marginal[...].

A *superexploração* da força de trabalho e o racismo não devem ser compreendidos somente em seus efeitos diretos sobre a população negra; as pessoas brancas também são prejudicadas com tal processo. Como mencionado por Cristiane Souza, a população negra e indígena ocupa a “*franja marginal*”, ou o exército de reserva, e esse fato gera consequências para os trabalhadores em geral.

A população relativa (ou exército de reserva) é uma necessidade da acumulação capitalista. Em sua era industrial, em que a forma de acumulação foi desenvolvida e se observa cada vez mais um predomínio de máquinas, o rápido crescimento de sua substituição em relação ao trabalho humano, torna impossível absorver toda força de trabalho. Como diz Marx ([1890]/2013, p. 710): “À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (a barreira do crescimento natural da população)”.

A função desse exército de reserva é ter a flexibilidade de substituir ou adicionar força de trabalho a partir da necessidade do fluxo da produção. Em momentos de alta, como por exemplo em finais de ano, em que o consumo aumenta, recorre-se a essa força de trabalho não ativa, temporariamente, para dar conta da produção e venda de mercadorias. Mas uma função central é a regulação dos salários dos trabalhadores ativos. “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial” (Marx, [1890]/2013, p. 712, grifo do autor).

Se a produção desta população relativa é inerente ao desenvolvimento do capital, o racismo opera como um instrumento que potencializa esse processo, na medida em que permite intensificar a queda do salário médio ao pagar abaixo do valor para trabalhadores negros. A lógica consiste no seguinte: imaginemos uma pessoa negra, desempregada, em uma conjuntura em que a taxa de desemprego alcança dois dígitos. Aparece uma vaga de emprego pagando metade do valor médio para essa função. Essa pessoa provavelmente aceitará, pois sente a dificuldade de conseguir algo melhor, as necessidades básicas estão no limite da

escassez e, mesmo que inconscientemente, experimenta o sentimento de que será mais difícil para ela por conta da cor da pele ou mesmo - o que é ainda mais cruel - sente que esse é o seu lugar de fato, “é o que tem!”.

Esse exemplo ilustra de maneira sintética a dinâmica que ocorre no cotidiano, sobretudo em momentos de crise do capital, nos quais o rebaixamento de salários é uma das medidas para retornar à sua estabilidade. Ao trabalhador branco resta aceitar as condições mais precárias ou ficar sem emprego.

As consequências da superexploração ao trabalhador, no que diz respeito à qualidade de vida, podem ser inúmeras. Tal como qualquer produto, quando utilizado de maneira muito intensa e sem os reparos necessários, ele terá um menor tempo de vida útil. Nesse sentido, os trabalhadores submetidos à superexploração tendem a ter um menor tempo de vida e de capacidade produtiva, já que há um maior desgaste no trabalho e uma menor possibilidade de ter sua reprodução à altura, já que sua alimentação, moradia, cuidados com a saúde, tempo de descanso e de deslocamento até o trabalho serão prejudicados.

Diante do exposto, conclui-se que a posição particular do Brasil, enquanto país localizado na periferia do capital, o condiciona a ser dependente e, assim, cria uma forma específica e estrutural de exploração. Compreender essa especificidade do capitalismo brasileiro é importante para investigar o que há de característico no racismo brasileiro, dentro da construção mais geral do Atlântico Negro.

2.5 - Neoliberalismo enquanto nova supremacia

A primeira metade da década de 1970 é marcada por uma queda na taxa de lucro nos países centrais, o que acarretará em uma crise orgânica do capital, cuja manifestação mais contundente é a crise do petróleo (1973-1974). Tal processo marcou o esgotamento do modelo Keynesiano em voga no pós-crise de 1929 e que teve seu auge no pós-Segunda Guerra Mundial, permitindo um Estado de bem-estar social (Welfare State), sobretudo na Europa. Mas a história do neoliberalismo tem início ainda na década de 1940 e “[...] surge como uma ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados às classes dominantes” (Castelo, 2013, p. 217). O marco para o surgimento desta nova teoria econômica e concepção de mundo é o livro “Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, de 1944. O livro surge como um

contraponto ao keynesianismo, seu intervencionismo e planejamento estatal da economia, considerando estes uma grande ameaça à sociedade livre.

No ano de 1947, um pequeno grupo de intelectuais liberais, entre eles Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, reuniram-se nos Alpes suíços para fundar a Sociedade de Mont Pèlerin, cujo objetivo era ser uma organização que fosse a vanguarda rumo à recuperação dos valores liberais que estavam sendo suplantados pelas ideias socialistas (Castelo, 2013). A Sociedade de Mont Pèlerin era fortemente organizada, realizava reuniões internacionais a cada dois anos (Anderson, 1995). O objetivo maior era o resgate dos princípios liberais para se contrapor aos intervencionistas, tanto os keynesianos como os marxistas, ou se caminharia para a servidão como o totalitarismo expresso no nazismo e comunismo.

A propriedade privada, a liberdade e a concorrência são pilares naturais para a humanidade na visão liberal. A liberdade econômica, que tem sua maior expressão no mercado, alcançou seu desenvolvimento de maneira espontânea a partir da liberdade política (Hayek, [1944]/1990). Para o autor, o motor para esse avanço foi a liberdade criativa do indivíduo. O período pós-Segunda Guerra Mundial estava marcado por concepções que caminhavam na contramão dos valores ocidentais, o que geraria uma crise e que inevitavelmente resultaria em um regime totalitário. Caberia aos liberais - mais uma vez, tal como quando libertaram-se das amarras do feudalismo - a missão heróica de resgatar o Ocidente, recuperar seus valores.

Diante desta premissa, ao Estado caberia apenas “[...] garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem, tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais” (Castelo, 2013, p. 2020). Não há, portanto, uma ausência de Estado, mas sim que ele garanta os pilares da ordem e não atrapalhe a “entidade” mercado.

Os neoliberais ficaram décadas como uma voz marginal frente à hegemonia keynesiana nos países centrais. Esse cenário mudou somente no início da década de 1970, em que tivemos uma crise capitalista que marcou os limites do modelo Welfare State nessas economias. Conforme nos lembra Carcanholo (2008), a partir de Marx, todas as crises no capitalismo são devidas a uma superacumulação/superprodução de capital. Diferente de outros momentos na história da humanidade, em que a escassez era a fonte das crises

econômicas, no capitalismo é o excesso de produção que gera as crises. Isso se dá pela contradição “entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista” (Carcanholo, 2008, p. 249). Foi exatamente isso que ocorreu na década de 1970, em que as taxas de lucro e, por consequência, a acumulação de capital começam a apresentar desaceleração já nos primeiros anos da década, e a crise se apresenta de maneira mais aguda no biênio 1974-1975, período no qual se concentram seus efeitos e marcam uma retração na taxa de acumulação por parte dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um pouco antes, entre outubro de 1973 e janeiro de 1974, o preço do barril de petróleo mais que triplica, gerando um efeito cascata de inflação, diminuição de investimentos e no fluxo de capital internacional em países como o Brasil. Houve pela primeira vez uma combinação de “baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (Anderson, 1995, p. 2).

Diante desse cenário de crise orgânica, o neoliberalismo surge enquanto uma resposta. Essa reação não ocorreu de imediato. Sua primeira experiência materializada em um governo ocorreu longe de seu lugar de origem, mas na ditadura de Pinochet no Chile, após o golpe de Estado em 1973 contra o mandato de Salvador Allende. A equipe econômica foi dominada pelos Chicago boys, que tiveram a missão de colocar em prática as formulações construídas ao longo de décadas. Essa primeira experiência, administrada por um governo autocrata burguês, embora não se repetisse pelos próximos anos, demonstra que a democracia burguesa não é um pré-requisito ou elemento central para a efetivação da cartilha neoliberal, algo já expressado por Hayek conforme demonstra Anderson (1995).

Nos países centrais, em um primeiro momento, tentou-se aplicar o remédio anticíclico keynesiano. Mas ao longo da década de 1970, este se demonstrou incapaz de lidar com as baixas taxas de lucro, inflação alta e desemprego estrutural. Assad Haider (2019) se utiliza de Stuart Hall em seu livro *Policing the Crisis*, que faz uma interessante análise sobre a situação da classe trabalhadora negra na Inglaterra na crise de hegemonia, mostrando que a social-democracia já dava sinais mesmo antes da década de 1970. O rompimento do pacto entre governo social-democrata e os trabalhadores ocasionou períodos de instabilidade com o aumento de greves e reivindicações. Os trabalhadores negros, tanto operários quanto de outras frações da classe trabalhadora, foram uma força importante para pressionar o Estado. “No entanto, os operários negros eram ao mesmo tempo representados desproporcionalmente nos trabalhos não qualificados ou semiquilificados, carregavam o fardo da desqualificação e eram

mais visados nas demissões” (Haider, 2019, p. 120). A divisão racial mostrou-se importante - mais uma vez - para a próxima etapa capitalista que viria a seguir, já que:

Embora os pobres negros e brancos se encontrem objetivamente na mesma posição, eles habitam mundos ideologicamente tão separados que cada um pode ser apresentado ao outro como grupo de referência negativo, a “causa manifesta” do infortúnio um do outro. À medida que a situação econômica aperta, a competição entre trabalhadores aumenta. E a competição estruturada em termos raciais ou de distinções de cor é um grande negócio. É exatamente nesse ponto que o National Front está atuando no momento, com considerável sucesso. Portanto, a crise da classe trabalhadora é reproduzida, mais uma vez, através dos mecanismos estruturais do racismo, como crise nas e entre as classes trabalhadoras. (Haider, 2019, p. 121)

Esse processo particular ocorrido na Inglaterra, à sua maneira, se reproduz em outros países de capitalismo avançado e periférico. Junto à divisão racial da classe trabalhadora, houve também o aumento da violência em bairros negros. Stuart Hall (1978/2013, citado por Haider, 2019) analisa a crise no Reino Unido e os elementos raciais presentes tanto nos efeitos da crise como na resposta por parte do Estado. O sentimento anti-imigrante passava por uma ascensão na década de 1970 e era expressado por lideranças parlamentares, como forma de “resposta à redefinição da identidade britânica por rastas e rude boys” (Haider, 2019, p. 119). A mídia cumpriu um papel que nos é muito familiar; através de seus veículos, aumentou a percepção de crimes violentos associando-os a jovens negros.

O fracasso das políticas keynesianas, enquanto remédio para a crise, pavimentou o caminho para o salto da direita radical no Reino Unido, dando margem para o centro do poder ser representado pela eleição de Margaret Thatcher, que colocou em prática medidas neoliberais de maneira inédita em território europeu. Utilizou-se dos resultados positivos - para o capital - da sangrenta experiência chilena. Assim, nos diz Anderson (1995, p. 3):

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

No ano seguinte, foi a vez dos Estados Unidos, com a eleição de Reagan, seguido de Helmut Kohl em 1982, que assumiu o cargo de chanceler na Alemanha. Embora não tenha ocorrido de maneira linear, o neoliberalismo se espalha pela Europa, mesmo em países modelo da social-democracia, como o caso norueguês. O sul da Europa foi um contraponto

durante poucos anos, no qual governos conservadores viram a esquerda chegar ao poder na França, Itália, Espanha e Portugal. Mas a capitulação não tardou a ocorrer, esses governos, com maior ou menor resistência, cederam às pressões internacionais de instituições liberais e do setor financeiro da burguesia mundial, que impôs grande pressão (Anderson, 1995).

Na América Latina, após a experiência-piloto no Chile, a onda neoliberal atingiu o continente da metade para o fim da década de 1980, na Bolívia, México, Argentina e Peru. Anderson (1995) atribui à América Latina, sobretudo na experiência boliviana, a criação da variante “progressista” do neoliberalismo, no qual não houve a necessidade de esmagar o movimento operário como havia sido no Chile, já que o poder popular que colocou Allende no executivo tinha no movimento sindical um de seus pilares. Essa variante servirá de piloto para a experiência no sul da Europa realizada pelos próprios partidos social-democratas.

Na virada para a década de 1990, os países centrais começam a entrar novamente em um círculo de recessão. Embora os neoliberais tenham conseguido estancar a inflação, aumentar a taxa de lucro dos capitalistas a partir do enforcamento do movimento sindical e aumento do desemprego, que gerou estagnação dos salários, não se pode dizer o mesmo da taxa de crescimento, que ficou bastante aquém da “era de ouro” do pós-guerra. A dívida pública dos países da OCDE e índices como endividamento das famílias e empresas e desemprego também saltavam aos olhos. Mas, ao invés de um desprestígio ao remédio neoliberal, este demonstrou grande vitalidade. A queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética proporcionaram uma expansão do neoliberalismo para o leste europeu, em que a experiência de transição foi tão profunda que, em países da Europa Ocidental e EUA, pareceu exercer um neoliberalismo frouxo e incompleto.

Foi necessário um Estado forte para impor tais medidas. Conforme discorre Castelo (2013), o neoliberalismo não é apenas uma reprodução do Estado liberal clássico; há uma refuncionalização do Estado ampliado, no qual “na esfera da sociedade política, observa-se a formação de aparelhos coercitivos de guerra infinita, vigilância eletrônica e criminalização/militarização da pobreza[...]” (Castelo, 2013, p. 223); já na sociedade **civil**, “identifica-se a criação de uma teia complexa de aparelhos privados de hegemonia produtores e difusores das mais diferentes versões do pós-modernismo, bem como de operacionalização e suporte das políticas assistencialistas[...]” (Castelo, 2013, p. 223).

Essa relação entre esfera política e esfera civil é compreendida pelo autor pelas categorias coerção e hegemonia a partir de uma leitura de Gramsci. Coerção é a forma do Estado *stricto sensu* garantir sua dominação com base no monopólio da violência. Não se deve ter em mente somente as forças armadas ou a polícia como manifestação da coerção, mas todo o sistema político e judiciário. Já a hegemonia se entende enquanto uma expansão do Estado, a sociedade civil diante dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, instituições que têm autonomia do Estado *stricto sensu*, mas cujo objetivo é promover a dominação através do consenso. A hegemonia e coerção são duas formas de dominação que, para Gramsci (2022), constituem a supremacia da classe dominante. Como ressalta Castelo (2013), a coerção e hegemonia são categorias separadas somente numa dimensão metodológica. Para Gramsci, formam uma unidade dialética. Ao analisar qualquer supremacia de classe, veremos como não há uma separação mecânica entre forma de coerção e consenso; ambas são dialeticamente articuladas.

Retomando a análise sobre o neoliberalismo, e que a essa altura já nos parece logicamente óbvio, todas as experiências de transição neoliberal utilizaram-se de coerção e consenso, pendendo mais para um ou outro a depender de determinantes particulares como conjuntura, realidade regional, correlação de forças entre as classes.

O neoliberalismo, segundo Anderson (1995), é um movimento ideológico em que sua força, amplitude em escala mundial e magnitude nunca foram vistas em outros períodos do capitalismo: “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (Anderson, 1995, p. 12). Do ponto de vista do programa econômico, de maneira geral, diz Carcanholo (2008, p. 262-263):

O programa neoliberal se caracteriza pela afirmação de uma estabilização macroeconômica (controle inflacionário e fiscal) como pré-condição, ora com políticas ortodoxas, e em alguns momentos até com políticas heterodoxas (de regime cambial fixo, ou “quase fixo”, por exemplo). Além disso, o programa afirma que a retomada dos investimentos e do crescimento só é possível após uma fase de reformas estruturais, que englobaria: abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados (principalmente o de trabalho e o financeiro), amplo processo de privatização e liberalização dos preços.

O neoliberalismo não pode ser reduzido ao econômico, embora essa esfera tenha sido o pilar fundamental para a aplicação de seu programa, que consiste em uma concepção de mundo que articula ideologia, política e filosofia. Seu objetivo mais geral é a defesa abstrata

da liberdade humana, eufemismo para a liberdade econômica em que toma como horizonte que todas as necessidades humanas sejam mediadas pela forma mercadoria: “ele sustenta o bem social maximizando o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (Harvey, 2008, p. 04). Sobre essa base, se constrói toda uma nova subjetividade, que será mais explorada à frente neste trabalho, e que é inconcebível uma forma de se orientar no mundo que não seja a partir dessa lógica.

Como coloca Filgueiras (2012, p. 46): “Em resumo, em todas as instâncias - econômica, social e política -, o pensamento neoliberal tem como referência maior os indivíduos[...]”.

2.6 - Neoliberalismo e o Brasil

Conforme enfatiza Filgueiras (2006), o Brasil foi o último país na América Latina a aplicar a estratégia neoliberal. A conjuntura pós-ditadura empresarial-militar ocasionou uma correlação de forças que impôs dificuldades para o avanço mais radical de tais medidas, já que, entre as décadas de 1970 e 1980, o movimento dos trabalhadores reorganizou-se após a derrota histórica que culminou no golpe civil-militar de 1964. Se por um lado a força dos trabalhadores impôs recuos às frações burguesas, também as unificou em torno do projeto neoliberal, sobretudo após a vitória eleitoral de Fernando Collor em 1989, ainda que com as inconciliáveis diferenças e disputas no seio do bloco. Essa unificação das frações burguesas foi necessária frente ao risco real de perder a direção política do país, ao menos em sua faceta institucional, já que as eleições de 1989 foram apertadas e sedimentaram Luiz Inácio Lula da Silva como o grande nome da oposição à esquerda. Outro problema apontado pelo autor foi a falência dos planos “neodesenvolvimentistas” enquanto solução à crise monetária e ao Modelo de Substituição de Importações (MSI).

Segundo o autor, a implementação do programa neoliberal passou por ao menos três fases distintas:

[...] uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). (Filgueiras, 2006, p. 186).

Esse período estabelece uma mudança no Bloco do Poder, tornando a fração financeira internacional e a nacional, que conseguiu sobreviver ao processo de globalização, junto ao grande capital produtivo multinacional. As demais frações do bloco dominante exercem uma função subordinada. É importante esclarecer que, enquanto capital financeiro, o autor entende aquele grupo que opera seu processo de valorização do capital de maneira orgânica na esfera financeira, como bancos e instituições financeiras como a XP Capital, entre outras. Tal adendo se faz necessário por entender que todo o capital hoje opera em alguma dimensão no setor financeiro, sendo inclusive outro indicador de sua hegemonia na atual fase do capitalismo.

O neoliberalismo afetou as classes e suas frações de diferentes maneiras. Mas, de modo geral, o grande capital é o que mais se beneficiou. De acordo com Boito Jr (2007), toda a burguesia tinha um consenso na desregulamentação do mercado de trabalho, que gerou redução de custos para os empresários, que mais tarde foi intensificada após o golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Para as classes dominadas, as consequências foram desastrosas. A reorganização do papel do Estado para suprir menos as demandas sociais, deixando esse espaço reservado cada vez mais ao mercado, criou uma grande massa de pessoas desprovidas de garantir o básico para a vida. O desemprego, aumento da desigualdade social e da violência também foram marcas importantes do período. D'Andrea (2022), a partir da pesquisa de Vera Telles, demonstra o aumento da violência em São Paulo e Rio de Janeiro, mas que não foi “privilégio” somente desses dois estados.

Os principais alvos dessa violência têm cor e classe. Em São Paulo, o bairro do Jardim Ângela já foi considerado o bairro mais perigoso do mundo por conta de sua alta taxa de homicídio; junto aos distritos do Jardim São Luís e Capão Redondo, formavam o triângulo da morte. Quando cruzamos os dados, veremos como esses bairros são de maioria negra (Mapa da Desigualdade, 2023). Índices como taxa de homicídio dividida por cor/raça mostram que a população negra é vítima de 77,1% das mortes. Mas o que se convencionou chamar de genocídio da população negra não se limita apenas à morte direta pela mão do Estado. Como já citado, o aprofundamento de medidas liberais ocorridas nos governos Temer e Bolsonaro, sobretudo com o teto de gastos, aumentou o genocídio contra a população negra por vias indiretas. Isso porque esta população é a mais dependente de serviços públicos, cuja oferta e qualidade desabaram.

Nessa perspectiva, Boito Jr (2023) explica que o projeto neoliberal tem como aliado o que denomina de classe média alta, um termo um tanto guarda-chuva que compõe desde uma esfera da classe trabalhadora com alta renda, até profissionais liberais, alta burocracia governamental e intelectuais com uma visão de mundo liberal, novos ricos. Essa “classe” tende a rejeitar algo que lembre um Estado de Bem-Estar Social, já que, embora ajudem a financiá-lo a partir dos impostos, pouco se beneficiam. O importante para este trabalho é identificar, mesmo que de maneira mais descritiva, que há grupos que estão entre a classe trabalhadora e a burguesia, mesmo que estas duas classes principais da sociedade capitalista também sejam heterogêneas, como já foi demonstrado. Retomaremos esse tema mais à frente.

O impacto das ideias neoliberais não tem consonância somente nos setores médios; de maneira muito semelhante, penetrou a classe trabalhadora. O individualismo, como consequência da ênfase liberal no indivíduo, teve uma grande amplificação, principalmente a partir da década de 1990. D’Andrea (2022, pp. 96-97) pontua que, “dessa forma, um discurso de prosperidade se impunha por toda a sociedade. Tal discurso reverbera em muitos estratos sociais, pregando o empreendedorismo no plano econômico”; o que estamos vivenciando hoje com maior ferocidade muito devido às redes sociais, onde muitas pessoas têm enriquecido com falsas promessas de métodos rápidos de ganhar dinheiro, já se notava a partir da última década do século XX, assim como “condutas individualistas eram estimuladas e tudo aquilo que denotasse ser comum ou público era criticado em nome das vantagens do privado” (D’Andrea 2022, p. 97). O individual começou a se sobressair sobre o coletivo. O estímulo ao consumo, que é uma característica fundamental para essa nova etapa capitalista, traz consigo o apelo ao individual, a fantasia da exclusividade, do sujeito único e especial.

Diante dos diversos reveses proporcionados pela estratégia neoliberal para as classes subalternas, o termo neoliberalismo passa a ter uma conotação negativa. Castelo (2013) aponta que o “receituário-ideal” do neoliberalismo pensado pelos intelectuais teve que ser flexibilizado, já que encontrou enorme resistência em muitos países, como é o caso do Brasil. Em frente a tal barreira, começou-se a formular uma variante ideológica do neoliberalismo: o social-liberalismo. Essa variante passa a incorporar pautas progressistas, como diminuição da desigualdade e políticas anti-opressões. A chamada “questão social” passa a ganhar maior espaço, sem contudo se desfazer dos pilares do neoliberalismo. Para além do Estado, a própria burguesia, através de suas fundações, irá intervir na “questão social”, inclusive financiando organizações que trabalham com a problemática racial.

Há uma discussão sobre qual é o marco do social-liberalismo no Brasil, mas segundo Castelo (2013), embora os governos do PSDB já apresentassem elementos do social-liberalismo, é nos governos do Partido dos Trabalhadores que este atinge seu auge. Tendo como pano de fundo uma conjuntura bastante favorável para países exportadores de commodities, viabilizou-se políticas sociais como Prouni, Reuni, Bolsa Família, dentre outras, que foram importantes tanto para mover socialmente uma parte considerável da população, que se encontrava em situação de miserabilidade ou próxima, assim como qualificar a força de trabalho, possibilitando acesso à universidade para setores da classe trabalhadora que anteriormente estariam às margens.

Essas políticas foram essenciais para, como enfatiza Anderson (2020), produzir o maior avanço contra a miséria na história brasileira, pela combinação de um forte desenvolvimento econômico junto a programas de distribuição de renda impulsionados por um grande momento da alta das commodities e fuga de capitais do centro para a periferia do capital. Pelo fato de tais políticas estarem direcionadas às camadas mais pobres, a população negra foi muito beneficiada. Mas a base de todo o programa político foi a cartilha social-liberal, na qual o Estado até pode agir diretamente desde que suas políticas sejam realizadas junto ao mercado como grande mediador, utilizando cartilhas de instituições internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (BM).

O social-liberalismo, portanto, é incapaz de avançar para alguma reforma estrutural, já que conserva as bases do neoliberalismo, como privatizações, austeridade, uma estratégia de desenvolvimento que tem como horizonte o aprofundamento da mercantilização da vida. Enquanto o PIB crescia de maneira volumosa, era possível atenuar as contradições do capitalismo brasileiro e administrar uma pequena melhoria na vida da população mais pobre, garantindo lucros exorbitantes para os mais ricos. Mas ideologicamente também parece ter se aprofundado a visão de mundo neoliberal, já que o consumo foi potencializado e é através dele que uma parcela da população buscava sua “cidadania”. Mano Brown em entrevista à Rádio Brasil Atual (2017) dá uma resposta que, ao meu ver, sintetiza muito bem esse momento histórico:

Quem votou no Doria, pensa como ele. O cara que mora em uma comunidade e vota em um cara aristocrata, rico de raiz, que nunca sofreu nada, ele se sente como o Dória. No governo Lula, a pessoa comprou um carro, uma moto, um celular caro, agora ela quer trancar tudo com um cadeado e colocar a polícia na porta para defender.

As manifestações em junho de 2013 marcaram a falência das políticas conciliatórias petistas até aquele momento. A mudança na conjuntura internacional abriu espaço para que frações que haviam ficado fora do bloco do poder nesse período retornassem com uma força acumulada pelo desgaste ao PT por conta de escândalos de corrupção amplificadas pela grande mídia. Um conluio entre a grande burguesia associada e o capital internacional (Boito Jr, 2018), na esteira dos processos de mobilização em 2013 e junto a principalmente setores da classe média, houve acúmulo de forças suficientes para que em 2015 houvesse um golpe por dentro da lei, forçando um impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Por desviar-se em demasiado do objeto do trabalho, não irei me estender na análise do processo do PT enquanto governo ou da conjuntura política brasileira, que pode ser analisada por diferentes olhares e de maneira mais profunda em outros trabalhos (Boito Jr, 2018; Anderson, 2020; Iasi, 2017; Filgueiras, 2023). O importante na exposição é o entendimento de que, segundo este trabalho, os governos do PT não romperam com a estratégia econômica neoliberal e, por consequência, com sua lógica, sua racionalidade, ainda que haja diferença com outras gestões “puro sangue” da burguesia.

2.7 - Neoliberalismo e a “questão racial”

O período social-liberal, sobretudo nos governos Lula 1 e 2 (2003 a 2010), proporcionou uma mobilidade social para uma parcela da população mais precarizada, tanto pelos programas de transferência de renda como pela valorização do salário mínimo, acesso a crédito e baixa taxa de desemprego. As pessoas negras foram diretamente beneficiadas por esse momento, criando inclusive certas demandas que incluem bens duráveis como eletrodomésticos, além de serviços antes mais reservados a setores médios e da elite, como é o caso de internet paga, produtos estéticos e, dentro da área da saúde, a psicoterapia, conforme relatam Márcio Farias e Emiliano Camargo (2020).

Entretanto, excetuando a pequena melhoria no acesso ao consumo, o impacto do neoliberalismo sobre a “questão racial” aprofunda vulnerabilidades em que a população negra se encontra. Não obstante a vertente social-liberal tenha avançado em certas pautas, não pôde sustentar tal progresso diante da crise econômica, política e social, onde diversas pautas da agenda do movimento negro sofreram retração. Isso ocorre pela fragilidade que as medidas

neoliberais oferecem aos problemas sociais, já que a base que sustenta as políticas sociais no social-liberalismo é o mercado (Castelo, 2013).

Para além destes problemas já mencionados, há outro aspecto em que a estratégia neoliberal impactou em relação à “questão racial”: o instrumento de luta política contra o racismo. Garcia (2022) aponta como o neoliberalismo, enquanto uma ideologia política, produz uma determinada forma de cultura que se articula com suas mudanças no modo de produção capitalista. Dentro dessa nova forma cultural, desenvolve como a pós-modernidade, que se propôs e foi uma concepção crítica que trouxe contribuições importantes, será absorvida pelo neoliberalismo. Carcanholo e Baruco (2009) vão numa linha parecida ao apontar como as teorias pós-modernas, ao abandonarem uma visão de totalidade, acabam caindo no relativismo e em muitos casos em um subjetivismo. Por limites deste trabalho, não será objetivo aprofundar a discussão sobre as contribuições e problemas das “teorias pós-modernas”, que é um campo muito diverso e que certamente não deve ser negado em bloco. Mas, nos limites desta dissertação, o que nos é relevante é que, por princípio, essas teorias rejeitam uma noção de totalidade, abrindo um campo mais fecundo para uma incorporação pelo capital, à sua maneira, sob seus interesses. Mas não quero dizer que isso é uma exclusividade das teorias pós-modernas. O próprio marxismo, seja na academia ou em organizações políticas, acabou por seguir tal caminho em muitos momentos.

Uma característica importante de muitas destas teorias “pós-modernas” é a elevação da vivência (ou experiência) ao plano central da luta política. Transfere-se a necessidade de compreensão da realidade enquanto síntese de múltiplas determinações objetivas para uma análise puramente fenomenológica do racismo. Assim, “A realidade não está mais fora, no mundo. A realidade é a própria vivência” (Garcia, 2022, p. 182). Se o centro passa a ser a subjetividade, ou seja, o indivíduo e como ele experiencia o mundo, as saídas para os problemas serão inevitavelmente individuais. Junto a estas teorias pós-modernas, há perspectivas “puramente liberais”, que, por caminhos diferentes, mas com o centro da ação política sendo, da mesma forma, o indivíduo.

Denis de Oliveira (2021), ao investigar a relação do movimento negro com o “neoliberalismo progressista”, identifica em FHC a abertura para um diálogo do governo com o movimento. O então presidente se colocou como “[...] primeiro chefe de Estado brasileiro a reconhecer o racismo como um problema nacional” (Oliveira, 2021, p. 128). Como medidas concretas, nomeou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para operacionalizar um

documento recebido pela executiva da Marcha da Consciência Negra em comemoração aos 300 anos de Zumbi dos Palmares, reconheceu o racismo enquanto um problema nacional e nomeou a jornalista e militante histórica do movimento negro Dulce Pereira como presidenta da Fundação Cultural Palmares, que por sua vez organizou pré-conferências e seminários visando à construção de um documento em conjunto com o movimento negro para representar o Brasil na conferência de Durban. Essas medidas foram realizadas simultaneamente ao aprofundamento das medidas neoliberais que não foram possíveis de serem aplicadas anteriormente.

“O respeito à diferença convive com o paradigma neoliberal” (Oliveira, 2021, p. 123), desde que isso não atrapalhe a reprodução do capital. No que diz respeito à “pedra filosofal” da sociedade burguesa (processo de transformação de trabalho em capital), Denis de Oliveira pontua que universidades dos Estados Unidos, no curso de Gestão Empresarial, vêm debatendo a diversidade racial enquanto forma de gestão para aumentar a produtividade: “há estudos que demonstram que em ambientes mais marcados pela diversidade, constitui-se uma familiaridade maior do trabalhador com o ambiente social que ele vivencia e, assim, há uma tendência a produzir mais” (Oliveira, 2021, p. 189) e isso tem atraído lideranças negras no Brasil. Grandes grupos capitalistas, que praticam lobby para pressionar o Estado em favor de medidas ultraliberais, com o outro braço - mais curto, como um caranguejo - investem em medidas sociais buscando cooptar lideranças dos movimentos.

Esse processo de financiamento intensifica uma espécie de “guetificação” dos movimentos, no qual se fecham em si mesmos e promovem uma luta que tem começo e fim na própria identidade. Ainda que pela grande repercussão do termo racismo estrutural, o termo tem se massificado - e esse não é o problema, ao contrário - acaba se limitando somente ao nome, já que não carrega em seu conteúdo uma concepção que se articule com a totalidade social, não se dispõe a uma proposta de mudança radical em um sentido de transformação do sistema pela sua raiz. Nesse sentido, Asad Haider (2019, p.152) nos alerta:

Um grande lapso no nosso entendimento da transição neoliberal é não entender que esse momento era também uma derrota dos novos movimentos sociais tanto dos trabalhadores organizados. Embora reivindicações nesses movimentos tenham sobrevivido, eles cresceram cada vez mais separados de mobilizações de massa populares que pudessem fazer das reivindicações uma contestação de todo o sistema. Enorme progresso foi feito no nível cultural, mudando sobretudo nossa linguagem. Mas estruturas materiais fundamentais foram poupadas.

Não há dúvidas de que há um avanço do ponto de vista cultural quando vemos o debate contra o racismo permeando as conversas cotidianas, quando certos termos racistas encontram maior indignação por parte da população. Hoje, até mesmo novelas da Rede Globo têm abordado a temática, algo impensável em uma emissora que durante décadas contribuiu de maneira firme na produção e reprodução dos mais poderosos estereótipos racistas. Entretanto, as estruturas permanecem intactas, o caráter de economia dependente, que é uma das condições para a perpetuação do racismo enquanto instrumento para superexploração que dá sobrevida à burguesia, se aprofunda.

A bandeira central do movimento negro que surgiu na década de 1980, cujo marco foi o Movimento Negro Unificado (MNU), de denúncia do Estado enquanto operador do genocídio da população negra, embora permaneça forte e tenha tido ganhos, parte dele esteve no governo e está novamente nesse momento, em uma conjuntura mais complexa que a do começo do século. Porém, parte do movimento parece incorporar uma perspectiva liberal, de empoderamento como principal instrumento político, e esse sendo efetuado via mercado. Com o avanço das redes sociais, novos agentes na figura dos *influencers*¹² têm colocado cada vez mais o “empreendedorismo” no centro do debate. Essa lógica “empreendedora” tem permeado expressões artísticas mainstream da música negra e periférica, como o funk brasileiro e o rap.

2.8 - Preto e dinheiro são palavras rivais?

MV Bill sintetizou muito bem um dos aspectos do imaginário brasileiro em relação à população negra quando afirma que “*preto, pobre é parecido, mas não é igual*”¹³. Se até o momento me referi à posição social do negro em níveis mais gerais, no caminho ao concreto surgem particularidades marcadas por estratificações e hierarquias, já que, por óbvio, não existe o negro isolado de outras determinações - como gênero e classe. O verso do MV Bill traz à tona um sentido social que associa de maneira automática o negro à pobreza, como sinônimos. É verdade que a base para esse estereótipo, tal como qualquer ideologia, tem aspectos calcados na realidade; um breve olhar nas periferias ou índices relacionados à pobreza atestam essa afirmação. Mas estereótipos são abstrações que aparecem como totalidade, um traço que passa a representar um todo, e um olhar mais profundo sobre a mesma realidade não permite seguir esse caminho que se faz dominante no senso comum.

¹² pessoa que influencia a opinião e o comportamento de um número muito grande de seguidores por meio de criação e compartilhamento de conteúdo pelas redes sociais. (Oxford Languages).

¹³ Rap “*Só Deus pode me julgar*”, de 2002.

O desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil e sua complexificação criaram estratos no interior das classes sociais e que, “a conta-gotas”, a população negra conseguiu se inserir, formando uma classe média negra e, em alguns casos mais raros, burgueses negros, sobretudo via arte ou esporte. O traço mais explícito desse fenômeno aparece via consumo, que ganha maior destaque na última grande era do capital.

Diante do entrave no crescimento promovido pelos limites do welfare state, uma das saídas foi a aceleração no processo de valorização do capital, diminuindo o tempo de sua rotação entre produção e circulação e a necessidade, portanto, da intensificação do consumo para a realização desse processo. Sobre este último elemento, houve um alto investimento em propagandas e apelo a um ideal de estilo de vida de compra desenfreada. Os bens duráveis ficaram menos duráveis. O apelo à exclusividade, variedade de produtos e sua constante renovação também são marcas expressivas desse momento. Na década de 1990, isso se exacerbou por conta do fim da União Soviética e do bloco socialista, que abriu campo para o predomínio do capitalismo em cada canto do planeta.

Como mencionado por D’Andrea (2022), a chegada do neoliberalismo e a proliferação de seus valores, sem restrições de classes ou estratos sociais, promoveram mudanças na sociabilidade: “impulsionados pela sociabilidade de aquisição de produtos importados, o consumismo e a ostentação se colocaram como balizadores das relações sociais” (D’Andrea, 2020, p. 97). Tudo que era público ou coletivo passava a ter conotação negativa e, no sentido inverso, o privado a ser valorizado.

Os setores mais pauperizados das classes trabalhadoras não gozaram dessas novidades em um primeiro momento. Já nos governos petistas, uma parcela desses setores obteve uma melhoria em sua vida; a chamada “classe C” foi marcada por ser um estrato das classes trabalhadoras que teve alguma mobilidade social graças aos programas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, dentre outras condições que a conjuntura internacional permitiu, como aumento da oferta de crédito e o boom das commodities primárias que possibilitou superávits no período.

Mas as medidas visaram resolver os problemas da desigualdade social via consumo, e isso trouxe importantes impactos na subjetividade. E não há qualquer segredo nesse processo; Marx ([1890] 2013), ao falar sobre o fetiche da mercadoria, identifica como há uma inversão na relação sujeito-produto. Se o ser humano, a partir do trabalho, modifica a natureza para

satisfazer suas necessidades, no capitalismo essa relação nos aparece do avesso: é a mercadoria que ganha vida e nos domina, ou dito de outro modo, acaba nos produzindo. Nossas necessidades e aspirações serão necessariamente mediadas pela forma mercadoria; o sonho da casa própria, carro e viagens simbolizam bem a ideia aqui levantada. O que se tem chamado de sociedade de consumo (Silva e Carvalhaes, 2016) tem como consequência a intensificação desse fetiche: a desconexão entre a mercadoria e sua produção realizada por mãos humanas se aprofunda. Consumir passa a plasmar a necessidade de ser reconhecido como alguém, de se sentir humano.

Na medida em que passo a ser alguém somente quando possuo um conjunto de mercadorias, a capacidade de tê-las em maior quantidade - que significa a possibilidade de satisfazer mais necessidades, do estômago ou da fantasia - será não apenas valorizada, mas cobiçada, posta como o grande objetivo de vida.

Um dos indicadores de como a glorificação do consumo passa a ter um espaço grande na concepção de mundo dos trabalhadores é a produção artística. Nos primeiros anos da década de 2010, na cidade de São Paulo, viu-se o auge de um subgênero do funk brasileiro: o funk ostentação (Baltazar-Pereira, 2023). Essa nova vertente talvez incorpore de maneira mais explícita uma nova estética da música negra, em que Gilroy (2007) aponta como um fenômeno entre as décadas de 1980 e 1990 com o rap estadunidense, que é uma sobreposição da imagem sobre a música.

O rap nacional, muito conhecido pela sua estética de protesto, também viu ganhar força uma nova forma de estética que, embora não na mesma intensidade que o funk ostentação, trouxe cada vez mais para suas letras o consumo como forma de superação. Campos (2020) realiza uma análise do rapper Emicida, um dos principais nomes do rap nacional na década de 2010, mas o articula com a totalidade do hip-hop e suas tensões internas no período. Utilizando-se da categoria tradição seletiva de Raymond Williams, investiga quais aspectos da tradição dos clássicos do rap o rapper incorpora seletivamente e quais ele nega. Diante da tensão entre duas posições que disputavam a hegemonia do hip-hop: aquela que o via como movimento político e outra engajada mais no cultural. Essa oposição não pode ser entendida como absoluta, ambas as posições carregam elementos uma da outra; a questão é qual dessas se acentua.

O autor também realiza um breve histórico da relação do rap com a política institucional, seja com candidaturas de pessoas do movimento a cargos legislativos ou ocupando secretarias. No decorrer de seu trabalho, há convergência em alguns apontamentos sobre as contradições dos governos social-liberais, mas que no trabalho de Campos (2020) ganham camadas mais concretas, já que não é pontuado apenas como esses governos influenciaram visões de mundo dos movimentos artísticos de maneira indireta, mas é colocada em questão uma possível cooptação ou tentativa de se utilizar as políticas públicas como moeda de troca para ações desastrosas do governo, como as ações do exército brasileiro no Haiti.

Mas o ponto chave de sua análise está no nascimento de uma articulação de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), portanto, uma noção de Estado Ampliado de Gramsci (2022) e o movimento hip-hop. O grande destaque é o SESC, cuja parceria com o hip-hop marca eventos importantes para o movimento, promovendo um grande vínculo com a cena estadunidense ao trazer grandes nomes do hip-hop estrangeiro. Mas tais eventos destacam mais a incorporação técnica e mercadológica da experiência estadunidense do que o cunho político, já que “Mesmo a presença de Chuck D, MC do legendário grupo nova-iorquino Public Enemy (“Fight the Power”) não pareceu acentuar o caráter mais político organizativo do Hip Hop, principalmente o rap” (Campos, 2020, p.99), indicando que a proposta era uma atualização do Hip Hop brasileiro.

Emicida, a partir de sua mixtape intitulada *Emicídio*, de 2010, promove uma transformação em sua carreira, assim como uma obra que representou novos ares que o rap nacional aspirava. Felipe Campos (2020) expõe a música “E Agora?”, na qual o autor se pergunta quais deveriam ser os próximos passos, já que “Agora nóiz tem carro, casa e comida” (Emicida, 2010, citado por Campos, 2020, p. 103), e vivenciavam, portanto, uma nova posição social. O autor relaciona a expressão “nóiz”, utilizada por Emicida, com uma noção coletiva de melhoria ocasionada pelos governos petistas. Tenho acordo com tal pontuação. Em outro trabalho já citado (Baltazar-Pereira, 2023), aponte uma hipótese que vai ao encontro dessa ideia, embora referente à vertente do funk ostentação. Tal como no rap citado, parece haver uma espécie de “coletivização simbólica” dos bens acumulados pelo artista, em que ele apresenta seus ganhos como sendo de um conjunto, seja a periferia, a favela (“a favela venceu”), a quebrada, os pretos. Ao mesmo tempo em que isso pode ressoar no público como um ideal ou objetivo de vida, a melhoria via consumo exacerbado parece servir de base para essa fantasia. Nesse sentido, o artista capta uma aspiração comum e como

ela se apresenta em determinadas frações sociais e as transforma em arte. Esse imaginário de "ascensão social", seja de maneira mais dramática (conflituosa) pelo rap ou aberta e hiperbólica como no funk ostentação, se faz presente nos dois gêneros musicais marcados pela estética periférica.

Mas retomando a análise da música "E Agora?" feita por Felipe Campos (2020), essa nova fase do rapper é marcada por um apelo à organização e trabalho, mas, como o autor pontua, "...veremos posteriormente o quanto os significados de trabalho e organização não se referem, respectivamente, à formação de classe e organização política na forma de movimento social reivindicatório por direitos de cidadania, mas a algo distinto: "O sentido que esses termos passam a assumir é da *forma-empresa*" (Campos, 2020, p. 108, ênfase do autor). Temas de crítica social deveriam ter um espaço diferente de antes, já que se respirava tempos de crescimento econômico, uma fase em que se tinha dinheiro no bolso e a abertura de novas possibilidades. Era o momento de, em lugares chiques, a cor preta ser mais que os ternos, como aponta o cantor, que ainda faz uma crítica ácida a quem insiste na temática da crítica social ao dizer que "[...] Aí, você pode ter 13 anos pra sempre, ou mais/Botar a culpa nos boy ou nos seus pais/Só xingar o sistema ou resolver o problema" (Emicida, 2010, citado por Campos, 2020, p. 108).

Ao analisar o conteúdo da letra, que faz um apelo à superação da condição precária vivida pela maioria da população negra e periférica via trabalho duro e auto-organização, Felipe Campos destaca:

Portanto, não é o momento de xingar o sistema, mas resolver o problema. Qual? Ao que apresenta na letra, deve-se resolver a condição social em que a população negra encontra-se em massa nas cadeias e favelas - representadas pelos barracos de madeirite. E assim, não frequentam lugares chiques. Porém, como se resolve esse problema? A resposta de Emicida é enfática: vão ter que tramar pra vencer. Pois assim como o rapper saiu do concurso da depressão para ser incluído entre os campeões, a mensagem que fica é de que é possível também para outras pessoas, visto o cenário desfavorável que ele enfrentou para chegar ao patamar retratado. (Campos, 2020, pp.110-111).

O autor conclui sua investigação compreendendo que, na segunda década dos anos 2000, uma nova estética passa a ganhar hegemonia no cenário do rap nacional: a estética da superação empreendedora. Se utiliza da categoria de *tradição seletiva* de Raymond Williams para demonstrar que certos elementos do rap clássico são preservados, um exemplo é a defesa do Hip-Hop como uma expressão da cultura negra e também uma característica muito cara ao

movimento mais político do rap: as críticas sociais. Basta olharmos como a expressão “fogo nos racistas”, do rapper mineiro Djonga, virou um grande símbolo da luta anti-racista.

A articulação da luta anti-racista e periférica com a superação via consumo passa a ter força tanto no rap quanto no funk. A armadura passa a ser banhada a grife, o cordão de ouro a nova proteção. Ao acessar esses bens materiais, há uma expectativa de que se supere os males que a sociedade capitalista promoveu para grande parte da população, como a miséria e a violência, a certeza que toda tristeza será maquiada por artigos de luxo, como Djonga nos diz, o “Boné Nike tampando o olho/ Que é pra não enxergarem as feridas da nossa alma”, o empoderamento negro via cartão black. O rapper Baco Exu do Blues, em sua canção *Autoestima*, é ainda mais enfático:

Usamos drogas pra esconder nossa dor
 Diamantes nas correntes pra ofuscar nossa dor
 Cravejamos o sorriso, não vão ver nossa dor
 Pago dez mil nesse tênis, tô pisando na dor
 Essa roupa é cara, foda-se, compra
 Quero esconder minha dor (minha dor)
 Esse carro é caro, foda-se, compra
 Eu quero fugir da minha dor

É nesse sentido que, para a classe trabalhadora negra, o consumo enquanto caminho rumo à humanização aparece de forma duplicada; raça e classe se articulam em um processo de compensação. Se não dá para “fugir dessa coisa de pele”, o acúmulo de dinheiro e bens como forma de poder pode ressignificar, em alguma medida, os significados atribuídos às pessoas de maior melanina.

No Brasil, de modo mais lento e em proporção menor, parece ter seguido um caminho semelhante ao dos Estados Unidos em relação ao olhar sobre a raça negra, no qual essa mudança pode ser observada no ideal de beleza. Uma pesquisa do Datafolha publicada em 2023 aponta que 64% das pessoas negras se consideram atraentes, número semelhante entre pessoas brancas. Isso pode indicar que tanto a autoavaliação quanto a percepção social sobre o ideal de beleza estão se alterando, ao menos entre adolescentes e adultos. Contudo, embora tal resultado não sugere uma igualdade racial no que diz respeito ao ideal estético, pode ser um indicador dos esforços e conquistas do movimento negro.

Mas utilizando a sociedade estadunidense como exemplo, Paul Gilroy (2007) destaca como o avanço indústria de cosmética e da propaganda, sobretudo no que diz respeito a tecnologia de modificação computadorizada de imagens, modificaram o padrão estético de

comerciais e anúncios publicitários, “os rostos nos quadros de avisos, telas e revistas não são mais exclusivamente brancos” (Gilroy, 2007, pp. 40-41). Um dos pilares dessa mudança será Spike Lee, com sua agência de propaganda negra, e todo novo mercado especializado nessa particularidade racial, popularizado sob o conceito de *black money*¹⁴.

No Brasil, o empreendedorismo focado no público negro—sobretudo entre setores médios—tem crescido expressivamente. Isso reflete em uma afirmação positiva da identidade racial, tanto no mundo dos negócios quanto na intelectualidade e nos serviços de maior especialização. Destaca-se, especialmente, a questão estética, com modelos negros e negras ganhando maior visibilidade cultural.

Entretanto, é necessário enfatizar, como aponta Gilroy (2007, p. 42), que “é preciso ficar bem claro que a ubiquidade e proeminência atual conferida a corpos excepcionalmente bonitos e glamourosos, porém, racializados, não faz mudar as formas cotidianas de hierarquia racial”, Embora essa pequena mudança no ideal de beleza tenha influenciado positivamente a vida de milhões de pessoas negras, “as associações históricas de negritude com a infra-humanidade, brutalidade, crime, preguiça, fertilidade excessiva e ameaçadora, e assim por diante, continuam imperturbáveis” (Gilroy, p.42).

Essa realidade se torna ainda mais evidente em tempos de reação de setores conservadores e reacionários da sociedade, não apenas no Atlântico Negro, mas também em outras regiões do planeta. Entre as pautas caras à extrema direita, destaca-se a ideia de um “retorno” ao período em que o “politicamente correto” não limitava tradições racistas presentes em ditos populares, piadas e expressões que sustentam antigas hierarquias.

O momento atual da questão racial no Brasil é complexo e exige uma investigação mais aprofundada para avançar sobre esse problema. É fundamental, contudo, destacar as contradições contemporâneas que esse aspecto social nos apresenta. Por um lado, é inegável a existência de avanços; por outro, o que Gilroy (2007) denomina multiculturalismo de mercado acabou esvaziando o caráter coletivo e emancipatório da luta antirracista, reduzindo-a a uma lógica meritocrática, em que apenas os que alcançam destaque na competitividade capitalista conseguem avançar.

Avançando sobre nosso problema, é essencial compreender como a questão racial, no contexto do neoliberalismo, impacta psicologicamente a população negra, produzindo novas formas de subjetividade.

¹⁴ *Black Money* é um movimento de empreendedorismo focados em mercadorias e serviços destinados a população negra.

3- A IDEOLOGIA RACISTA CRIA O SUJEITO À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA

“Tem que acreditar! Desde cedo a mãe da gente fala assim: ‘Filho por você ser preto você tem que ser duas vezes melhor’. Aí passado alguns anos eu pensei: ‘como vou fazer duas vezes melhor se você ta pelo menos cem vezes atrasado? Pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos trauma, pelas psicose, por tudo que aconteceu, duas vezes melhor como? (...) Se você vai escolher o que tiver mais perto de você o que tiver dentro da sua realidade, você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz!’ “

Racionais Mc's - A vida e desafio (Ao vivo).

“É logo nos primeiros dias da alegre infância que a revelação se abate sobre a pessoa, tudo em um único dia, com toda a força”

W.E.B. Du Bois - As Almas do Povo Negro

Até o momento, temos entendido o racismo como uma ideologia. Ideologia, em nosso entendimento, trata-se de uma concepção de mundo particular que pode ser utilizada por uma classe ou fração, e que se universaliza, passando a ser tratada como uma verdade absoluta e natural. A ideologia, nesse sentido, não é uma falsa consciência, uma mentira cuja função é apenas mascarar a verdade. Ela se ancora em elementos parciais da realidade e, nesse sentido, nunca é completamente falsa, mas uma verdade parcial.

Eagleton (1997, p.62) aponta que “A ideologia congela a história em uma ‘segunda natureza’, apresentando-a como espontânea, inevitável e, assim, inalterável”, apresenta uma dimensão da ideologia que se origina em Gramsci e é incorporada por Althusser, no qual a entende como prática social vivida e não apenas um conjunto de ideias que explicam, à sua maneira, o mundo. O conjunto de ideologias é algo móvel, tanto em seu “interno” - uma ideologia se metamorfoseia ao longo da história - quanto em sua força no conjunto das relações sociais. Ela é parte importante para a dominação em forma de consenso (ou convencimento), algo que, na sociedade capitalista em seu período de normalidade, é o instrumento principal frente à coerção direta para a hegemonia da sociedade burguesa (Gramsci, 2022).

Tal como a família, a propriedade privada, as mercadorias, a ideia de raça aparece como algo trivial. “Um negro é um negro[...]”, disse Marx ([1890]/2013, p.836, nota 256), e de fato, “somente sob determinadas condições ele se torna um escravo”. Mas é importante pontuar, como fez Marcio Farias (2022), que o próprio termo “negro”, para classificar pessoas, surgiu apenas sob determinadas condições históricas, assim como o termo “branco” e

a própria ideia de raça e os valores atribuídos a cada distinção realizada. A força da ideologia está justamente na sua reprodução cotidiana, em uma dimensão normalmente inconsciente na atividade das pessoas.

Fanon (2008) traz algo a esse respeito ao dialogar com a categoria de inconsciente coletivo de Jung, mas recorre a uma inversão importante. Ele entende que é um erro situá-lo como uma herança cerebral, algo como um instinto cuja função é a preservação da espécie. Os arquétipos que o autor suíço entende como apriorísticos à cultura, Fanon busca situá-los no rastro histórico da humanidade, de tal modo que “[...] o inconsciente coletivo, sem que haja necessidade de recorrer aos gênesis, é simplesmente o conjunto de preconceitos, mitos, atitudes coletivas de um grupo determinado” (Fanon, 2008, p. 159).

Ao situar o inconsciente coletivo como algo adquirido e não herdado, Fanon explora a construção do negro na Europa e como ele foi largamente associado a coisas negativas. “Na Europa, o mal é negro” (Fanon, 2008, p.160, ênfase do autor). O maligno é simbolizado pelo negro; o erro é associado ao negro, assim como a ingenuidade, a malícia, a agressividade e a vadiagem. “Os arquétipos dos valores inferiores são representados pelo negro” (Fanon, 2008, p.160). E nada disso é fruto do verbo, mas sim uma construção histórico-social da qual já exploramos anteriormente, uma imposição cultural da criação de uma imagem aterrorizante da alteridade, disseminada via contos, livros, ciência e entretenimento. O negro enquanto símbolo do mau e o branco como seu oposto se tornam um axioma.

Neusa Santos Souza, por sua vez, ao falar da realidade brasileira, sinaliza que “O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as figuras representativas do mito negro” (Souza, 2021, p.57). Nada disso, no entanto, é explicitamente expressado; via de regra, é encoberto pelo véu da democracia racial, sendo antes sugestionado e não abertamente dito. Esse mito é um aspecto importante para tornar o racismo brasileiro algo mais deslocado do campo da consciência, e, quando surge à superfície, ocorre o que Lélia Gonzalez (2020) chamou de racismo por denegação, em alusão à categoria freudiana em que há uma resistência diante de certo conteúdo antes recalcado. Assim, ainda que diante de casos e números estatísticos que comprovem explicitamente o fenômeno do racismo, há uma insistência em não aceitá-lo ou em reduzir sua importância enquanto um problema presente nos atos mais simples do dia a dia.

Parte dessa denegação ocorre em virtude da própria sociabilidade capitalista, que impõe circunstâncias nas quais mesmo o sujeito “esclarecido e com boas intenções” se vê na pele de Hamlet, no dilema de seguir seu ideal ou, de maneira pragmática, realizar um desejo imediato que se lhe opõe. “Em um mundo ideal, eu não teria criados, mas no presente momento existem razões pragmáticas e prementes que me proíbem de exercer as crenças que defendo tão arduamente” (Eagleton, 1997, p.48). Nesse sentido, por conveniência, ignorância ou uma contradição insolúvel, a ideologia é perpetuada. A necessidade cada vez mais intensa no trabalho faz o trabalhador de classe média procurar diaristas para liberar-se do oneroso serviço de limpeza da casa, as quais, muito possivelmente, serão mulheres negras. O fetiche da mercadoria nos faz impiedosos negociadores no cotidiano, ainda mais em tempos de perda do poder de compra da moeda. Barganhar se torna regra, e contratar serviços de profissionais negros pode ser uma boa forma de economizar, já que o cenário de “sangue”, promovido pela competição pela sobrevivência, impõe que pessoas negras vendam seus produtos abaixo do mercado em muitos contextos.

3.1 - A internalização ou subjetivação da ideologia

Se, conforme Eagleton (1997), a ideologia não se resume a uma representação racional do mundo, mas também a uma experiência vivenciada, uma tarefa importante para a psicologia é explicar como esse processo ocorre. Em outras palavras, qual é o mecanismo pelo qual a ideologia se subjetiva, passa a fazer parte do “mundo interno” do sujeito e, assim, guia sua conduta. Dessa forma, torna-se necessário estabelecer uma visão de sujeito e como ele se constitui.

Karl Marx e Friedrich Engels, no debate com Feuerbach e outros hegelianos de esquerda como Bruno Bauer (1809-1882), apontam o erro de se opor história e natureza, “como se as duas ‘coisas’ fossem coisas separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural” (Marx, Engels, 2007, p.31). É justamente diante desse pressuposto que “surgiram todas as ‘obras de insondável grandeza’ sobre a ‘substância’ e a ‘autoconsciência’” (p.31). De maneira geral, a compreensão dos autores alemães é que o ser humano é um ser natural, tal como todos os animais, mas que ao longo da história da espécie, rompe com os limites biológicos e passa a operar segundo outras leis. O salto de qualidade das leis biológicas para as leis sociais é um processo de superação, em que as leis anteriores não deixam de existir, já que ainda

precisamos saciar certas necessidades biológicas ou fenecemos. No entanto, essas leis se modificam e complexificam.

Vigotski (2021a, 2021b) parte desse pressuposto e conclui que o desenvolvimento do comportamento da criança segue duas linhas: biológica e cultural. Embora na filogênese essas duas linhas pareçam ser autônomas, "na ontogênese, ou desenvolvimento individual, elas se unem e se fundem em um processo único (embora não indiferenciado) e complexamente organizado" (Bozhovich, [1977]/2023, p. 4).

O orgânico refere-se àquilo que é hereditário, como certos reflexos, comportamentos e as funções psicológicas elementares (memória, atenção, pensamento, percepção, emoções). Já o cultural refere-se às formas elaboradas socialmente de comportamentos que a criança internaliza. Todas as funções psicológicas culturais ocorrem duas vezes: primeiro externamente, na relação interpessoal, principalmente mediada pelos signos; posteriormente, a criança internaliza essas formas superiores de comportamento (Vygotski, 2021a).

Cabe um destaque para o signo, que são representações simbólicas da realidade. O núcleo do signo é o significado, entendido como a generalização do real, um sentido materializado socialmente que propicia tornar a realidade compreensível. Significar as coisas é torná-las conscientes, "[...] a mais simples generalização, a primeira e mais simples formação de conceitos (juízos, silogismos etc.) significa o conhecimento cada vez mais profundo, por parte do ser humano, da conexão objetiva com o mundo" (Lenin, 2018, p. 189, ênfase do autor). Dar significado às coisas é a base sobre a qual se eleva toda a cultura e o gênero humano, já que possibilita uma comunicação sistematizada entre as pessoas e, posteriormente, uma comunicação interna. Esse é um dos principais fatores que nos diferencia dos animais. Essa capacidade de representar algo real possibilita que o ser humano recrie o mundo objetivo no campo das ideias. O conceito e toda a dimensão subjetiva constituem uma nova qualidade da matéria. Passando novamente a palavra a Lênin (2018, p. 178), os "conceitos são produto superior do cérebro, produto superior da matéria".

Mas todo esse processo só ocorre na relação do sujeito com o mundo, em sua atividade. Pode-se dizer que antes mesmo de sermos concebidos enquanto um pequeno conjunto de células, já somos banhados pela ideologia. Já existe todo um conjunto de expectativas em torno da criança desde sua gestação: "quero um filho homem para ir ao jogo do Corinthians", "minha filha será uma grande estudiosa e não dependerá do marido". Isso

ocorre porque, no que diz respeito ao ser humano, “como ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano - Eu sou Eu - [...]” (Marx, [1890]/2013, p.129, nota 18), é somente se espelhando nas expectativas e exigências colocadas sobre ele que o mesmo se forja e é forjado, tornando-se de fato um sujeito.

Para compreender como esse conjunto de relações sociais determina o desenvolvimento, Vygotski (2012a, p.264) desenvolve a categoria "situação social do desenvolvimento", no qual é

“[...] o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que se produzem no desenvolvimento durante o período em cada idade. Determina plenamente e por inteiro as formas e a trajetória que permitem à criança adquirir novas propriedades da personalidade, já que a realidade social é a verdadeira fonte do desenvolvimento, a possibilidade que o social se transforme em individual. (Vygotski, 2012a, p.264, tradução livre)¹⁵

O meio não nos determina de maneira absoluta, mas é refratado nas propriedades que constituímos até aquele momento. Segundo o autor, ao observarmos a situação social do desenvolvimento, é possível perceber as novas formações e a reestruturação da personalidade consciente da criança. Para captar esse processo, é necessário encontrar uma unidade de análise, ou seja, uma parte que contenha dentro de si a totalidade do fenômeno. Essa unidade será a vivência (*perezhivanie*):

"Podemos ainda destacar a unidade de estudo da personalidade e do meio ambiente. Em psicologia e psicopatologia, essa unidade é chamada de vivência. A vivência da criança é aquela unidade simples sobre a qual é difícil dizer se representa a influência do meio ambiente sobre a criança ou uma peculiaridade da própria criança. A vivência constitui a unidade da personalidade e do ambiente à medida que figura no desenvolvimento. Portanto, no desenvolvimento, a unidade dos elementos pessoais e ambientais se concretiza em uma série de diversas vivências da criança. A vivência deve ser entendida como a relação interior da criança, enquanto ser humano, com um momento ou outro da realidade" (Vygotski, 2012b, p. 383, tradução livre).

A vivência é uma unidade que condensa aspectos cognitivos e afetivos, assim como a relação interna e externa da personalidade com o meio social e cultural. Tentando ilustrar essa unidade, lembro de Vigotski (1999) em seu trabalho sobre *A Tragédia de Hamlet*, no qual ele faz uma observação sobre o caráter misterioso da penumbra, esse estado efêmero entre a noite e o amanhecer, contexto da primeira cena da tragédia. Na ocasião, ele escreve que “Em pleno

¹⁵ “[...]es el punto de partida para todos los cambios dinámicos que se producen en el desarrollo durante el período de cada edad. Determina plenamente y por entero las formas y la trayectoria que permiten al niño adquirir nuevas propiedades de la personalidad, ya que la realidad social es la verdadera fuente del desarrollo, la posibilidad de que lo social se transforme en individual.

amanhecer, existe uma hora em que a manhã já chegou, mas ainda é noite” (Vygotski, 1999, p.1), e em seguida complementa: “Não existe nada mais misterioso e incompreensível, e mais enigmático e obscuro, do que essa estranha passagem da noite para o dia”. Nesse momento, ele pontua que “o tempo se congela” e, durante um curto período, “não é nem noite nem dia” (grifos meus). A penumbra serve como uma boa analogia, pois é um momento crítico em que é difícil distinguir se é dia ou noite, assim como a vivência: “[...] é aquela simples unidade sobre a qual é difícil dizer se representa a influência do meio sobre a criança ou uma peculiaridade que lhe é própria” (Vygotski, 2012b, p. 383, tradução livre).

A vivência é a unidade mais básica de desenvolvimento do psiquismo. Podemos dizer que os sentidos e significados pessoais, assim como todo o aparato psicológico superior, têm a vivência como base, ou, em outras palavras, têm a refração do social como impulsionador. Vygotski (2012b, p. 383, tradução livre) sintetiza ao dizer que “[...] o meio determina o desenvolvimento da criança através da vivência do referido meio”.

Bozhovich (1976, pp. 123-124, tradução livre) tem uma compreensão da vivência enquanto afeto. Para a autora:

O emprego do termo "afetivo" ("relação afetiva", "vivência afetiva", "conduta afetiva", etc.) tem, em nosso livro, um significado algo diferente daquele que lhe é dado no *Manual de Psicologia* de Smirnov e outros [145], e do que normalmente se atribui na literatura pedagógica, psicológica e criminológica. Ao falar de estado afetivo, temos em mente não simplesmente uma emoção intensa provocada por qualquer influência externa muito forte; nesse caso, o afeto se manifesta como uma explosão emocional muito forte, acompanhada de um entorpecimento da consciência, um enfraquecimento da vontade e a perda do controle sobre as próprias ações. Examinamos os estados afetivos como experiências emocionais prolongadas e profundas, diretamente relacionadas com necessidades e aspirações ativas, que têm importância vital para o sujeito. Nesse sentido, todas as pessoas têm uma vida emocional mais ou menos intensa, sem a qual se tornariam seres passivos ou indiferentes. Se no sujeito surgirem simultaneamente diferentes tendências afetivas, incompatíveis entre si, algumas delas poderão ser “reprimidas”, o que inevitavelmente levará a reações inadequadas do sujeito e até mesmo a um estado neuropsíquico (esses estados afetivos são designados por Neimark como "afeto de inadequação.") Na literatura psicológica contemporânea, o conceito de afeto é usado por vários psicólogos neste mesmo sentido, I. S. Vygotsky, S. L. Rubinstein, K. Lewin, K. Koffka e outros.”¹⁶

¹⁶ El empleo del término “afectivo” (“relación afectiva”, “vivencia afectiva”, “conducta afectiva”, etc.) tiene en nuestro libro un significado algo diferente del que se le da en el Manual de psicología de Smirnov y otros, [1 4-5] y del que se acostumbra a dar en la literatura pedagógica, psicológica y criminológica. Al hablar de estado afectivo, tenemos en cuenta, no simplemente una emoción intensa, provocada por cualquier influencia externa muy fuerte-, en este caso, el afecto se manifiesta como una explosión emocional muy fuerte, acompañada de un embotamiento de la conciencia, un debilitamiento de la voluntad y la pérdida del control de las propias acciones. Nosotros examinamos los estados afectivos como vivencias emocionales prolongadas y profundas, directamente relacionadas con las necesidades y aspiraciones activas, que tienen para el sujeto una importancia vital. En este sentido, todas las personas poseen una vida afectiva más o menos intensa, sin la cual se convertirían en seres pasivos o indiferentes. Si en el sujeto surgen simultáneamente tendencias afectivas

Para a autora, *a vivência* não será qualquer emoção sentida pelo sujeito, mas emoções “prolongadas e profundas”, que tenham relação direta com suas aspirações. Ressalta que a categoria traz uma grande contribuição por jogar luz onde segundo suas palavras “destacou e apontou aquela realidade psicológica fundamental onde é necessário iniciar a análise do papel do meio no desenvolvimento da criança.” (Bozhovich, 1976, p. 124, tradução livre)¹⁷. Porém, pelo fato da vivência se tratar de um “nó” indivisível, para se compreender mais concretamente seu caráter, se faz necessário investigar o que lhe está subjacente.

Bozhovich (1976) a partir de uma leitura de autores como W. McDougall (1916), L. Morgan (1899), Koffka(1934) e Vigotski(1926), vê as emoções e afetos como reflexos das necessidades reais do indivíduo. A noção de adaptação como princípio da vida orgânica, muito forte na biologia, era também absorvida pelos psicólogos do início do século XX. A criança busca se adaptar ao meio social que está inserida e qualquer desequilíbrio nessa relação produz necessidades que servem de impulso para o desenvolvimento de novas capacidades, comportamentos, que reequilibrem a relação do sujeito com o ambiente. Mas para Vigotski, as emoções não são apenas um estado passivo, no qual o sujeito as sente quando provocado por algo externo, mas ativas no sentido de estimular a atividade.

Essa compreensão de que as emoções são reflexos das necessidades, nos leva à seguinte conclusão, segundo Bozhovich (2023, p. 11):

Se queremos entender exatamente como o meio afeta as crianças e que influência ele exerce em seu desenvolvimento psíquico, devemos analisar a relação entre esse meio e as necessidades da criança, na medida em que é capaz de satisfazê-las ou, em alguns casos, de dificultar sua satisfação[...] Em outras palavras, o que está por trás da vivência, como a enxergamos, é o mundo das necessidades das crianças – seus impulsos, desejos, intenções, complexamente entrelaçados uns com os outros e inter-relacionados com as possibilidades de atender a essas necessidades. E todo esse complexo sistema de conexões, todo o mundo das necessidades e impulsos de uma criança deve ser decifrado para que possamos entender a natureza da influência que as circunstâncias externas exercem no seu desenvolvimento psicológico.(Bozhovich, 2023, p. 11).

A *vivência* do sujeito está intimamente ligada com as suas necessidades, desejos e aspirações. Mesmo acontecimentos em que se há uma expectativa muito cristalizada de determinada forma de reação, como por exemplo o falecimento de um ente querido onde se

diferentes, incompatibles entre sí, algunas de ellas podrán ser “reprimidas” lo que inevitablemente conducirá a reacciones inadecuadas del sujeto e incluso a una afección neuroncuro-psíquica. (Estos estados afectivos son designados por Neimark como “afecto de inadecuación”). En la literatura psicológica contemporánea, el concepto de afecto es utilizado por numerosos psicólogos en este mismo sentido, I. S. Vigotsky, S. L. Rubinstein, K. Lewin, K. Koffka y otros. “

¹⁷ “destacó y señaló esa realidad psicológica fundamental por donde es necesario comenzar el análisis del papel del medio en el desarrollo del niño”

espera uma tristeza profunda, isso só ocorrerá se o fato da pessoa não estar mais em vida bloquear necessidades profundas da pessoa em luto. Perder um dos pais pode atingir em cheio necessidades ligadas à segurança, assim como o fim de um relacionamento afetivo-sexual coloca um fim a uma constelação de necessidades e desejos ligados ao sexual, social e mesmo de autoestima. A associação exclusiva do afetivo às necessidades como faz Bozhovich é algo a se investigar mais profundamente no futuro, mas contribui neste trabalho para o avanço na compreensão da esfera afetiva enquanto sistema central para o sujeito, tanto na sua ação no mundo, mas de igual maneira como ele o afeta.

É importante destacar que em determinado momento do desenvolvimento ontogenético, tal como as demais funções psicológicas, as emoções se entrelaçam de maneira indivisível com o cultural e as demais funções. A internalização da cultura, sobretudo via o significado, complexifica o reino das emoções ao ponto de termos um salto de qualidade. Carl Ratner (1995) traz um exemplo interessante ao falar do ciúme e seu possível correspondente natural que está contido em animais e bebês. Esse “ciúme natural” está ligado a uma reação espontânea de perda de um objeto importante para a sobrevivência. No humano adulto, esse sentimento se constitui a partir de concepções de mundo ligadas a estruturas complexas como o patriarcado, a monogamia e a propriedade privada, “o ciúme no humano adulto[...] pressupõe um conceito de propriedade exclusiva, uma premonição, voltada para o futuro de perda de algo importante e até mesmo perda de autoestima”. É possível se perguntar até que ponto esse “ciúme” biológico e o ciúme adulto são de fato correspondentes. Mas prossegue Ratner (1995,p.68) que “as culturas que não dispõem de conceitos adequados não experimentam sentimentos de ciúme”. Portanto, as emoções e sentimentos, assim como demais funções psicológicas, na medida que se entrelaçam com a cultura, tornam-se funções psicológicas superiores, tornam-se sociais.

O quê, quando e quanto sentimos algo terá relação, portanto, com a visão de mundo que possuímos. É possível levantar a hipótese de que é nesse campo que a ideologia tem sua penetração mais profunda, no conteúdo das emoções. Episódios que presenciamos nos últimos anos de ascensão neofascista no Brasil, no qual pessoas foram agredidas meramente por estarem de roupa vermelha e assim foram associadas ao comunismo pode ilustrar bem o que estou expondo sobre o entrelaçamento de visão de mundo e sentimentos. O racismo faz as pessoas sentirem e agirem de maneira negativa ao se deparar com uma pessoa negra em algum local que lhe remeta a alguma insegurança.

O “medo de pretos” de um caso descrito por Fanon (2008) no caso da senhorita B..., uma mulher de 19 anos que estava fazendo tratamento em um hospital psiquiátrico de Saint-Ylie, exemplifica o caráter complexo que as emoções assumem e sua articulação com a ideologia. Nesse processo a jovem sofria de um quadro neurótico e que dentre outras manifestações, apareciam tiques quando estava em estágio de vigília. Após observar relatórios e realizar entrevistas com a moça, Fanon conclui que quando pequena, seu pai ouvia muita música negra e o som do atabaque todas as noites se fazia presente em sua casa quando ela já estava na cama. Os irmãos e irmãs ao saber de seu pavor ao som do atabaque, ficavam aterrorizando-a como diversão. Ligava esse som ao preto, o preto em seu imaginário era aterrorizante o que desbocada no caso apresentado. Podemos questionar o método e certos resultados em que Fanon chegou através da psicanálise, mas em geral nos parece plenamente satisfatória a hipótese de adoecimentos psicológicos frutos, em última instância, por conta da ideologia.

Prosseguindo no processo de subjetivação da realidade, podemos nos perguntar: se as emoções estão intimamente ligadas às necessidades, que por sua vez é a base para determinar o caráter das vivências, como se originam tais necessidades no indivíduo? De maneira geral, pode-se dizer que é na sua relação com o mundo que as necessidades vão se constituindo, mas isso ainda é demasiadamente geral para análises mais concretas, úteis para a clínica e outros campos práticos em psicologia como a educação. Para responder essa questão, Bozhovich (1976) recorre a duas categorias que diz ser a expressão na psicologia da formulação mais geral realizada por Marx (2008) sobre o ser social determinar a consciência: *posição objetiva*, sendo essa o lugar a criança (pessoa) ocupa no conjunto de relações sociais em que está inserida e a *posição interna*, que é a atitude que a criança toma diante da posição objetiva e sobre si mesma.

Quanto à posição objetiva, Bozhovich (2023, pp. 17-18) aponta:

Por sua vez, as posições das crianças são determinadas por duas condições: primeiro, pelas demandas do meio social que se desenvolveram historicamente e são colocadas sobre as crianças de uma determinada idade (a partir dessa perspectiva podemos falar da posição da criança pré-escolar, da escolar, do adolescente trabalhador, do dependente, etc.); segundo, pelas exigências que as pessoas ao seu redor fazem às crianças com base nas características individuais de desenvolvimento de uma criança em particular e nas circunstâncias específicas da família. Exemplos incluem a posição de filho único muito jovem ou em idade pré-escolar ou criança abandonada ou a posição de uma criança escolar superdotada considerada pela família como tendo um futuro promissor, ou, finalmente, a posição de um adolescente que acaba sendo o único provedor em uma família, e assim por diante.

A *posição objetiva* relaciona uma dimensão mais geral, como as expectativas e exigências historicamente constituídas e outra dimensão mais concreta em que estas imposições se relacionam com determinações em um nível mais baixo de abstração. Entre esses dois determinantes pode haver contradições, por exemplo uma criança na idade de 8 anos, cuja exigência e expectativa desenvolvida na sociedade capitalista é de que frequente a escola, isso pode não acontecer por estar na função de ajudar a família financeiramente. Em um período histórico que a formação social não tivesse a educação formal como exigência universal, por exemplo em uma família camponesa no feudalismo, isso não acarretaria conflitos.

Uma passagem descrita por Memmi (2021, pp. 22-23) me parece ilustrar bem a posição objetiva:

Cada um é o que sua condição objetiva faz dele, já o disse várias vezes. Eu me pergunto se teria realmente conseguido condenar tão vigorosamente a colonização se tivesse me beneficiado mais dela. Quero esperar que sim; mas o fato de ter sofrido com ela um pouco menos que os outros já me tornou mais compreensivo. Em suma, o *pied-noir*¹⁸, o mais teimoso, o mais cego, foi meu irmão no nascimento. A vida nos tratou de maneira diferente; ele era reconhecido como filho legítimo da Metrôpole, herdeiro do privilégio, que ele defenderia a qualquer preço, até mesmo o mais escandaloso; eu era uma espécie de mestiço da colonização, que compreendia a todos porque não pertencia totalmente a ninguém.

Albert Memmi coloca mais elementos para se pensar como nossa condição objetiva determina nosso ser. Nesse sentido, concordamos com Salinas (2023) ao apontar a insuficiência da teoria de personalidade de Bozhovich, sobretudo em sua categoria de *posição social* por não considerar determinantes mais gerais como gênero, sexualidade, raça e classe. Na ausência de tais categorias, o termo “meio social” fica excessivamente abstrato. As exigências e expectativas historicamente desenvolvidas podem ser diferentes a depender de sua classe, do seu gênero e sua raça.

Em relação a *posição interna*, diz Bozhovich (2023, p.20)

A posição interna é formada com base em como as crianças – como determinado por sua experiência anterior, suas oportunidades, as necessidades e impulsos que surgiram nelas no passado – se sentem em relação à sua posição objetiva na vida no presente momento e em relação à qual posição elas querem ocupar.

¹⁸ Termo para o francês que nasceu na África do Norte.

Passado e futuro estão presentes na *posição interna*, o conjunto de propriedades desenvolvidas em seu histórico de vida e o *dever* expresso pelas aspirações, a posição a ocupar. “Essa posição interna condiciona a estrutura da atitude das crianças em relação à realidade, àqueles que as rodeiam e a si mesmas”(Bozhovich (2023, p.20). Ela aparece como resultado da correlação entre a posição objetiva que o sujeito ocupa e seu conjunto psicológico constituído até aquele momento. A posição interna, segundo Bozhovich (1976), se constitui durante a transição do período pré-escolar para o escolar, quando a criança atinge um certo nível de desenvolvimento moral e cognitivo, possibilitando rudimentos de uma autoconsciência. É no processo ontogenético que essa instância humana ganha vida.

Em relação as estas duas categorias intermediárias:

Em síntese, podemos delinear a seguinte conclusão: pesquisas feitas por nosso laboratório estabeleceram que a formação da personalidade da criança é determinada pela relação entre o lugar que ela ocupa dentro do sistema de relações humanas disponíveis a ela (e, conseqüentemente, as demandas correspondentes colocada sobre ela) e as características psicológicas formadas até então como resultado de suas vivências anteriores. É dessa relação que emerge a posição interna, ou seja, o sistema de necessidades e impulsos da criança (representados subjetivamente pelas experiências emocionais que lhes correspondem) que, refratando e mediando os efeitos do meio, torna-se a força motriz imediata que guia o desenvolvimento de novas características psíquicas. (Bozhovich 2023, p.21).

Da fraseologia mais clichê ao sentimento mais íntimo, ambos em última instância tem como substância o social. É curioso e mesmo incômodo como o meio social pode ser a substância para criar a nona sinfonia ao mesmo tempo que mantém, por séculos, uma sociedade baseada em relações de produção escravas. Deus e o Diabo tem o mesmo.

A *posição objetiva* terá como um dos determinantes gerais a questão racial - não importa a cor do sujeito -, independente da consciência ou vontade. Cavalheiro (2000, citado por Oliveira; Abramowicz, 2010) realizou uma pesquisa de campo em uma EMEI(Educação Municipal de Educação Infantil) e relatou a partir de suas observações um tratamento diferente entre as crianças brancas e negras,

Os dados obtidos pela autora mostram que há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não-verbal, por meio de atitudes, gestos e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial. (Oliveira; Abramowicz, 2010, p.212).

Sobretudo quando estamos falando da realidade brasileira, os primeiros contatos com o racismo é velado, não dito, está nos pequenos gestos que demonstram haver uma diferenciação. Oliveira e Abramowicz (2010) em pesquisa realizada em uma creche tiveram

observações semelhantes, ao notarem que havia uma diferença na “paparicação” por parte dos professores frente às crianças. As crianças negras eram menos “paparicadas” em geral, assim como não compunham o grupo de “crianças preferidas”. Um exemplo era a diferença de tratamento quando cada criança chegava chorando.

Algumas crianças chegavam chorando e não ganhavam colo, no entanto, com determinadas crianças, era diferente: M. (loura, 2 anos) chegou chorando, então Nice (professora branca) a pegou no colo até que ela parasse de chorar. Depois chegou P. (negro, 2 anos) também chorando, mas Nice sentou-se em uma cadeira e o colocou entre as pernas.(OLIVEIRA E ABRAMOWICZ, 2010, p. 2019)

Esse é apenas um dos exemplos relatados pelas autoras da discrepância de tratamento entre crianças, no qual a cor aponta como um dos elementos. A diferença de tratamento é um das grandes distinções da *posição objetiva* das pessoas negras e brancas. Ainda que de maneira rudimentar do ponto de vista da consciência do ato, as crianças internalizam os valores racistas muito cedo e reproduzem em sua interação. Um exemplo se encontra em outro trabalho de observação em uma creche, realizado por Chaves e Tristão de Oliveira (2018, p.182):

Era o final da hora do sono, na sala do Mini Grupo I. Nesse momento, as 12 crianças (7 meninos e 5 meninas) eram cuidadosamente observadas pela professora e por uma outra educadora. No entanto, em determinado momento, Alana, com 3 anos, acorda segurando o elástico que prendia o seu cabelo crespo. Sem falar nada, sai da sua sala, atravessa o refeitório e vai ao encontro de uma das pesquisadoras. O seu cabelo estava dividido em 3 —birotel| pequenos que se soltaram enquanto dormia. A professora chamou por ela e perguntou onde ela iria, sem obter resposta. Alana chegou se aconchegando no colo de uma das pesquisadoras, sem falar nada; mas, chorando, pôs o elástico nas mãos dela, que logo perguntou o que tinha acontecido. Ela se aconchegou mais no colo, olhou para a pesquisadora e disse: —O Jefferson falou que meu cabelo é feio, é ruim, e começou a chorar mais intensamente.

No decorrer da situação a garota é acolhida pela pesquisadora que consegue reverter a vivência dolorosa e o sentido sobre o seu cabelo. Mas a própria pesquisa aponta que as instituições pouco falam sobre o tema e, quando o faz, é reproduzindo racismo a partir de estereótipos e atitudes negativas. Um outro exemplo é citado por Oliveira e Abramowicz (2010, p.213) no artigo de Afonso (1995, p.17):

uma criança branca pergunta à educadora se ficará suja se pegar na mão de outra criança negra, a educadora que também era negra contou o caso sorrindo e disse à criança “que é claro que não, todo mundo é igual”; um monitor lembra o dia em que um grupo de meninas brincava “de casinha” e, dentre elas, a menina negra, a qual ele denominou “a de pele mais escura” fazia o papel de empregada doméstica, ele resolveu intervir sugerindo que as meninas trocassem de papéis, mas elas abandonaram o jogo e quando ele se afastou, elas retomaram a brincadeira com a mesma divisão de papéis [...].

Chama a atenção a maneira espontânea que as crianças reproduzem papéis sociais que estão no imaginário social mas também na realidade. As autoras discorrem como aos 4 anos de idade as crianças já expressam terem absorvido tais distinções entre o negro e o branco. Na pesquisa de Meinhardt (2022) em que realiza o "experimento da boneca" do casal Clark (Kenneth Bancroft Clark e Mamie Phipps Clark, 1950), que consistia em apresentar para crianças entre 3 e 7 anos, bonecas idênticas exceto pela cor da pele, que variam do branco ao marrom-escuro. Junto às bonecas, faziam perguntas simples e valorativas.

O resultado do experimento foi de que "as crianças negras apresentaram uma clara preferência pelas bonecas brancas e preteriram as bonecas negras – atitude que pôde ser interpretada como uma auto rejeição de profundas raízes históricas." (MEINHARDT, 2022, p. 22). O experimento ocorreu nos anos 30 e 40, mas foi reproduzido nos dias atuais e pode ser visto no Youtube¹⁹. A atitude das crianças brancas e de outras etnias têm resultados semelhantes.

É por volta desse período que começa a se desenvolver as "instâncias morais", que são valores que internalizamos e assim passa a ser um dos determinantes de nossa atividade. Isso porque passamos a agir não apenas por uma necessidade ou desejo direto, mas também ético-morais, processo fundamental para o autocontrole da conduta.

Elkonin “relaciona seu surgimento com a formação de um novo tipo de inter relações entre a criança e o adulto que surge na infância pré-escolar”²⁰. (Bozhovich, 1976, p. 196, tradução livre). Diante dessa nova relação, ao mesmo tempo em que a criança vai se afastando da dependência do adulto, tem uma necessidade de agir em conjunto com eles, "o adulto começa a atuar ante a criança em qualidade de modelo " (Bozhovich, 1976, p. 196, tradução livre).²¹ A criança passa a de fato imitar o adulto (ou adolescentes e crianças maiores), reproduz suas atitudes e comportamentos. Para Elkonin, o jogo tem um papel importante nesse momento, assim como Bozhovich acrescenta as exigências realizadas pelos mais velhos, sobretudo dos adultos como hábitos, julgamentos, gostos, maneiras de realizar suas atividades. Quando a criança cumpre estas exigências recebe aprovação, do contrário, insatisfação ou reprovação.

Esse é apenas um primeiro "estágio" destas instâncias morais e, portanto, são ainda simples e muito ligadas ao emocional, aos conceitos de bom ou ruim. "as primeiras instâncias

¹⁹ conferir em: <https://www.youtube.com/watch?v=CdoqqmNB9JE&t=16s>

²⁰ “Relaciona su aparición con la formación de un nuevo tipo de interrelaciones entre el niño y el adulto que surgen en la infancia preescolar.”

²¹ “[...]el adulto comienza a actuar ante el niño en calidad de modelo”.

éticas ainda são estruturas sistêmicas relativamente simples, que, no entanto, contêm as sementes dos sentimentos morais que formarão a base para sentimentos e convicções morais futuras e plenamente maduros." (Bozhovich, 2004, p.63, tradução livre)²². As representações éticas primárias são a assimilação dos modelos de conduta dos adultos que se complexificarão ao longo do desenvolvimento.

A partir do período escolar ou no período da crise dos 7 anos (Vygotski, 2012b; Bozhovich, 1976, 2004b) um dos grandes saltos de desenvolvimento da personalidade é a constituição do “Eu”. A síntese entre o desenvolvimento cognitivo e moral possibilita, ainda que de maneira incipiente, o nascimento de fato de uma *posição interna*, que envolve uma autoconsciência e autoavaliação. Não pretendemos prosseguir detidamente no desenvolvimento ontogenético da personalidade, que pode ser melhor acompanhado em Vygotski (2012c), Bozhovich (1976, 2004a, 2004b, 2004c) e Salinas (2023). O importante aqui foi demonstrar de maneira sintética o que Vigotski (2021a) denominou de *Lei geral do desenvolvimento cultural*, a formação do sujeito e como ele internaliza as relações sociais na qual se inclui a ideologia do racismo, que passa a fazer parte de todo o aparato da personalidade, incluindo seu estrato consciente, que guiará a maior parte de sua atividade.

Personalidade aqui é compreendido no sentido que coloca Bozhovich (1976, p.349):

Este nível de desenvolvimento é caracterizado fundamentalmente pelo fato de que no processo de suas inter-relações com o meio social, o homem passa a se perceber como um todo único, diferente da realidade que o cerca e das outras pessoas; Esta forma de autoconhecimento se expressa no aparecimento no homem da vivência de seu próprio “Eu”.²³

O sujeito em um determinado momento do desenvolvimento torna-se um sujeito-personalidade, com a capacidade de autocontrole frente às demandas, a possibilidade de escolha entre possibilidades concretas que é traço único do ser humano. Penso essa liberdade no sentido de Lefebvre e Guterman (2018, p.63) onde “a liberdade, também ela, se conquista e só possui sua realidade e sua verdade no desenvolvimento”. A *autodeterminação* enquanto capacidade do sujeito agir de acordo com suas convicções e necessidades, é uma expressão, no nível psicológico, da liberdade humana. Na medida que a humanidade domina

²² “In other words, the first ethical instantiations are still relatively simple systemic structures, which, nevertheless, contain the seeds of the moral feelings that will form the basis for future, fully mature, moral feelings and convictions.”

²³ “Este nivel de desarrollo se caracteriza fundamentalmente por el hecho de que en el proceso de sus interrelaciones con el medio social el hombre comienza a percibirse como un todo único, diferente de la realidad circundante y de las otras personas; tal forma de autoconocimiento se expresa en la aparición en el hombre de la vivencia de su propio Yo.”

cada vez mais a natureza, aprofundando seu conhecimento e tecnologia de intervenção, ele expande sua liberdade

Mas conforme diz Marx (2011, p.25) “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade[...]”, isso não apenas por herdar determinar circunstâncias objetivas, mas também sua metamorfose em dimensão subjetiva. A personalidade engloba também interesses inconscientes, que podem entrar em colisão com os conscientes, gerando conflitos profundos. Bozhovich (1976, p.301, nota de rodapé) discorre da seguinte forma a esse respeito:

Divagando um pouco do assunto, gostaríamos de salientar que o mecanismo descrito por nós da formação de reações afetivas, é muito semelhante ao mecanismo que foi descoberto em sua época por Bremer, e que mais tarde foi concebido como objeto fundamental de estudo e o princípio explicativo da neurose, na teoria de Freud. Contudo, os fatos já citados caracterizam a natureza dos conflitos emocionais de uma maneira distinta de como concebia Freud e nos permite compreender sua origem e conteúdo de outra forma. De acordo com nossos dados, com base em conflitos emocionais e sua repressão na esfera do inconsciente, sempre encontramos o conflito entre necessidades e aspirações de natureza social, enquanto para os freudianos sempre se tratou do conflito entre tendências biológicas primárias e proibições sociais. Nossos dados coincidem muito mais com os dados de C. Rogers e seus discípulos, segundo o qual justamente na correlação entre o modelo (o ideal) a que o homem aspira e a sua autoavaliação²⁴, reside a caracterização fundamental de sua personalidade e as possibilidades de seu desenvolvimento satisfatório. (Bozhovich, 1976, p.301, tradução livre)²⁵.

²⁴ Salinas (2023, p.120) aponta que “ O conceito de autoavaliação é utilizado pela autora para se referir a um fenômeno psicológico que se faz presente desde o final da primeira infância, mas que tem seu primeiro desenvolvimento mais significativo na idade pré-escolar, período posterior do desenvolvimento”. Bozhovich (1976) utiliza a categoria de maneira um tanto confusa, onde em certos momentos parece remeter a uma avaliação de si mesmo, em outros algo mais próximo de autoestima, da relação afetiva com si mesmo. Savaňko (1977) colaboradora de Bozhovich que escreve sobre capítulo sobre autoavaliação traz a categoria para uma compreensão que se aproxima mais de uma avaliação de si mesmo, das capacidades, necessidades e também emoções, assim como sua auto exigência, a necessidade de estar a altura das exigências atribuídas a si mesmo.

²⁵ “Apartándonos un poco del tema, quisiéramos señalar que el mecanismo descrito por nosotros de la formación de reacciones afectivas, es muy parecido a aquel mecanismo que en su tiempo fue descubierto por Bremer, y que después se convirtió en objeto fundamental de estudio y en el principio explicativo de la neurosis, en la teoría de Freud. Sin embargo, los hechos ya citados caracterizan la naturaleza de los conflictos afectivos de una forma distinta a como los concebía Freud y permiten comprender de otra forma su origen y contenido. De acuerdo con nuestros datos, en la base de los conflictos afectivos y de su represión en la esfera del inconsciente, siempre encontramos el conflicto entre necesidades y aspiraciones de carácter social mientras que para los freudianos se trataba siempre del conflicto entre las tendencias biológicas primarias y las prohibiciones sociales. Nuestros datos coinciden mucho más con los datos de C. Rogers y de sus discípulos, de acuerdo a los cuales precisamente en la correlación entre el modelo (el ideal) al que aspira el hombre y su autovaloración, yace la caracterización fundamental de su personalidad y las posibilidades de su desarrollo satisfactorio”.

Não é nosso objetivo avaliar o quão correta se faz a avaliação de Bozhovich quanto a psicanálise assim como as minúcias de sua aproximação com Carl Rogers, mas é interessante que a autora traz novas possibilidades de conceber os conflitos fora da esfera da consciência.

A capacidade de avaliar a si mesmo surge diante das avaliações do outro e do próprio desenvolvimento cognitivo como a formação de conceitos. A autoavaliação tem relação muito estreita com a segurança ou insegurança de uma pessoa, com sua autoestima. Como diz Savoňko (1977, pp.105-106) “em determinada etapa do desenvolvimento, a necessidade de conservar a autoavaliação já formada pode ser tão importante, e em determinados casos até mais, que a necessidade de avaliação das pessoas em seu entorno”. A autoavaliação aqui parece incluir não apenas um sentido cognitivo, de análise das capacidades e necessidades, mas também uma atribuição valorativa, algo próximo do que denominamos autovalorização ou autoestima.

Vigotski (1929/2000, p. 35) diz que “O drama sempre é a luta de tais ligações (dever e sentimento; paixão, etc.). Senão, não pode ser drama, isto é, choque dos sistemas.”. Ao investigar os sentidos da palavra “drama” em Vigotski, que aparece em obras do autor ao longo de sua curta, mas intensa produção, Delari Jr. (2011) observou que o conceito assume significados diferentes. Segundo Delari, Vigotski (1929/2000) atribui um caráter mais específico ao termo “drama”, abrangendo um sentido “diacrônico”, como uma sucessão de atos, e “sincrônico”, em um momento pontual da vida, representando o conflito e a luta interna entre diferentes conteúdos psicológicos (sentimentos, deveres, necessidades). É especialmente essa segunda acepção que nos parece particularmente interessante.

Ainda se utilizando de Vigotski (1929/2000), na dinâmica da vida assumimos certos papéis sociais; por exemplo, um homem que é juiz e também marido. Cada papel traz consigo uma hierarquia das funções psicológicas: para o juiz (“Como pessoa simpatizo, como juiz, condeno”), o pensamento se sobrepõe ao desejo; para o marido (“sei que ela é má, mas eu a amo”), ocorre o contrário, com o desejo sobrepondo-se à razão. Mas e quando esse sujeito está em uma situação de choque entre esses dois papéis, como ao precisar julgar um comportamento da esposa? Qual vencerá: seu lado juiz, em que predomina a razão, ou seu lado marido, em que o amor está acima de tudo? “Sei que ela é má, mas a amo; simpatizo, mas condeno. O que vencerá?” (Vigotski, 1929/2000, p. 37). A compreensão de Vigotski sobre como a hierarquia das funções psicológicas se altera ao nos relacionarmos com diferentes papéis sociais é interessante para entender tanto as diferenças entre as pessoas

quanto os conflitos internos de cada sujeito. Delari Jr. (2011, p. 193, grifos do autor) amplia esse raciocínio:

“As implicações desta formulação se ampliam ao admitirmos que mais de um papel se choca, colide em nós num mesmo momento e situação social, numa mesma vivência, única e contraditória – e.g., como pesquisador devo viajar e cumprir minha função cidadã, mas como pai quero ficar aqui e poder dar carinho ao meu filho e aos meus pais já idosos, e como enamorado quero viajar para encontrar a moça de quem gosto, etc.”

Bozhovich (1976) aborda os papéis sociais apenas no debate sobre a “teoria dos papéis” (*role*), que na época ganhava força nos Estados Unidos. Em um curto capítulo, aponta de maneira positiva que, a partir do conceito de socialização, os autores compreendem o social como determinante para a formação do “Eu” — estrutura central da personalidade que organiza internamente as qualidades e disposições constituídas a partir da interação com os papéis. Estes trazem expectativas e exigências que podem entrar em conflito com o “Eu”, assim como pode haver papéis que entram em choque uns com os outros.

Para Bozhovich (1976), os papéis, no nível psicológico, são exigências e expectativas incorporadas em um conceito. Assim, o papel de mãe traz consigo um conjunto de exigências e expectativas, assim como o de psicólogo, irmão, amigo, professor. Em sua formulação, no entanto, os papéis estão incluídos em uma categoria mais abrangente, já apresentada: a posição objetiva, que, em meu entendimento, abarca tanto papéis que remetem a um significado mais estável e repetido quanto aspectos mais circunstanciais e particulares que os atravessam. Por exemplo, uma criança pode estar no papel social de aluna, mas se relacionar com um determinado grupo (mais bagunceiro, mais estudioso ou descolado) e ocupar uma posição específica em relação a ele. Estão contidos tanto as exigências e expectativas quanto a forma como é tratada por seu entorno.

Bozhovich (1976) distingue necessidades e motivos de primeira ordem, que têm um caráter mais imediato e podem atuar como impulsos inconscientes. Esse grupo inclui as necessidades orgânicas (alimentação, sexo, físicas), mas também pode incluir motivos que não estão diretamente ligados às necessidades primárias, mas que passaram a agir de forma inconsciente, como “[...] o amor à arte, à família, e uma série de sentimentos morais” (Neimark²⁶, 1977, p. 144, tradução livre)²⁷. Por outro lado, a estrutura de motivações de segunda ordem possui um caráter consciente: “Em sua forma mais desenvolvida, pressupõe a

²⁶ M.S. Neimark, uma das colaboradoras no laboratório dirigido por Bozhovich (Martinez, 2016).

²⁷ “[...] el amor al arte, a la familia, a toda una serie de sentimientos morales”.

presença, no indivíduo, de determinadas convicções, ou seja, de ideais que tenham se tornado motivos de conduta” (Neimark, 1977, p. 145, tradução livre)²⁸. Portanto, a relação entre primeira e segunda ordem é dinâmica. Valores conscientes podem ser assimilados de tal maneira que passam a agir de forma inconsciente, enquanto impulso. Os motivadores de segunda ordem são aqueles que utilizamos para tomar uma decisão contra nosso desejo imediato.

Portanto, a relação entre as motivações de primeira e segunda ordem é dinâmica. Valores conscientes podem ser assimilados a tal ponto que passam a agir como impulsos inconscientes. Os motivadores de segunda ordem são aqueles que utilizamos para tomar uma decisão em oposição a um desejo imediato.

O conjunto de necessidades e motivos formado a partir da posição objetiva do indivíduo se estrutura de maneira hierárquica, da maior à menor importância²⁹, mas essa configuração é dinâmica. Além da intensidade, essas motivações se diferem em conteúdo. É praticamente impossível que uma pessoa não possua motivações com tendências opostas. Por exemplo, uma pessoa pode ter o forte desejo de se formar em medicina, o que exige um longo período de estudos intensivos, seja para o vestibular ou para o próprio curso, mas também pode querer viver uma vida boemia com os amigos. Da mesma forma, alguém pode sentir o dever de cumprir uma tarefa política à qual foi designado pelo coletivo, mas, em sentido contrário, desejar intensamente viajar com a família visto que é um feriado prolongado. Essas motivações entram em confronto e disputam o curso de nossa ação.

São estas hierarquias motivacionais que constituirão *orientação da personalidade* (Bozhovich, 1976; Neimark, 1977), ou mais de uma orientação e que poderá ser igualmente conflitiva. Isso ocorre porque pelo caráter complexo de nossa sociedade, comumente, uma pessoa internaliza diferentes visões de mundo, por vezes muito divergentes. Lembremos de Gramsci (2022) que pontua que a concepção de mundo pode ser caótica e desagregada, carregando simultaneamente valores e preconceitos dos primórdios da humanidade e concepções do mais elevado nível atingido pelo gênero humano. Estas visões díspares irão

²⁸ En su forma más desarrollada, presupone la presencia en el individuo de determinadas convicciones, es decir, de ideas que han pasado a ser motivos de la conducta”.

²⁹ Enquanto “importante” estamos entendendo do ponto de vista da intensidade que ela tenha para o sujeito, no qual a substância da medida é o afeto que ela gera. Aqui pode haver contradições como racionalmente o sujeito dizer que necessidade A é a mais importante de sua vida, mas é a necessidade B que tensiona mais o sujeito para ser realizada. Aqui já temos um conflito entre o querer e o ser que iremos abordar mais a frente.

construir todo um conjunto de necessidades, aspirações e deveres que disputarão a atividade da pessoa.

Como mencionado anteriormente, um conflito profundo que pode ocorrer no sujeito é aquele existente entre a autoavaliação e o ideal. Dukat (1965) observa que os ideais desempenham uma função fundamental na motivação humana, e seu conteúdo é produzido nas relações sociais, a partir das concepções de mundo de uma sociedade em seu contexto histórico. No entanto, os ideais também podem ser profundamente individuais, a partir “[...] das particularidades concretas da vida e da atividade de cada indivíduo, das particularidades de sua experiência e educação pessoal”³⁰ (Dukat, 1965, p.122). Desse modo, o ideal pode ter uma função voltada ao passado, ao julgar e avaliar atos anteriores, e ao mesmo tempo estar ligado à orientação das atividades do sujeito em relação às suas aspirações e desejos, ou seja, voltado para o futuro.

A autoavaliação, como afirma Savoňko (1977), pode ser mais concreta ou abstrata, dependendo de um conjunto de circunstâncias, como a capacidade do sujeito para a autocrítica, compreensão, abstração e generalização, ou de sua esfera emocional. É essencial que a autoavaliação esteja próxima da realidade; quando se distancia das capacidades e possibilidades reais da pessoa, isso pode resultar em frustrações severas³¹. Assim, a correlação entre a tríade composto pelo ideal, autoavaliação e possibilidades objetivas torna-se fundamental. De nada adianta ter ideais muito elevados se eles são inalcançáveis do ponto de vista objetivo, seja por limitações do próprio sujeito ou pelas condições da sociedade. Para ilustrar, um caso clínico discutido em um grupo de supervisão apresentou uma pessoa que

³⁰ “[...]de las particularidades concretas de la vida y la actividad de cada individuo, de las particularidades de su experiencia y educación personales”.

³¹ Se o ditado diz "cuidado com o que desejas", pois o desejo pode se realizar, é igualmente importante ter cautela ao avaliar as possibilidades concretas e as próprias capacidades para alcançar determinado objetivo. Nesse sentido, podemos lembrar de Robert Owen, um notável socialista utópico inglês cujo valor histórico não passou despercebido por Engels (2015). Sua ideia de uma sociedade comunista, baseada no cooperativismo e nas máquinas como suporte para a produção e distribuição da riqueza, encontrava como principais barreiras a propriedade privada, a religião e o casamento. Antes de defender ideias comunistas, Owen era considerado um filantropo querido pela alta sociedade; porém, ao buscar a construção dessa nova sociedade, o resultado foi que acabou "banido da sociedade oficial, silenciado pela imprensa, empobrecido pelos seus ensaios comunistas malsucedidos na América do Norte, pelos quais sacrificou todo o seu patrimônio [...]" (Engels, 2015, p. 298).

O exemplo de Owen nos é ilustrativo sob outro prisma. Como a sociedade capitalista ainda se encontrava em um estágio incipiente, o antagonismo entre burguesia e proletariado era pouco nítido. Isso dificultou que Owen desenvolvesse uma concepção mais concreta sobre essa sociedade e, portanto, sua ação política dirigia-se a todas as classes, algo que só pôde avançar posteriormente, quando voltou-se diretamente para a classe trabalhadora. Esse caso demonstra que a capacidade de avaliação e autoavaliação depende não apenas da inteligência do indivíduo, mas também das condições históricas. Por exemplo, se Marx tivesse nascido duzentos anos antes, não teria descoberto as leis da mais-valia.

tinha como aspiração ser “poderoso” e “bilionário”. Contudo, uma rápida análise da vida desse sujeito e de suas reais possibilidades, para além das dificuldades de tamanha ascensão no capitalismo, revela a tendência de que ele seja consumido, pouco a pouco, pela frustração, caso esse ideal de sucesso não mude e suas aspirações não se tornem mais próximas da realidade.

Em minha interpretação, Bozhovich desenvolve mais categorias para analisar o conflito psicológico sem, no entanto, cair em subjetivismo. O conflito interno não é necessariamente um reflexo direto de uma contradição ou conflito objetivo, embora este seja, em última instância, seu determinante. No contexto clínico, podemos observar pessoas que são proletárias, mas que não vivenciam diretamente o conflito de classes. Ao contrário, algumas estão completamente assimiladas à ordem. No entanto, como a subjetividade nunca está isolada do mundo objetivo, é sempre possível observar fissuras. Ou seja, por mais que o sujeito exemplificado não vivencie diretamente a contradição de classes, isso pode aparecer em algum desejo reprimido ou inspiração insatisfeita. O inverso também ocorre: uma pessoa consciente de sua posição de classe, com leituras avançadas sobre o capitalismo e até militando para superá-lo, pode aparecer na clínica com conflitos – geralmente inconscientes – de motivações alinhadas ao seu ideal anticapitalista, mas também com motivações capitalistas que foram internalizadas ao longo da vida.

Ao pensarmos no conflito entre ideal e autoavaliação mencionado por Bozhovich, temos uma questão chave para pensarmos a relação das pessoas negras com si mesmas. Quando se internaliza valores que colocam as pessoas negras como sinônimos de coisas ruins, e ao olhar no espelho, como fizeram as crianças de Santana et. al (2019) se verem no reflexo um rosto negro, a tendência será se ver uma frase como “eu fiquei/tenho vergonha em dizer que sou negra, ninguém gosta, né?”. (Santana et. al, 2019, p. 335). Fanon (2008) pontua como o branco passa a ser o universal, o modelo de humanidade. Diante desse cenário, as pessoas negras não podem nunca atingir tal ideal, há uma cisão, uma impossibilidade de desenvolvimento da personalidade que faria Bozhovich se surpreender. Que fazer diante desse problema insolúvel?

Antes de finalizar, tratarei rapidamente de uma questão que surgiu na discussão sobre neoliberalismo e a busca de mobilidade da população pobre e negra via mercado, mas aqui analisaremos sob a ótica dos mecanismos da dimensão subjetiva do fenômeno.

Vigotski (2021d), em um momento de forte diálogo com os resultados práticos de Adler, traz a categoria *compensação* e *supercompensação* para compreender o processo em que pessoas com alguma deficiência orgânica (cegas, surdas, com atraso mental) desenvolvem habilidades que possibilitam remediá-la. O psicanalista austríaco oferecia uma alternativa às abordagens naturalistas que de maneira biologicista ou mística acreditavam que a compensação ocorria de maneira espontânea, por haver na deficiência em si alguma qualidade compensatória. Para Vigotski, a compensação é uma possibilidade social, via educação, para “[...]a produção de uma ação que torna possíveis novas formas de participação da pessoa na sociedade”(Dainez; Smolka, 2014, p. 1097). Isso porque nessa perspectiva a questão central não é o problema em si, mas suas consequências sociais, como a sociedade a vê e o lugar que atribui a essa pessoa, normalmente de inferioridade. Tal posição é internalizada e, portanto, passa a fazer parte de sua personalidade sendo justamente a pessoa como um todo e não uma “deficiência” ou característica isolada que será submetida à análise. Em suas obras mais maduras, conforme nos apresentam Dainez e Smolka (2014), a categoria *compensação* passa a não ser mencionada embora haja elementos que possibilitam o entendimento de que a teoria adleriana ainda é trabalhada, embora neste momento já supressumida por sua teoria histórico-cultural de desenvolvimento psicológico.

Não iremos nos aprofundar em tal categoria que foi pouco elaborada por Vigotski, o que nos será mais fecundo será a lógica por trás da *compensação*, que como pontuam Dainez e Smolka (2004,p. 1105) “os autores se tangenciam nos argumentos de que a *compensação* orienta um modo positivo de se conceber a deficiência e de que a condição de lesão orgânica pode ser, justamente, o lugar da produção de novas possibilidades (a dialética defeito-superação)”. Por óbvio, há que se tomar o devido cuidado na analogia de uma teoria que discorre sobre uma compensação de um problema orgânico para a problemática que estamos tratando. A semelhança entre a deficiência e a raça negra é que ambos são marcadores que dentro da nossa sociedade são vistos enquanto marginais, algo distante dos padrões ideais e que por isso recebem um significado negativo na cultura. Cada gesto direcionado a ambos - dada as devidas diferenças - é comunicando que essa sociedade não foi construída para deficientes e negros. Assim, cada um a seu modo, carrega o peso da recusa.

Mas Fanon (2008) nos alerta sobre os limites de Adler na análise do colonialismo e por extensão da problemática racial por não conseguir sair dos limites do indivíduo, e assim pouco ajuda na compreensão da origem desse complexo de inferioridade. Bozhovich (1976) reconhece que Adler traz uma perspectiva onde as forças motrizes do desenvolvimento humano são sociais, o que é uma busca de superação de certo biologismo em Freud; porém,

as concebe como forças inatas, o que para a autora é um passo atrás em relação a perspectiva freudiana já que acaba por mistificar as necessidades sociais. O sentimento de inferioridade aparece para a criança na medida em que percebe uma inadequação e pequenez perante o mundo, dominado pelos adultos. Esse sentimento de inferioridade será a força geradora de seu desenvolvimento, que impulsiona a ação visando uma posição positiva diante do coletivo, seja dos pais, amigos, da sociedade em geral. Diante disso, ao indivíduo resta desenvolver condutas compensatórias ou afundar-se num complexo de inferioridade. Essa compreensão levou Adler a entender a necessidade de uma posição positiva no meio social como uma natural aspiração ao poder. O autor acerta parcialmente em seu apontamento. De fato, o desejo de vivenciar uma superioridade e poder é das aspirações mais fortes que podemos observar, mas parece dizer respeito mais à sociedade capitalista, marcada pela competição, do que uma necessidade de alguma natureza humana. Como pontua Bozhovich (1976), Adler toma a expressão burguesa da necessidade de posição social, que se manifesta na disputa por poder, e generaliza.

Diante disso, “é o meio, é a sociedade que é responsável pela sua mistificação” (Fanon, 2008, p.180), foi uma necessidade histórica de ampliação de mercados mobilizado por uma classe nascente que elevou a avareza a níveis jamais vistos e que se viu na obrigação de justificar seus atos. Quando dizemos que [...]”*é o racista que cria o inferiorizado.* (Fanon, 2008, p.90, grifos do autor), é em um sentido coletivo, não individual. Fanon contribuiu ao deslocar a causa para o social. As pessoas negras são inferiorizadas socialmente e isso se converte em uma tendência particular dessa população.

O sentimento de inferiorização que surge diante da impossibilidade de se atingir um ideal, gera duas atitudes distintas, “de um lado aqueles que se conformavam com a ‘vida de negro’ e, do outro, os que ousavam romper com o paralelismo negro/miséria” (Souza, 2021,p.51). Os primeiros, seja por receio de deixarem sua posição atual em que se encontram colegas, familiares ou por temer o “[...]massacre mais ou menos dramático de sua identidade” (Souza, 2021, p. 46) se metamorfosearam ao ponto de se ver solitário no mundo dos brancos, olhar no espelho e ver uma máscara branca.

O trabalho clássico de Neusa Santos Souza (2021) “*Tornar-se Negro*”, demonstra que o preço da mobilidade social para o negro se dava a partir de se portar como o branco, no hábito, na linguagem, na vestimenta, em sua visão de mundo. Alguns destes casos de fato atingem novas posições do ponto de vista da renda e até do *status*. Mas nos casos analisados por na obra, acabavam “humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que impõem a si mesmo, por não possuírem um ideal realizável

de ego” (Souza, 2021, p.74). Há sempre um asterisco na vida, por mais alto que se chegue, não há como passar despercebido e isso aparece de diversas maneiras, como um fantasma hamletiano que vive a assombrar, como na série *Them*³².

Uma minoria dos setores médios, como apresenta Clóvis Moura (1994; 2019), utiliza o signo “negro” alterando seu significado de uma representação de inferioridade para um símbolo de resistência e beleza. Embora possa haver ambiguidades, essa reinterpretação passa a ser uma forma de autovalorização e resistência, mesmo que, em geral, ainda se restrinja a parcelas da população negra oriundas de setores médios e intelectualizados.

Clóvis Moura (1994), em sua discussão sobre o comportamento da população negra metropolitana em São Paulo, elenca quatro formas predominantes:

1. Subalternidade – uma assimilação de valores puritanos e a tentativa de recriar uma família “margarida”, mas formada por pessoas negras. Aqui, há uma tentativa de apagar as discriminações sofridas e distanciar-se dos hábitos e da cultura da maioria negra.
2. Ambiguidade – “Excesso de etiqueta. Verbalização oposta ao pensamento. Ironia disfarçada de elogio. Malandragem nas relações com o branco” (Moura, 1994, p.286, grifo do autor).
3. Agressividade – dividida em:
 - Agressividade física, como a criminalidade, comportamento marginal e uso de drogas;
 - Agressividade simbólica, na utilização de trajés africanos ou na ostentação de sua condição financeira;

³² A série *Them* (2021) embora peque em grande parte de sua proposta pelos excessos, no qual mirou no impacto enquanto forma de conscientização e beirou o sadismo mas que em minha avaliação traz um ponto muito interessante para nossa discussão. A série se passa no grande processo de migração de pessoas negras do sul para o oeste do país nos anos 50, em que se fazia uma propaganda de dias melhores para a “população de cor”. Uma família negra de classe média, composta por um casal e duas filhas, após um grande trauma mudam-se da cidade da Carolina do Norte para o bairro de Compton, em Los Angeles, que naquele tempo era um bairro branco. A família não encontra dias melhores, é cotidianamente brutalmente atacada pelos vizinhos brancos levando, pouco a pouco, todos seus membros começarem a adoecerem psicologicamente. Para além do racismo objetivo a série trabalha com uma dimensão metafísica em que entidades se corporificam a partir do desejos e/ou medos raciais de cada membro da família. Estas entidades, sobretudo a que atormenta o pai que faz alusão a um *black face* “ao contrário” ou uma máscara branca em referência ao livro de Fanon, representa sua culpa e ao mesmo tempo traz à consciência sua atitude assimiladora da cultura branca. É uma pena que o roteirista Little Marvin tenha conseguido aprofundar pouco em algumas questões e não amarrou bem a relação metafísica com o racismo objetivo, assim como, em minha opinião, deu um péssimo final onde o extremo sofrimento daquela família - e consequentemente o nosso - não leve a lugar algum.

- Agressividade sexual, ao utilizar pessoas brancas como “troféus” em público, além da subestimação, principalmente da mulher negra, tanto sexual quanto socialmente;
 - Agressividade compensada, que visa compensar a situação de inferiorização.
4. Embora possamos questionar alguns exemplos trazidos por Clóvis Moura, essas formas de agressividade ainda se manifestam hoje, sob novas expressões. O rap e o funk são grandes expressões artísticas desse fenômeno.
 5. Ansiedade – surge ao enfrentar novos espaços na sociedade, ainda desconhecidos.

Essas atitudes costumam aparecer articuladas e se manifestam de diversas maneiras. A observação clínica e a literatura sobre o comportamento das pessoas negras confirmam a validade das observações de Clóvis Moura na atualidade, embora suas expressões tenham se adaptado às realidades das décadas posteriores.

A partir da característica central da posição objetiva das pessoas negras — a inferiorização decorrente do racismo — surgem distintas estratégias de compensação e negação dessa posição. Essas estratégias podem se manifestar por meio dos estudos, do consumo, da autodisciplina ou da agressividade. Há uma certa analogia com a categoria de compensação mencionada por Vigotski (2021a), no sentido de que os valores sociais que colocam o sujeito em uma posição de inferioridade podem impulsioná-lo a buscar uma nova posição social, utilizando os instrumentos disponíveis no meio cultural. No entanto, a compensação não é superação, devido ao caráter limitado desse processo.

Até aqui, temos entendido o racismo como um pilar da sociedade capitalista, que não apenas se mantém no campo das ideias e valores, mas também é condição fundamental para a operação do sistema. Portanto, embora essas atitudes possam ter seus méritos, como não contêm em si uma proposta real de transformação estrutural da sociedade, são formas limitadas diante do problema geral do racismo. Essas atitudes carregam uma contradição: ao mesmo tempo que movem uma parcela da população negra em direção a melhores posições na sociedade, acabam sendo assimiladas pela ordem e contribuindo para a manutenção do sistema. A verdadeira superação da questão racial só ocorrerá quando a ideologia da raça for superada, algo que não pode ser realizado individualmente ou por pequenos grupos.

Nem toda ação ou triunfo de pessoas negras é uma compensação. No entanto, quando a motivação — consciente ou não — tem como impulso a aspiração de uma nova posição,

prejudicada anteriormente pelo racismo, pode-se considerar uma forma de compensação. Isso pode se manifestar de várias maneiras: pelo desejo de retaliação contra aqueles que menosprezaram a pessoa por sua cor; por um sentimento de ódio à própria raça e a tentativa de negá-la simbolicamente; ou pela luta coletiva pela melhoria das condições de vida de todas as pessoas negras.

O conteúdo racial pode estar encoberto. Suponhamos que uma pessoa aspire a determinado cargo ou estilo de vida porque está cansada de se sentir inferiorizada. Ela gostaria de ter bens de consumo que a fizessem esquecer de sua realidade precária em momentos anteriores da vida. Embora a questão racial não esteja presente de forma elaborada em sua consciência, e mesmo que ela sinta os efeitos do preconceito racial em certos contextos, o fundamental é que a realidade que a marcou e a impulsionou a agir tem, como determinante central, o racismo. É impossível dissociar raça e classe nesse sentido.

Reinaldo Soares (2004) faz uma observação interessante ao estudar famílias negras de classe média, apontando que não se trata necessariamente de uma busca por "tornar-se branco", mas por ocupar um lugar de cidadania. Nesse sentido, mesmo que a raça não apareça como o motivador consciente na atividade — seja por ignorância ou negação da própria condição racializada — pode ser entendido como uma atitude de compensação.

A compreensão dessas particularidades no processo de subjetivação e na formação da atitude de pessoas negras, a partir de sua posição objetiva, permite observar a dinâmica interna, incluindo o conjunto de valores, sentimentos e motivações que moldam a maneira como o problema racial se configura de forma singular em cada sujeito. Focar no mundo interno possibilita escapar de uma dedução simplista baseada apenas no comportamento, que é a expressão visível de um processo longo e complexo. Assim, um mesmo comportamento pode ter significados variados, dependendo do processo interno que o precede.

Após essa análise sobre o processo de internalização das relações sociais e, especificamente, da raça e do racismo, acredito que temos elementos para compreender expressões mais concretas desse problema. Com o objetivo de investigar nuances mais complexas da subjetividade negra, passarei a explorar a contradição mencionada no capítulo anterior: o emparedamento vivenciado por pessoas negras, que, no nível psicológico, se manifesta como um intenso conflito nas esferas emocional, motivacional, de autoavaliação e na própria concepção de mundo.

4 - EXPRESSÕES DO NEGRO DRAMA: O EMPAREDAMENTO EM SUA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA.

“O médico negro não saberá jamais a que ponto sua posição está próxima do descrédito. Repito, eu estava murado: nem minhas atitudes polidas, nem meus conhecimentos literários, nem meu domínio da teoria dos quanta obtinham indulto” (Fanon, 2008, p.109).

Piedade não é o que eu quero
Piedade não me interessa
Os fracos pedem piedade
Eu quero coisa melhor

(Carlos de Assumpção)

No dia 28 de outubro de 2024 ocorreu a cerimônia de melhor jogador do mundo na temporada (agosto de 2023 à julho de 2024) e o resultado gerou intenso debate e indignação pelo mundo, sobretudo no Brasil. Isso porque, o jogador Vinicius Oliveira Júnior (Vini Jr.) , atacante do clube espanhol Real Madrid e da seleção brasileira era apontado como o favorito para ganhar o prêmio, mas a votação que é realizada por um jornalista representante de cada país que ocupe os 100º no ranking da Fifa, elegeu o volante espanhol Rodrigo Cascante (Rodri) como vencedor.

O grande alarde para esse fato se deu pela postura que Vinicius Júnior vem tendo nas últimas temporadas na Liga espanhola. O jogador é alvo de intensos insultos racistas, ao ponto de na temporada 22/23, a torcida do Atlético de Madrid (clube rival do Real Madrid) produzir um boneco negro, simbolizando o brasileiro e colocá-lo enforcado com uma corda em um viaduto na cidade³³. A reação de Vinicius Júnior para os inúmeros ataques foi diferente do comumente visto em casos semelhantes envolvendo grandes estrelas do futebol: de enfrentamento aos racistas seja dentro de campo, com jogadas, gols e comemorações provocativas, mas também agindo de maneira ativa nas redes sociais, denúncias, uma missão que realizada praticamente sozinho, com um apoio tímido de sua equipe e pares. A acusação por parte relevante do público e da imprensa especializada é de que sua luta antirracista teve

³³ Conferir em:

<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2023/01/26/torcida-do-atletico-de-madrid-simula-enforcamento-de-vini-jr-antes-de-classico-com-real-madrid.ghtml>

influência negativa na votação, já que a atitude do atleta criou uma grande rejeição e antipatia por parte dos adversários e imprensa internacional.

No mesmo dia da premiação, o jogador do Barcelona Lamine Yamal, de apenas 17 anos, que é espanhol e filho de pais imigrantes, foi perguntado sobre o episódio no qual ele foi vítima de xingamentos racistas pela torcida do Real Madrid - que ilustra a complexidade do racismo estrutural na Espanha - no último jogo entre as duas equipes. Como resposta o atleta enfatizou que “não tem que se importar”, mas ao contrário, se estão te xingando “é porque está jogando muito bem”³⁴. O caso de Vinicius Junior e o impacto do racismo para o jogador perder o prêmio merece uma discussão mais aprofundada que não será foco de análise aqui, o importante é ilustrar como dois atletas de alta *performance*, com salários milionários, passam pela situação de racismo e diante de tal cenário tem atitudes distintas.

Esse processo ocorre de igual maneira em outros contextos. A atitude de enfrentamento assertivo ou esquivo aparecem não mais enquanto manifestação de pessoas negras de uma determinada classe social, como aponta Virgínia Bicudo (1940) em seu trabalho pioneiro onde identificou que a atitude de parcelas negras dos setores médios eram de uma afirmação positiva de quanto a sua raça, diferente dos setores mais precarizados.

4.1 - A dimensão objetiva do emparedamento como uma expressão do negro drama.

A virada para o século XX representou um grande desafio para a população negra. A recente formalização da abolição não foi acompanhada de qualquer suporte por parte do Estado brasileiro. Pelo contrário, medidas implementadas ainda no final do período escravista, como a Tarifa Alves Branco (1844) e a Lei da Terra (1850), já tinham como objetivo marginalizar a população negra que viesse a conquistar sua liberdade (Moura, 2014). O racismo científico, cujos principais autores já haviam perdido força no meio acadêmico europeu, permaneceu com pleno vigor no Brasil, sustentando a ideologia do branqueamento entre o final do século XIX e início do XX (Schwarcz, 1993). Esse discurso forneceu uma "justificativa" para o Estado brasileiro gradualmente exterminar os segmentos negros.

³⁴ Conferir em:

cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/yamal-ignora-racismo-sofrido-em-jogo-contra-real-madrid-nao-tem-que-importar/. Acesso: 12 de abr. de 2024.

Do pós-abolição até a década de 1920, a população negra, em sua quase totalidade, permaneceu marginalizada do mercado de trabalho formal (Soares, 2004). Esse processo começou a mudar com a diminuição dos incentivos à imigração, devido aos problemas enfrentados pelos fazendeiros com trabalhadores imigrantes, como as reivindicações por melhores condições de trabalho e salário, o abandono de empregos em busca de oportunidades em outras fazendas ou até a compra de pequenos lotes de terra. Por outro lado, é nesse período que as formas de organização da população negra ganharam força, com o surgimento da imprensa negra, clubes e movimentos políticos, como a Frente Negra Brasileira, criada em 1935.

Na década de 1920, formou-se uma pequena classe média negra³⁵ (Fernandes, 2008; Soares, 2004) favorecida pelo paternalismo de empregadores brancos em funções mais modestas ou por ocupações no serviço público. Essa mobilidade gerou uma nova forma de subjetividade para essa parcela da população negra, que passou a adotar novos hábitos, comportamentos e, sobretudo, uma nova visão de mundo, moldada por essa posição social. Florestan Fernandes (2008), com base em dados das décadas de 1920 a 1940, demonstra que essa parcela era ínfima quando comparada à grande massa negra, que continuava enfrentando grandes desvantagens sociais na base da pirâmide.

Quanto às organizações negras, embora estas não fossem uma novidade no Brasil, não se pode afirmar que se tratava apenas de uma continuidade do período escravista, em que tal forma de relação era hegemônica (Moura, 2014). Clóvis Moura (2014), ao investigar o universo negro em São Paulo até o ano de 1990, distinguiu o que chamou de "dois universos negros". Apesar de interligados, havia divergências marcantes em termos de visão de mundo e hábitos. Nesse período, a sociedade brasileira já havia se complexificado devido ao processo de industrialização, que atingiu seu auge ao longo do século XX. Na capital paulista, esse fenômeno se mostrava mais avançado. Ainda que diferente do contexto estudado por Florestan Fernandes, é possível afirmar que a chamada classe média negra continuava limitada a “[...] pequenos grupos negros nos níveis burocrático, artístico, econômico, esportivo e universitário” (Moura, 2014, p. 290). Moura denominou esse grupo como "letrados", contrastando-o com outro universo negro, muito mais expressivo em termos

³⁵ Como aponta Ricardo Antunes (2018), o conceito de classe média, na literatura marxista, é objeto de um extenso debate. Questiona-se, inclusive, se esse segmento intermediário entre o proletariado e a burguesia pode, de fato, ser considerado uma classe social, dada sua grande heterogeneidade e dispersão ideológica. Por este trabalho não ter como foco o aprofundamento da discussão sobre classes sociais, adotarei o termo guarda-chuva "classe média". Uma discussão contemporânea sobre o tema pode ser encontrada em Jaime Osório (2014), Ricardo Antunes (2018) e Boito Jr. (2020).

numéricos, formado pela grande massa negra composta por trabalhadores precarizados, desempregados ou subempregados, população em situação de rua e pessoas envolvidas em atividades à margem da lei.

“[...] As aspirações socioculturais têm valores e, por isso, objetivos diferentes e muitas vezes antagônicos nesses dois universos negros” (Moura, 1994, pp. 191-192). A disparidade no acesso à riqueza produzida pela sociedade e o conjunto de significados atribuídos a essas posições criam dois universos distintos, ainda que compartilhem a raça como um traço em comum.

O que Clóvis Moura (1994) chama de “classe média negra” é um conceito amplo, semelhante ao de Florestan Fernandes (2008), que abrange desde profissionais liberais até pequenos empresários, artistas, atletas, profissionais da administração, servidores públicos, políticos e até universitários³⁶ que ainda não compõem o mercado de trabalho. O que parece permitir agrupá-los como “classe” é principalmente a visão de mundo, diferenciada da grande massa de trabalhadores negros, mas também uma posição econômica.

Um desses diferenciadores era o trato com a questão racial **como conteúdo político**, que se fazia presente na “classe média negra” tanto como forma de autovalorização e luta pelo auto-orgulho da raça quanto de enfrentamento ao mundo branco. Mesmo em uma posição elevada do ponto de vista da renda ou do status, comparada à grande massa negra, essa classe média ainda enfrentava um ambiente hostil e de desconfiança, pois “a associação entre raça negra e pobreza restringia as possibilidades dos negros em ascensão de usufruir os direitos e garantias sociais das elites brancas” (Soares, 2004, p. 21). Essa associação entre negro e pobreza não é exclusiva do Brasil e remonta ao período da escravidão, quando a população negra era submetida a um trabalho de servidão eterna e compunha a base da pirâmide social, praticamente sem chances de ascensão. Por outro lado, o branco, identificado como sujeito da razão e da disciplina, era associado ao sucesso.

³⁶Pelo período analisado por Clóvis Moura (até o ano de 1990), acredito que, ao tratar do grupo universitário, ele se refira predominantemente aos estudantes do ensino superior público, considerando a cultura universitária desse segmento, que difere bastante das universidades privadas. Sobretudo as instituições “fast food”, que terão uma grande explosão nas primeiras duas décadas deste século. Neste trabalho, o termo “universitários” refere-se aos estudantes de universidades públicas e de algumas instituições particulares mais tradicionais, que ainda preservam uma cultura universitária estruturada, com entidades estudantis, movimentos políticos, grupos de pesquisa e outras especificidades do mundo acadêmico. Esses elementos são muito reduzidos ou até inexistentes nas universidades privadas de massa.

Uma forma de romper com o estigma atribuído à pele negra era adotar um estilo de vida puritano, comportando-se de maneira rigidamente contrária aos atributos negativos que lhes eram associados. Essa estratégia visava demonstrar ao branco sua humanidade, provar que poderiam agir “civilizadamente” e, assim, possibilitar a integração.

Entretanto, o que se observou ao longo do século XX foi uma forte e violenta discriminação racial, mesmo contra a classe média negra. Um exemplo descrito por Soares (2004) menciona que, na década de 1970, houve a expulsão de quadros negros da ala social do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo. Isso evidencia que, embora a ideologia de democracia racial no Brasil sustentasse um racismo velado, formas explícitas também ocorriam, especialmente nos estratos sociais de maior renda.

Mesmo diante da mobilidade ou ascensão social, o estigma persistia. Florestan Fernandes (2008) relata o exemplo de um dentista “mulato”³⁷ que formou uma sociedade com um médico branco para montar uma clínica. O médico, surpreso, afirmou: “Não esperava que você fizesse a clientela que fez.” Ainda mais reveladora foi a resposta do dentista negro: “Você achava que um negro teria dificuldade de fazer clientela e, mesmo sendo amigos, quando ficou indeciso sobre montar consultório comigo, foi porque seus amigos disseram — e você também achou — que não daria certo trabalhar com um negro.” Questionado sobre como sabia disso, respondeu: “Eu estou acostumado. Se não soubesse disso, não poderia vencer” (Fernandes, 2008, p. 266). Conviver com o racismo, encontrar formas de contorná-lo e até utilizá-lo como motivador foi uma das soluções encontradas por esse segmento negro. Não ignorar o fato ajudava a prever situações e, assim, construir caminhos para alguma melhoria de vida.

Entretanto, essa mobilidade social também impunha desafetos com as massas negras:

Depois que o indivíduo consegue vencer as barreiras psicológicas que se erguem dentro dele e no ambiente, resta-lhe travar uma luta amarga e sem fim com os que estão conformados ou satisfeitos com a “vida de negro”. Como as oportunidades de ascensão são limitadas, o grosso encara com ressentimento ostensivo as tentativas do companheiro, avaliando-as, literalmente, como um esforço para “deixar de ser preto”. Há clara consciência de que o êxito implicará na perda do companheiro, que ele acabará tendo “vergonha” dos seus parentes e amigos e, o que lhes parece intolerável, ficará “metido a branco” (Fernandes, 2008, p. 231).

³⁷O termo é utilizado pelo autor, algo comum naquele período.

Embora discorde do autor ao atribuir exclusivamente aos que não tiveram algum tipo de mobilidade social a pecha de “conformados” ou “satisfeitos” com sua posição, considero importante destacar a espécie de ressentimento das massas negras descrita por ele. O sentimento dessa parcela é de traição, pois enxergam no negro que “subiu na vida” uma total assimilação ao mundo branco. Isso ocorre porque, como afirma Florestan Fernandes (2008, pp. 267-268), “A condição sine qua non para a ‘pessoa de cor’ contar como exceção ainda é a identificação ostensiva com os interesses, os valores e os modelos de organização da personalidade do ‘branco’.” Ainda que conscientemente não houvesse um desejo de ser branco, como destaca Soares (2004), essa era uma condição imposta, pois o ideal de humanidade é branco. “No universo letrado, os valores brancos de educação, etiqueta, saber, lazer e outros são incorporados, total ou parcialmente, pelos seus membros” (Moura, 2014, p. 292). Ou, nas palavras de Neusa Santos Souza (2021, p. 46): “O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade.”

A rejeição ao negro que ascende não parece se tratar de uma simples inveja ou de algum traço neurótico formado por racionalização ou projeção da camada negra mais pobre, mas de uma reação à maneira instrumental e, por vezes, oportunista como as camadas médias negras utilizam os valores raciais em prol de interesses particulares: “Eles são usados apenas simbolicamente para dar conteúdo, pelo exemplo de sua existência, às barragens sofridas geralmente pelo negro” (Moura, 2014, p. 204). Apesar de enxergar os hábitos e a visão de mundo das massas negras como “grosseiros”, aos olhos dos setores médios, integrá-los em torno de uma identidade comum é eficaz para acumular forças políticas. Porém, não se deve presumir que os negros mais pobres fossem ignorantes ou alheios à política. Clóvis Moura assinala que esses grupos organizavam-se entre si, muitas vezes sequer tendo conhecimento da existência de grupos políticos oriundos da classe média negra.

Márcio Farias (2023, pp. 181-182), a partir da tese de Virgínia Leone Bicudo (1945/2010), pontua que:

Se, entre os segmentos populacionais negros pertencentes às classes médias, o enfrentamento ao racismo propunha uma afirmação positiva de seu pertencimento racial, uma vez que a ascensão social não excluía os ‘desígnios da cor’, entre os negros de camadas sociais mais pauperizadas, a não afirmação da consciência racial era a atitude comum para evitar estranhamentos e possíveis tensões, sobretudo com os brancos, tanto pobres quanto de outras classes sociais.

É possível notar algum distanciamento entre esses dois universos e, com isso, grandes tensões. Aquela parcela da população negra que obteve alguma mobilidade encontrava-se em uma contradição, pois agora “[...] tem pela frente um duro combate, para se impor moralmente ao ‘branco’ e ao próprio ‘negro’, em sua nova condição social” (Fernandes, 2008, pp. 232-233). Por um lado, existiam barreiras que impediam sua plena humanidade, já que, aos olhos do branco, enxergava-se apenas um corpo preto que, no mínimo, merecia um voto de desconfiança; por outro, a grande massa negra, de hábitos considerados grosseiros, tendia a rejeitá-los na medida em que haviam deixado de “ser negros” ao alcançar novas posições, incorporando o mundo branco e, agora, agindo contra sua própria raça. Isso gerava um rompimento de identidade característico desse segmento: “A ausência dessa tradição favorece o extremo isolamento da ‘elite negra’, que se alheia cada vez mais dos dramas humanos do seu ‘antigo ambiente’. Doutro lado, contribui para consolidar a propensão geral a se avaliar a própria ascensão como uma espécie de traição[...]” (Fernandes, 2008, p. 233).

Isso acarreta uma experiência de estar “fora do lugar”, como diz Figueiredo (2004). A autora traz uma hipótese de que a classe média poderia acarretar uma maior vulnerabilidade simbólica às pessoas negras por estarem ainda mais expostas ao mundo branco. É difícil mensurar, já que a classe média, por sua vez, goza de aspectos simbólicos e intelectuais que lhe permitem uma afirmação de negritude que, por vezes, falta à grande massa negra.

Essa característica da classe média negra de estar entre paredes não parece se limitar apenas ao século XX. Com a hegemonia neoliberal e as mudanças tecnológicas das últimas décadas, houve uma complexificação e aumento das estratificações no interior das classes sociais. Ricardo Antunes (2018) aponta que a diferença crucial entre a classe média e o proletariado está na predominância do trabalho intelectual frente ao trabalho manual. Contudo, além de sua posição na produção social, outras duas características importantes e diferenciadoras são a renda, que tende a ser melhor devido ao “nível de formação”³⁸ e os valores culturais, hábitos e formas de consumo. Por seu caráter intermediário, a classe média tende a buscar uma aproximação com a burguesia, enquanto incorpora muitos costumes do proletariado. Um exemplo trazido pelo autor dessa “classe média mais tradicional” são os funcionários públicos, médicos, advogados e profissionais liberais. Entretanto, nas últimas

³⁸ E aqui é bom se enfatizar a lei de tendência. A precarização do trabalho tem atingido de maneira contundente o trabalho intelectual. Mesmo profissões que carregam um grande prestígio social como o advogado ou o psicólogo é muito comum terem remuneração menor que a de trabalhadores manuais.

décadas, muitos desses setores médios têm se proletarizado devido à precarização do trabalho, uma das heranças do neoliberalismo.

Enquanto “consciência de classe”, Antunes (2018, p. 70, grifos do autor) afirma que “[...]a consciência das classes médias aparece frequentemente como consciência de uma não classe”, devido às diferenças importantes que o termo guarda-chuva agrega. Por um lado, temos segmentos ou camadas que podem se diferenciar consideravelmente pelo nível de renda, sendo possível falar em classe média alta e baixa. Outro fator é que o termo abrange assalariados, profissionais liberais e até pequenos proprietários. Isso significa que cada um desses segmentos pode ter interesses objetivamente bastante distintos. Por exemplo, para os assalariados do funcionalismo público, faz-se interessante um Estado forte, com um bom número de funcionários e boas condições para seu aparato; já os pequenos proprietários tendem a acreditar que a maior barreira para seu crescimento são os impostos que oneram sua receita e encarecem o valor da força de trabalho, reduzindo sua taxa de lucro³⁹. Um caminho semelhante parece ser seguido pelos profissionais liberais.

A diferença de interesses também pode ser observada entre a classe média alta e a classe média baixa. Boito Jr (2018) atribui um papel importante à primeira no golpe contra Dilma Rousseff, em 2016, e no período subsequente, já que ocupava posições estratégicas em postos do alto funcionalismo público, como no Judiciário, na Polícia Federal e no Ministério Público. Já a classe média baixa, muito beneficiada pela expansão universitária, também teve um papel no início da crise política, em 2013, ao expressar insatisfação com a falta de emprego e perspectivas.

Cotidianamente, é possível observar diferenças nos costumes, na linguagem e nos hábitos. No que diz respeito à particularidade racial, e levando em conta a renda, o distanciamento entre negros e brancos permanece alto⁴⁰. Esse distanciamento parece ter se estagnado com a crise pós-2012 no Brasil, cujo aprofundamento do neoliberalismo trouxe medidas de austeridade e redução de investimentos em políticas públicas. Contudo, alguns

³⁹ Normalmente esses pequenos empresários acabam mergulhando em uma ideologia liberal e pedindo Estado mínimo, sem perceber que seu maior inimigo não é propriamente o Estado, mas a grande burguesia que o controla. Estado mínimo ou máximo, dentro da própria dinâmica do estágio capitalista-imperialista a tendência é de que os grandes engulam os pequenos, como demonstrou Lenin (1977).

⁴⁰

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20o%20rendimento%20m%C3%A9dio,da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20em%202012.>

Acesso em: 29 jun. 2024.

efeitos das políticas públicas do período progressista da primeira década do século XXI permaneceram, como o caso das cotas raciais, que, em 2018, resultaram no profícuo marco de, pela primeira vez na história do país, termos uma maioria de estudantes negros em universidades particulares.⁴¹

Novamente em diálogo com Márcio Farias (2022), o autor propõe que, no Brasil contemporâneo, identificado como neodesenvolvimentista, a questão racial assume uma nova configuração. Um ponto fundamental dessa especificidade, em contraste com o período desenvolvimentista⁴² é a expansão da ideia de pertencimento racial para setores mais amplos do que o da classe média negra.

Os motivos são de várias ordens, têm múltiplas determinações (Os movimentos culturais e estéticos nas periferias dos grandes centros urbanos que explodem pelo Brasil inteiro nas décadas de 1990 e anos 2000, por exemplo). No Brasil neodesenvolvimentista o precariado negro também se afirma positivamente e brada: poder para o povo preto, empoderado, resistente e que quer representação, por todos os meios necessários. (Farias, 2022, pp. 181-182).

Essa mudança apontada pelo autor, no que diz respeito ao pertencimento racial entre as camadas mais precarizadas do proletariado e da classe trabalhadora em geral, modifica também as tensões entre os universos negros. É nítido o orgulho de sentir-se representado por artistas negros na televisão, intelectuais e membros do alto escalão no funcionalismo público ou em empresas. Contudo, isso também acarreta no aumento da cobrança por uma aproximação, para que não se negligencie a luta de “toda a raça”. Essa relação se intensifica com a internet e, posteriormente, com a massificação das redes sociais.

Como podemos observar, a população negra que obteve mobilidade ou ascensão social apresenta por característica: a) ser minoria em sua classe, que é majoritariamente branca; b) essa condição minoritária gera tensões com os pares de sua classe social, já que o signo da raça transcende essa posição; c) há igualmente tensões diante da maioria negra que ocupa camadas mais precarizadas da população, pois, se por um lado há identificação enquanto raça, as particularidades de classe os afastam.

Denomino de emparedamento a posição de certo isolamento que a classe média ou determinadas camadas da burguesia negra⁴³ ocupam em sua dimensão subjetiva. Seu

⁴¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html

⁴² Período que foi analisado por Florestan Fernandes, Clóvis Moura e muitos outros autores incluindo Neusa Santos Souza e Virgínia Bicudo, grandes clássicos do tema na Psicologia.

⁴³ Aqui estou pensando principalmente no caso dos “novos ricos”, como artistas muito bem pagos, jogadores de futebol e esportistas de altos salários.

fundamento está na impossibilidade desses segmentos vivenciarem tranquilamente sua posição objetiva. Por um lado, porque a ideologia racial associa o negro à miséria, marginalidade e outros estigmas negativos; por outro, porque sua classe social, em um sentido amplo, impede um pleno convívio com a maior parte da população negra precarizada.

Chamo de emparedamento porque o sujeito vivencia essa contradição como se estivesse entre duas paredes que o impedem de avançar para a posição idealizada, assim como de retornar ou viver plenamente com a maioria das pessoas negras.

O emparedamento é, portanto, uma expressão subjetiva (ou psicológica) dessa posição particular na qual as pessoas negras se veem impossibilitadas de realizar o ideal de tornar-se humanas via ascensão social. Isso ocorre porque, mesmo diante dessa mobilidade, continuam sendo vistas enquanto negras e marcadas pelos estereótipos associados. Paralelamente, essas pessoas também são observadas com desconfiança ou até repelidas pela classe trabalhadora negra mais precarizada. Esse sentimento é, frequentemente, ambíguo e recíproco por parte das pessoas negras das classes superiores, é importante salientar.

4.2 - A especificidade do emparedamento

Em *As Almas do Povo Negro*, Du Bois (1903/2021, p.15) investiga “o estranho significado de ser negro, na alvorada do século XX” no contexto estadunidense, mas, como sublinhado por Gilroy (2012), contribui de forma canônica para se pensar uma diáspora. Dentre as contribuições que essa obra fundamental trouxe para o problema racial, destaco a categoria da dupla consciência, na qual Du Bois identifica uma cisão no negro estadunidense: duas identidades em constante tensão, norte-americano e negro, “duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis” (Du Bois, 1903/2021, p.23). Um véu aparta o negro dos demais e o impede de alcançar uma autoconsciência plena. A construção de seu Eu e autoavaliação é distorcida e constituída a partir da percepção do outro, daquele que o observa com desprezo. A contradição entre ambas as identidades parece algo de fato insolúvel, já que o estadunidense branco carrega em si o ideal de humanidade, enquanto o negro surge como a antítese do *ser*, uma identidade forjada pela negação da humanidade.

Essa tensão entre duas grandes identidades não é exclusividade do negro estadunidense ou inglês. Como muito bem pontua Gilroy (2012, p.34) “[...] todos os negros no Ocidente permanecem entre (pelo menos) dois grandes grupos culturais [...]”. Acredito que

o negro brasileiro não seja uma exceção. A tensão entre ser brasileiro e ser negro é muito anterior ao surto de “cidadãos de bem” tomando as ruas com camisetas da CBF⁴⁴ e bandeiras do Brasil. Remonta à própria construção da nação, primeiro baseada no trabalho escravo e, posteriormente, sustentada pelo racismo como um dos alicerces para sua economia dependente. A ideologia da democracia racial não eliminou o velho sonho das elites brasileiras de uma sociedade branca; pelo contrário, ela serviu de arma para conduzir esse projeto de maneira velada.

Nesse sentido, o que chamo de emparedamento é uma forma de vivenciar essa contradição, uma expressão concreta desse conflito. Os motivadores para buscar uma melhoria de vida não são exclusivamente raciais, mas é impossível dissociá-los desse componente.

Contudo, o emparedamento não é uma exclusividade das pessoas negras. Nesse aspecto, as palavras de Asad Haider (2019, p.23) são ilustrativas:

A identidade, paradoxalmente, parecia ser determinada a partir de fora - ou talvez mais que isso: parecia indeterminada. Em meio aos garotos brancos na Pensilvânia que perguntavam de onde eu era (não podia ser da Pensilvânia) e os parentes paquistaneses que apontavam meu sotaque americano, parecia que, se eu tinha uma identidade, ninguém possuía realmente capacidade de reconhecê-la.

Não há razão para restringir o emparedamento a uma experiência exclusivamente racial. Nada impede que tal vivência ocorra devido a um fator de classe social ou outra natureza. Na prática clínica, foi possível observar esse fenômeno em pessoas transgênero, por exemplo, embora com peculiaridades próprias da problemática de estrutura de gênero. No caso de raça e classe, é impossível separá-los no Brasil (Farias, 2018; D’Andrea, 2022), ainda que não sejam idênticos. Há experiências que os diferenciam no cotidiano. Contudo, como veremos a seguir, ao falar de emparedamento, há uma linha muito tênue e, por vezes, difícil de separar entre raça e classe trabalhadora, sobretudo o trabalhador periférico ou o “sujeito periférico”, como formulado por D’Andrea (2022).

Do ponto de vista da dinâmica psicológica, o emparedamento é um conflito entre tendências afetivas. O ideal de humanidade ou cidadania prometido pela ascensão social não se realiza por conta do componente racial, o que ocasiona sentimentos ambivalentes em relação à própria posição. Essa cisão entre aspirações e possibilidades reais de realização,

⁴⁴ Confederação Brasileira de Futebol.

segundo Bozhovich (1976), gera vivências profundamente intensas. “Para que surja uma vivência afetiva aguda, deve produzir-se uma divergência entre as possibilidades da criança e o nível de suas aspirações” (Bozhovich, 1976, p. 300, tradução livre); creio, portanto, que essa cisão entre o ideal branco e o ser negro produza tais vivências agudas, moldando as peculiaridades do aparato da personalidade desses sujeitos.

Nem todo conflito entre tendências afetivas em pessoas negras da classe média ou burguesa é oriundo desse emparedamento. Da mesma forma, seria incorreto supor que toda vivência racial desses sujeitos se resume a esse motivo. O emparedamento, portanto, é uma vivência específica.

Para demonstrar de maneira mais concreta o que foi formulado até o presente momento, utilizarei dois objetos de análise: letras de músicas e vinhetas clínicas. Reconheço os desafios de apresentar dois materiais com peculiaridades bastante distintas, mas acredito que, por serem ambos expressões da subjetividade, aproximam-se ao ponto de contribuir para os objetivos deste trabalho.

4.3 - O emparedamento expresso em músicas.

Até onde avançamos, o emparedamento aqui sinalizado é uma expressão subjetiva da contradição oriunda da complexa relação entre classes sociais e ideologia racial. Por ser uma expressão de caráter subjetivo, torna-se necessário observar mais de perto a superestrutura, ou seja, as formas de consciência social e ideologia produzidas com base em uma determinada estrutura econômica, levando em conta os achados de Marx (1859/2008).

Como captar a consciência social e a ideologia? Acredito que há diferentes formas de fazê-lo. Neste trabalho, em um primeiro momento, utilizarei algumas músicas de dois dos grandes gêneros musicais periféricos do período atual, o rap e o funk, com o intuito de investigar como o emparedamento se expressa na visão de mundo de artistas que, por meio de sua arte, alcançaram mobilidade social.

Músicas como o rap e o funk são de especial interesse neste trabalho por narrarem o cotidiano das periferias, regiões urbanas nas quais a maioria da população negra está inserida. Marina Figueiredo (2017), em sua tese, utiliza-se do autor russo Bakhtin e sua teoria de gênero discursivo para diferenciar o rap e o funk, ainda que ambos compartilhem como

conteúdo a vida nas favelas. No rap, há uma tendência a músicas mais longas, narrativas, e com uma sequência cronológica de acontecimentos. Contudo, na última década, observa-se uma mudança estética, com letras mais abstratas e curtas ganhando força, como notado no próprio Racionais MC's (Oliveira, 2023), o maior grupo de rap brasileiro. Já no funk, predominam músicas mais suingadas, dançantes, e de menor duração, que utilizam um vocabulário considerado vulgar e de baixo calão como forma de subversão.

Tanto o rap, com a nova hegemonia estética que enaltece a superação via consumo (Campos, 2020), quanto o funk, sobretudo a partir do *funk ostentação*, nascido em São Paulo, passaram a trazer, cada vez mais, a mobilidade e a ascensão social como conteúdos centrais.

Acredito que, como enfatizado por Vigotski (1999b) em *Psicologia da Arte*, a produção artística transcende a subjetividade de seu autor, uma vez que toda arte tem como substância o social. Nessa perspectiva, a arte revela aspectos da vida social, das relações humanas e da concepção de mundo de uma classe social ou grupo. É nesse sentido que Edward Said (2007, p.50) propõe uma metodologia para analisar obras literárias que acredito ser útil neste trabalho, baseada nas categorias de localização estratégica e formação estratégica. A primeira categoria se refere ao “modo de descrever a posição do autor num texto em relação ao material original sobre o qual escreve”; já a segunda “é um modo de analisar a relação entre os textos e como grupos de textos, tipos de textos, até gêneros textuais, adquirem massa, densidade e poder referencial entre si mesmos e, a partir daí, na cultura em geral” (Said, 2007, p.5).

Waldemir Rosa (2023) pontua que a preocupação de Said é desmistificar uma concepção de neutralidade ainda comum. Vejo que a noção de Said permite articular o artista enquanto sujeito historicamente determinado à sua produção artística e, assim, relacioná-la com a cultura geral para compreender sua força enquanto expressão da realidade.

É importante ressaltar que a proposta não é uma análise da psique do artista com base em sua obra, algo semelhante ao que Freud realizou com Leonardo Da Vinci. O objetivo aqui é compreender a origem do autor, o público e o lugar que determinado gênero musical representa, para captar a particularidade da dimensão subjetiva que estamos denominando emparedamento.

Ao analisar as canções, o emparedamento, por vezes, aparece de maneira explícita e, em outras, de forma mais implícita, exigindo um aprofundamento no contexto para se tornar

visível. Por limitações de espaço e tempo, farei uma breve análise apenas das letras das músicas. Certamente, isso poderia causar insatisfação aos estudiosos da música, e reconheço ser uma limitação do trabalho. Contudo, acredito que esse exercício será suficiente para alcançar os objetivos aqui traçados.

Começando por dois nomes do funk paulista, MC Ryan SP⁴⁵ e Veigh⁴⁶ iniciam sua música “*Ensino do Pai*” (2013) dizendo: “Eles querem o que eu consegui/Mas será que vão pagar o preço?”. Esse “preço” refere-se à efemeridade que a fama de artista pode oferecer e, assim, “Vai ter mil quando tiver sucesso/Mas não vai ter dez quando tiver fracasso”. O tema das pessoas que se aproximam apenas para aproveitar o sucesso e depois se afastam quando a maré muda é recorrente no funk brasileiro. O valor da fama e da ascensão social, sob os olhares de seus pares, aparece como um grande desafio. Ser uma voz que ressoa no cotidiano de milhões de pessoas que compartilham sua origem social, e a dificuldade de ser “inspiração pras quebrada”, como os próprios artistas dizem, acentua a cobrança pela coerência com a ética estabelecida pelo grupo. Tal cobrança intensifica o sentimento de dever, que é central para a esfera moral do sujeito.

Além da insegurança em relação às pessoas próximas durante o período de bonança e da aspiração de ser uma referência, surge outra obrigação moral: a de não “trair” suas origens. Mesmo que, financeiramente, estejam em uma posição diferente, persiste a responsabilidade de não perder a simplicidade. MC Ryan SP e Veigh exclamam: “*Pergunta aí na humildade/Como que a grana não corrompeu minha humildade*”. É verdade, como disse Marx (2008), que não se deve julgar uma pessoa apenas pela ideia que ela faz de si mesma. Assim, pouco importa se os MCs foram ou não verdadeiros em seus relatos. O importante é que, dentro da fantasia materializada em forma de música, existe uma necessidade moral de se portar como semelhante. Ser humilde é uma exigência ética nas periferias.⁴⁷

Em outra música “*Filha do Deputado*”, MC Ryan SP junto ao MC IG⁴⁸, acentuam que “*Não sou playboy, sou cria de favela*” e à frente completam “*Que se foda a burguesia, os*

⁴⁵MC Ryan SP, é um cantor brasileiro de funk paulista. Em 2023 foi o artista mais ouvido no Estado de SP no Spotify (<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2023/12/11/de-taylor-swift-a-ana-castela-os-artistas-mais-ouvidos-no-spotify-em-cada-estado-do-brasil-em-2023.ghtml#saopaulo>). Acesso em 29 jun. de 2024.

⁴⁶Veigh é um rapper, cantor e compositor de São Paulo.

⁴⁷ O tema da ética na periferia foi melhor explorado por D’Andrea (2022).

⁴⁸ MC IG é um cantor de funk e compositor de funk de São Paulo.

favelado é milionário”. A estética desse funk paulista enaltece a ostentação como fruto de trabalho, mas sem romper com a “identidade periférica” (D’Andrea, 2022). A intenção é diferenciar-se do playboy, entendido como o rico tradicional. Essa divisão de identidade entre o rico tradicional e o “novo rico” tem gerado tensões em condomínios de luxo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo vizinhos, os artistas exageram em festas e outras perturbações. Celso Athayde⁴⁹, em matéria escrita para o site *exame*⁵⁰, há de fato seus excessos por parte dos artistas, mas o fundamental é o choque de ter negros, periféricos e favelados adquirindo o direito de ser vizinho de pessoas da alta sociedade.

Esse choque entre ricos tradicionais e “novos ricos” de origem e estética periférica gera debates interessantes, que não poderei aprofundar neste trabalho, mas que dialogam com nosso tema. O próprio Celso Athayde menciona, no texto citado, que, no condomínio de alto padrão onde reside, não se sente confortável, mesmo com uma postura distinta da dos jovens funkeiros. O problema, afirma ele, não são os excessos, mas a origem. Diante da impossibilidade de integração ao mundo dos ricos, resta confrontá-lo.

Outro importante e talentoso MC da cena do funk paulista, o MC Hariel⁵¹ no *set* do MC Kelvino “*Avisa lá Pt. 4*” traz uma passagem perspicaz em sua experiência na França a convite da marca de luxo Lacoste:

*Ó, foi chegando em Paris
Um polícia me parou: Que cê tá fazendo aqui?
Em francês me perguntou
Eu já nada entendi, perguntei pro tradutor
Na sequência, eu respondi: A Lacoste me convocou
Ele travou, mediu, raiva talvez sentiu
Como é que um louco desse pode sair do Brasil?*

Ainda que a convite de um patrocinador, algo parecia estar fora do lugar ao ver um grupo de jovens com uma estética distante da habitual em ambientes de luxo. O “preço a se pagar” por essa posição, como disseram Ryan SP e Veigh, vai além da insegurança das “falsas

⁴⁹ Celso Athayde é um empresário, produtor de eventos e ativista social brasileiro, especializado em favelas e periferias (Wikipédia).

⁵⁰

<https://exame.com/esg/ascencao-social-e-choque-de-culturas-o-que-acontece-quando-a-favela-vai-morar-no-condominio-de-luxo/>. Acesso em 29 jun. de 2024.

⁵¹ Hariel é um cantor de funk e compositor de funk de São Paulo.

amizades” entre seus pares. Ele se manifesta na desconfiança das camadas mais altas da sociedade em relação à origem e aparência do artista.

Mesmo em um gênero musical conhecido pela visão hedonista da vida, há uma responsabilidade em manter o “proceder”⁵², elemento crucial para a identidade periférica. Nesse sentido, Hariel pontua: “*Eu quero tá sempre trancado e blindado/Pra quem se empolgou e vendeu a essência*”. O receio de perder a “essência”, os atributos que conectam o sujeito ao seu lugar de origem, caracteriza um grande conflito interno. No funk, isso assume uma singularidade, já que, de maneira hegemônica, a ostentação faz parte de sua estética e discurso.

No rap, o dilema da ascensão e da “essência” é tratado de forma mais acentuada, talvez devido à origem e história do gênero. Como demonstrado por Felipe Campos (2020) e explorado no capítulo 2, o rap nacional, em seu início, teve a hegemonia de uma estética política, que, embora ocupando um lugar secundário na transição para a estética de superação empreendedora, não foi completamente apagada.

Emicida (2010), na já citada música “*E Agora?*”, é contundente ao discutir a mudança de posição social e as cobranças decorrentes desse fato: “*Não vou vencer às escondidas/Por não aguentarem ver um preto bem, na corrida/Mente de gente crescida, calo na mão da lida/Meu avô fez o bolo, eu não vou dar uma mordida?*”. Porém, o refrão enfatiza a importância de “*(Seja como for, lembra de onde veio e vai lá)*”, destacando a necessidade de não abandonar a identidade de origem, de não perder a “essência”, como observamos também nas letras de funk.

No entanto, o exercício de mudar sem perder a antiga identidade é um dos desafios mais complexos. Como diz o rapper em “*Beira de Piscina*” (Emicida, 2010): “*sua essência ninguém poda (não)/Ai depois que se acostuma com a primeira classe é foda!*”. De fato, uma das fontes de sofrimento mais intensas é a perda de uma posição, seja financeira ou de status. A necessidade de manter tal posição pode entrar em choque com as demandas do “povo” e suas bandeiras. Por exemplo, o discurso contundente contra a desigualdade social pode ser suavizado para alcançar um público mais amplo, evitar afastar patrocinadores ou frequentar certos programas que exigem uma postura menos radical. Além disso, pode haver uma

⁵² Em seu trabalho, Daniel Hidrata (2011) dá estatuto e significado a *proceder*, termo presente na obra dos Racionais como espécie de conduta reguladora das relações sociais nas periferias. (D’Andrea, 2023, p. 134, nota 42, grifo do autor).

transformação profunda na própria concepção de mundo e na personalidade, já que novos interesses são constituídos, tensionando os ideais forjados em outra posição social. Esses efeitos podem fragilizar a identificação com aqueles que o acompanham.

No caso do rap, há uma cobrança mais intensa por parte do público. O próprio Emicida teve que responder a essa questão em mais de uma oportunidade, como em entrevistas, nas quais apresentou trechos que ilustram essa problemática:

Se eu chegasse aqui e fingisse que eu sou só um menininho pobre, que passou fome... que a única coisa intensa com a qual eu posso tocar a plateia é a miséria que eu passei há 15 anos, tá ligado? Se essa for a única coisa que eu consigo fazer, eu não estou alimentando a arte, eu estou alimentando o estereótipo que as pessoas têm do preto no meu país. (Le Monde Diplomatique Brasil, 2018).

A nova posição social e as novas vivências, quando expressas em suas músicas mais recentes, geram um conflito entre passado e presente. Certamente, Emicida é honesto ao relatar aquilo que vive e reflete, mas isso já não condiz completamente com outros momentos de sua vida, antes do sucesso. Porém, as críticas do público sugerem uma possível quebra na representatividade: as experiências narradas pelo artista deixam de refletir diretamente as vivências de muitos de seus ouvintes. Ao olhar para seu passado, representado nos discos, Emicida reconhece que, em certa medida, aquele “velho eu” já não existe mais: “*cada disco eu sou uma pessoa, a ligado, aquele moleque lá da ‘Pra quem já mordeu um cachorro por comida até que eu cheguei longe’, mano, eu espero que ele esteja muito da hora onde estiver no universo, mas ele não sou eu*”. Esse relato ilustra a tensão que a ascensão social pode gerar, especialmente para aqueles que construíram sua imagem e sucesso a partir de uma identidade vinculada às origens. Emicida parece correto ao afirmar que não há retorno ao passado. Ainda que se preservem experiências, valores e hábitos, a verdade é que um novo mundo se abriu, mobilizando e transformando o que já existia, em maior ou menor grau.

Contudo, a ascensão vivida pelo artista não é uma realidade para a esmagadora maioria da população ou de seu público. Embora, como já trabalhado, no auge do social-liberalismo no Brasil, durante o período lulista, tenha havido uma mobilização significativa de uma parcela da população mais precarizada, essa ascensão permaneceu limitada como discorreu Campos (2020) ao tratar da história recente do rap nacional.

Djonga (2021), em “*Me dá a Mão*”, representa a tensão da impossibilidade do retorno e de sua nova posição social a partir de uma salvação via romance com uma mulher que o

impediu de desistir. Ao dizer: *“Tô na beira do precipício, me dá a mão/Ser o mesmo que eu já fui antes não dá não/[...] Tem gente comendo lixo, eu salmão/Cartão black na carteira e mó saldão”*, ele ilustra a contradição de sua ascensão. Essa nova posição permite vivências inéditas, mas que só podem ser experienciadas de forma ambígua. O dinheiro não elimina a marca do ser negro: *“Achei que tava dominando/E fui dominado pelo efeito dominó/Que derruba peça preta há mais de quinhentos ano”*.

Djonga (2018) já desejou ser Deus, almejando o poder para *“agradar todo mundo”*⁵³, uma forma de superar as contradições, em minha avaliação, inclusive as suas. Na música em questão *“Junho de 94”*, diz

*Feridas se curam com o tempo, não com gaze
E quando ganhei meu dinheiro, eu perdi a base
Logo eu que fiz gritos pros excluídos
Traição pros destruídos
Chegar de onde eu vim
É desafiar a lei da gravidade
Pobre morre ou é preso nessa idade, ó
Saudade quando era ‘chinelin’ no pé
E quase nada pra te provar camará
[...]
Fazendo famílias sorrir de norte a sul
Eu fiz minha família chorar e ficar sem norte.*

A bela letra sintetiza muito do que foi discutido até aqui: o jovem negro que alcança a ascensão, mas se vê emparedado. Um elemento interessante na obra de Djonga é a centralidade da família, onde é comum que artistas bem-sucedidos carreguem a responsabilidade de ajudar todos os familiares. No entanto, o custo dessa ascensão muitas vezes é o distanciamento, causado por compromissos profissionais ou por mudanças na relação, que passam a girar em torno do dinheiro.

Assim como Emicida, Djonga também vive a tensão entre o Eu do passado e o Eu do presente. Ele reflete: *“Antigamente eu só queria derrubar o sistema/Hoje o sistema me paga pra cantar, irmão”*. Hipocrisia, traição ou evolução? Esse é um drama profundo entre a identidade construída ao longo da vida e aquela que começa a se formar nesse novo lugar. Djonga reconhece: *“Fiz da minha vida um omelete de Brasil com Hamlet/Tragédia”*, concluindo com a reflexão *“Viver machuca”*.

⁵³ Entrevista realizada no podcast Podpah em 2021. O corte da entrevista pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ry1M4y06a8Q&t=63s>, acesso em: 04 jul. 2024.

A contradição entre o Eu passado e o Eu presente também é tema de profundas reflexões no trabalho de outro talentoso rapper, Don L (2017), na música *“Aquele Fê”*. De forma nostálgica, Don L questiona: *“Ah, que saudade do que eu nunca mais vi/No fundo dos meus olhos/Será ‘memo’ que eu me perdi/Pelos meus caminhos tortos?”*. O tom melancólico reflete a bagunça interna e a falta de perspectivas. Ele lamenta a perda de uma *“velha fê”*, perdida no caminhar rumo à vida adulta, em um mundo que oferece apenas a fria relação entre coisas enquanto nossas almas são apenas combustível para essa engrenagem. O que sobra é um *“vazio poluído por corpos”*, enquanto o *“jovem sonhador”* se torna uma memória desgastada pelo tempo.

O falecimento das aspirações gera monstros, tal como ilustrado por Goya. Don L aponta o cansaço de *“uma luta contra o mundo pra fazer parte do mundo”*, e, no fim, uma sensação de que esse lugar alcançado não trouxe o alívio interno esperado. As contradições continuam a tensionar a consciência, levando à desconfiança nas próprias possibilidades e no ideal que, um dia, foi a principal força motivadora. O ideal que antes oferecia segurança dá lugar à incerteza, tornando-se um dos novos orientadores dessa personalidade cindida.

O titubear de um ideal equivale a sentir a morte tomando o sujeito aos poucos e Don L capta bem esse sentimento, assim como as tendências contraditórias das motivações que, diante do julgamento do ideal moral, produzem culpa ou angústia: *“Eu devo tá errado, eu sou comunista e curto carros”*. Aqui aparece o velho conflito entre interesses individuais e coletivos: o confronto entre duas visões aparentemente opostas. O gosto por carros é associado ao consumismo em uma era neoliberal, em que tal prática impulsiona a reprodução do Capital. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento da necessidade de uma nova sociedade, não baseada na exploração entre seres humanos.

Assim como Djonga, Don L parece questionar se é correto seguir seus desejos diretos, agora que eles são realizáveis, ou se deve manter-se fiel ao ideal que o guiou até sua nova posição.

O emparedamento, portanto, tem origem na própria dinâmica social, mas como pontua Don L: *“[...] é interno o maior labirinto”*. Isso ocorre porque a confusão objetiva é traduzida em sentidos e significados que formam um verdadeiro quiprocó, em que os desejos se misturam. Por vezes, confundimos um motivo com outro.

As emoções e sentimentos são condições sine qua non da atividade humana, de importância análoga à pressão arterial na fisiologia: sem eles, não nos movemos. Contudo, se os afetos possibilitam a ação e a avaliação, tanto externa quanto interna, eles também podem levar ao erro, especialmente no plano interno, para o qual não se estende a função ocular. Inclusive, é possível cometer o equívoco de pensar que a solução para esse conflito é puramente subjetiva e individual.

O rap contemporâneo pelos motivos do qual expôs Felipe Campos (2020) se tornou um produto de grande circulação de capital, tal como o funk. Ambos os gêneros, cada um a seu modo, ilustram algumas expressões do *emparedamento*.

Para finalizar, voltemos há um pouco mais de 20 anos atrás, a quem primeiro trouxe essa contradição de maneira mais elucidada em forma de rap: o Racionais MC's. Pode parecer estranho, à primeira vista, recorrer a um grupo de rap clássico — sobretudo ao álbum de 2002, “*Nada como um dia após o outro dia*” — para ilustrar uma problemática atual. Contudo, como bem colocou Acauam Oliveira (2023, p. 257):

E com isso não se está simplesmente reforçando o velho clichê de que o grupo está sempre conectado com sua época por retratar a realidade da periferia “tal como ela é”, pois não se trata de uma questão meramente temática, ainda que envolva algo nessa direção. De fato, o significado mais profundo do diagnóstico de que os Racionais estão sempre na “vanguarda” do hip-hop nacional é que sua obra configura como ponto de chegada e partida de desdobramentos históricos e estéticos desse que é um dos movimentos culturais mais importantes das últimas décadas.

O álbum citado foi o trabalho de estúdio imediato após o estrondoso “*Sobrevivendo no Inferno*” (1997). Hoje, mais de 20 anos depois de seu lançamento, ainda podemos encontrar elementos importantes para compreender a sociedade contemporânea. Um dos destaques desse trabalho foi a maior centralidade em temas intimistas e a “reflexividade com relação à trajetória e à posição do grupo no mundo e na sociedade” (D’Andrea, 2022, p. 133). Dentro dessa análise sobre a posição que o grupo ocupava, surgiram novos personagens, como o “zé povinho”, que é “também um morador da periferia, mas cuja marca distintiva é a inveja, a falta de proceder, a delação, dentre outros atributos negativos” (D’Andrea, 2022, p. 133).

É importante destacar tal figura, pois, diferente dos “boys”, o “zé povinho” é objetivamente um dos pares, mas subjetivamente representa um perigo à solidariedade periférica.

Por limitação de espaço, terei como foco as músicas “*Negro Drama*” e “*Jesus Chorou*”, por considerar que esses dois trabalhos ilustram o emparedamento vivido pelos próprios autores. Nos dois primeiros versos, os autores exaltam sua trajetória de luta e sucesso, mirando as elites sociais. Em seguida, enfatizam que, mesmo ganhando dinheiro e saindo da favela, essa experiência permanece no indivíduo. Esse “gueto que nunca sai de você” representa a identidade que persiste, mesmo após uma mudança de posição social. Os traços da favela — ou da raça — permanecem na forma de hábitos, visão de mundo, sentimentos e características físicas. Ambas as músicas têm como inspiração direta as vivências do grupo. Além disso, concordo com Tiarajú D’Andrea (2022), que assinala que “*Negro Drama*” é uma música direcionada aos boys, enquanto “*Jesus Chorou*” é direcionada ao “zé povinho”. Esses dois “muros” representam bem o emparedamento. Para o autor, esses raps refletem uma angústia vivida pelo grupo naquele período, “Essa angústia deriva fundamentalmente das melhorias materiais vivenciadas pelo grupo e das acusações de boys e zés povinhos da vida real” (D’Andrea, 2022, p. 149). Olhemos mais de perto a letra de “*Negro Drama*”:

Negro drama, entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama
Negro drama, cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga, à procura da cura

A música se inicia trazendo a constante tensão vivenciada pelo negro. O primeiro verso pode ser compreendido de forma literal, como a insegurança vivida por alguém que alcançou o sucesso, mas que teme a derrocada. Ampliando o entendimento, ele reflete a fragilidade da posição da população negra em geral, como um “castelo de areia” que pode desmoronar a qualquer momento.

O segundo verso complementa o primeiro, referindo-se mais especificamente àquelas pessoas negras que ascenderam a uma nova posição social, que traz tanto situações favoráveis quanto desfavoráveis, indicando sua ambivalência. Já os terceiro e quarto versos focam nos principais traços de identificação do negro no Brasil. Esses traços simbolizam a dor e o sofrimento causados pelo racismo, enquanto buscam a “cura” — o fim dessa condição opressiva.

*Sente o drama, o preço, a cobrança
No amor, no ódio, a insana vingança
Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo
O trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido*

O “*drama, o preço e a cobrança*” são constantes, independentemente da situação. Esteja a pessoa bem ou mal vestida, haverá questionamentos. Vivenciar o amor ou o ódio passa pelo prisma do racismo, e o custo disso é alto, tanto física quanto mentalmente. A autocobrança e a quase inevitável paranoia tornam-se traços marcantes. Mesmo ao escapar da condição de “preto fudido” em extrema precariedade, o trauma continua. Esse verso, longe de ser apenas um recurso literário, representa uma realidade vivida por muitas pessoas negras: a constante necessidade de se afastar do estereótipo negativo.⁵⁴

*Tin-tin, um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias, trajetões e glórias
O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela*

Nos dois primeiros versos, os autores exaltam sua trajetória de luta e sucesso, mirando as elites sociais. Em seguida, enfatizam que, mesmo ganhando dinheiro e saindo da favela, essa experiência permanece no indivíduo. Esse “*gueto que nunca sai de você*” representa a identidade que persiste, mesmo após uma mudança de posição social. Os traços da favela — ou da raça — permanecem na forma de hábitos, visão de mundo, sentimentos e características físicas.

*Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?
Cê tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho em você, morou?
Sabe por quê? Pela sua origem, morou irmão?
É desse jeito que você vive, é o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro drama.*

O discurso final da música traz a impossibilidade de escapar do estigma, ainda que ocupe um outro lugar social, já que a marca da raça sempre lhe colocará em posição de algo. “*Negro Drama*” é o contundente discurso que entrelaça a história do negro em geral com a vida dos autores e os novos desafios que a fama, o dinheiro e o convívio com novos setores da sociedade - os “boys” - acarretam.

Esses versos destacados dão conta de avançarmos na discussão. A música tal como

⁵⁴ “preto não presta, é ladrão, sujo” disse a avó de Luiza, nome fictício do estudo de caso de Neusa Santos Souza (2021,p. 91).

pontuou D’Andrea (2022) é direcionada à burguesia, como os pretos (ao menos uma parcela) puderam vencer sem necessitar de aprovação ou ajuda das elites que sempre desprezaram. Mas há também uma dimensão da tensão e fragilidade vivenciada nessa posição, no qual há a necessidade de se provar constantemente.

Já a música “*Jesus Chorou*” traz um ambiente mais intimista. Seu início é marcado por um silêncio, acompanhado apenas pelo som de chuva e trovões ao fundo, o que conduz a um sentimento de solidão e melancolia, características que dias chuvosos podem evocar. O som ambiente é interrompido pela voz rouca de Mano Brown, que, de forma poética, introduz um monólogo em que a lágrima surge como signo do sofrimento em seus diversos contextos, representando sua inevitabilidade, que atinge do poeta ao profeta.

Após essa introdução, a música transita para um momento de conflito interno. De um lado, manifesta-se uma desilusão com a vida, expressa na frase “[...] *um mundo bom de acabar*”; de outro, emerge a identidade periférica de resistência, evocada no verso: “*Epa, pera lá, muita calma, ladrão/cadê o espírito imortal do Capão?*”. O tom, ao mesmo tempo melancólico e catastrófico, sugere que, na noite anterior, o personagem vivenciou um daqueles momentos em que parece dissociar-se, observando o próprio desmoronamento em terceira pessoa. Nesse instante, o celular toca, e um amigo começa a narrar um acontecimento que presenciou, em que mencionaram o nome de Mano Brown de forma negativa e até ameaçadora:

*ih, o bico se atacou ó, falou uma pá do “cê”
(Tipo o que?)
Esse Brown aí é cheio de querer ser
Deixa ele moscar e cantar na quebrada,
vamos ver se é isso tudo quando ver as quadradas.⁵⁵
Periferia nada, só pensa nele mesmo,
Montado no dinheiro e cês aí no veneno.
[...]
Mas pra ele só a zona sul que é a pá,
Diz que ele tira nós, nossa cara é cobrar
O que ele quiser nós quer, vem que tem,
Porque eu não pago pau pra ninguém.*

O sujeito se mostra incomodado com a postura do Brown, entendendo que ele utiliza o discurso da periferia para ganhar dinheiro, mas, no cotidiano, adota uma atitude aparentemente esnobe. Isso é suficiente para que faça uma espécie de “moção de censura das ruas” contra Brown, que inclui literalmente uma ameaça de vida. Em tom de desprezo e indignação, Brown interpreta tais falas como tentativas de buscar status pessoal e retruca: “*Amo minha raça, luto pela cor/O que quer que eu faça é por nós, por amor/Não entende o*

⁵⁵ Uma gíria em referência a armas de fogo.

que sou, não entende o que eu faço/Não entende a dor e as lágrimas do palhaço.”

Esse trecho é significativo por diversos motivos. Em primeiro lugar, Brown destaca que, em seu trabalho, há um ideal coletivo direcionado às pessoas negras e periféricas. Contudo, essa postura o coloca em uma posição de intenso sofrimento, alimentado por ataques vindos de todos os lados. A trajetória dos Racionais MC's é marcada por forte perseguição por parte das autoridades estatais, além de discriminação e marginalização vindas da alta sociedade e dos meios de comunicação. Ao se referir às “*lágrimas do palhaço*”, ele explicita o alto custo emocional que essa trajetória de sucesso acarreta, mascarado pela fama e pelo reconhecimento da banda. Então, Brown prossegue:

*Mundo em decomposição por um triz,
Transforma um irmão meu num verme infeliz
E a minha mãe diz:
“Paulo acorda, pensa no futuro que isso é ilusão
Os próprios pretos não ‘tá’ nem aí com isso não,
Olha o tanto que eu sofri, que eu sou, o que eu fui,
A inveja mata um, tem muita gente ruim.”*

Retomamos o dilema identificado por Tiarajú D'Andrea (2022), que aponta para a posição em que os Racionais MC's se encontravam nesse período, com o surgimento da figura do “zé povinho”. Trata-se de um sujeito que compartilha da mesma origem, mas que é “corrompido” pela inveja e rompe com o senso de comunidade, seja ele de classe ou de raça. Quando Brown começa a alcançar sucesso e uma melhor qualidade de vida, o olhar sobre ele se transforma: passa a ser visto como alguém que já “não é mais um de nós”.

Em um diálogo com a mãe, Brown recorre a um conselho materno para reforçar o peso de uma dúvida crucial: o valor de sustentar um ideal coletivo diante do impacto emocional que isso acarreta. A ausência desse freio moral abriria caminho para que ele se tornasse um artista puramente comercial, como tantos outros na indústria musical. No entanto, Brown responde:

*O mãe, não fala assim que eu nem durmo
Meu amor pela senhora já não cabe em Saturno
Dinheiro é bom, quero sim, se essa é a pergunta
Mas dona Ana fez de mim um homem e não uma puta.
Ei você seja lá quem for, pra semente eu não vim,
Então, sem terror
Inimigo invisível, Judas incolor
Perseguido eu já nasci, demorou.*

A síntese para a contradição, de acordo com Brown, é a busca de sustentar esse ideal, de cunho coletivo e político, ainda que não se abra mão do desejo “individual” pelo dinheiro e

melhor condição de vida. Exclama que enquanto pessoa negra e periférica, carrega o signo do medo e do perigo, o que lhe acarreta uma perseguição desde o nascimento.

No entanto, na segunda parte da música, a chuva ao fundo retorna, simbolizando o ressurgimento do conflito interno, que se manifesta novamente em um momento de solidão:

*Gente que acredito, gosto e admiro
 Brigava por justiça e paz levou tiro:
 Malcom X, Ghandi, Lennon⁵⁶, Marvin Gaye,
 Che Guevara, 2Pac, Bob Marley e
 O evangélico, Martin Luther King.*

Grandes figuras históricas que, à sua maneira, conduziram suas vidas orientadas por um ideal coletivo ou político, frequentemente encontraram a morte como destino. O sacrifício pela causa é inspirador, mas ser o protagonista dessa empreitada pode não ser tão encantador, considerando que muitos outros morreram por ideais e raramente seus nomes são lembrados.

Diante do sofrimento gerado pelo conflito interno, a tentativa de Brown é ouvir opiniões de outras pessoas, destacando dois personagens: o “piolho” e o pastor. O primeiro, símbolo de uma figura incômoda que atormenta os pensamentos alheios, sugere que Brown aproveite sua fama e dinheiro para viver uma vida hedonista, desfrutando das oportunidades que a condição de “celebridade” oferece. Segundo o “piolho”, caso algum “zé povinho” cruze seu caminho, Brown deveria estar preparado para eliminá-lo. Esse discurso, marcado pela irresponsabilidade e pela negação de qualquer ideal coletivo, é em certa medida, contraposto pelo discurso do pastor, que prega a salvação por meio de uma vida afastada dos pecados.

Embora seja tentador aprofundar-se na resolução (provisória, como é natural) apresentada por Mano Brown na música, tal abordagem extrapola os objetivos deste trabalho. O importante, ao analisarmos “Negro Drama” e “Jesus Chorou,” é identificar como o emparedamento se expressa nos relatos dos membros do grupo. Em “Negro Drama”, o dilema reside na condição de ser uma pessoa negra que, mesmo alcançando algum nível de dinheiro e status, continua enfrentando o racismo, o que inviabiliza ou dificulta um verdadeiro pertencimento à sua nova classe social (ou fração de classe). Já em “Jesus Chorou”, o conflito se volta para o “irmão”, ou seja, o sujeito que compartilha a mesma origem de classe e raça. Além disso, emerge o embate entre o ideal político e as necessidades individuais, como a conquista de bens materiais e a adesão a uma vida socialmente normativa, que evita questionamentos e segue a cartilha convencional de simplesmente “fazer a sua parte”.

⁵⁶ Na versão ao vivo do DVD “1000 trutas, 1000 tretas” (2006), substituiu por Sabotage, em homenagem ao rapper assassinado em 2003.

Tais dilemas, entretanto, não se restringem a artistas. Pessoas comuns que experimentam alguma mobilidade social enfrentam problemas análogos, que também resultam no *emparedamento*, como veremos a seguir.

4.4 - O *emparedamento* nas vinhetas clínicas

As vinhetas aqui apresentadas são fruto de anos de atendimento em psicoterapia, o qual iniciei em 2019. As vinhetas permitem por um lado ilustrar de maneira mais clara o que estou propondo enquanto *emparedamentos*, além de permitir aprofundar em certas nuances o que as obras artísticas não permitem devido ao caráter de cada material. A psicoterapia se por um lado é limitada enquanto metodologia de análise para que nos permita generalizar os fenômenos estudados, se mostra rica no fornecimento de detalhes concretos para se aprofundar em problemas de cunho subjetivo. Os estudos de Freud e dos psicanalistas e demais abordagens que surgiram tendo como base o estudo de casos demonstram que há possibilidade de partir de casos analisados para se formular teoricamente. Dentro do espectro do materialismo histórico-dialético, a psicologia Histórico-Cultural também teve como um de seus pilares metodológicos os estudos clínicos, embora não se utilizassem da psicoterapia.

No processo psicoterapêutico, assim como em outros contextos, o *emparedamento* nem sempre se manifesta de maneira direta, por vezes se faz necessário uma compreensão mais integral da vida do sujeito para compreender que determinadas queixas têm relação com o *emparedamento*. Como neste trabalho utilizaremos de vinhetas clínicas, não será possível o aprofundamento do contexto do sujeito, utilizaremos apenas trechos em que não seja necessário aprofundar no contexto da pessoa para que seu conteúdo colabore com o objetivo da dissertação. Irei separar a exposição em tópicos do qual gira as vinhetas e reflexão em relação ao tema.

Sobre a autoavaliação

A tendência à autoavaliação negativa em pessoas negras se manifesta em duas grandes dimensões, que podem ser separadas somente para fins de análise: a cognitiva e a afetiva. Nesse sentido, autoavaliações como “*a vida inteira eu não queria ser eu*” ou “*eu tinha raiva de ser preto quando mais novo*”, representam bem essa tendência. Trata-se de um sentimento tão profundo que, mesmo com um extenso conhecimento sobre a origem do racismo ou a assimilação de uma concepção de mundo que valorize a cultura afro, por vezes, não é

suficiente para dissipar essa autoavaliação negativa. Não raro, mesmo quando a pessoa reconfigura seus padrões de beleza e passa a genuinamente se atrair e ver beleza em pessoas pretas, isso não necessariamente acompanha sua autoatribuição.

De fato, os ventos mudaram em relação à autoavaliação estética, como já mencionado na pesquisa do Datafolha, o que indica que as pessoas negras têm se considerado mais atraentes e bonitas demonstrando um grande impacto na autoestima. Contudo, há uma dimensão que as pesquisas estatísticas têm maior dificuldade em captar. Há situações em que, ao perguntar a uma pessoa o que ela acha de si mesma, ela atribui um determinado valor (positivo ou negativo), mas isso não necessariamente se traduz em suas ações ou sentimentos concretos no cotidiano. Situações semelhantes aparecem na clínica – e em outros contextos da vida – quando a pessoa chega a um *insight* e, honestamente, demonstra compreender suas motivações e o quanto certo comportamento é prejudicial a si própria. No entanto, na sessão seguinte, retorna frustrada porque agiu novamente de maneira indesejada. Nessas situações, a reflexão anterior, embora relevante, ainda não foi suficiente para modificar as atitudes do sujeito.

A autoavaliação, porém, não se limita aos valores estéticos autoatribuídos. Também pode abranger percepções sobre capacidades em geral (intelectuais, comunicativas, administrativas, entre outras). Falas como “*sempre me comparo ao outro a partir de meus defeitos*” ilustram a insegurança sobre as próprias qualidades. A distorção de si e do mundo ao seu redor faz com que cada ambiente seja percebido como uma espécie de “Davi e Golias”, mas sem o final heroico. Isso não se dissipa automaticamente com uma mudança de posição social; ao contrário, em muitos casos, tal movimento intensifica o sofrimento, gerando uma atitude ainda mais negativa.

No senso comum, a chamada “*síndrome do impostor*” (ou fenômeno do impostor, como alguns autores preferem) tem ganhado destaque (Almeida, 2020). Esse fenômeno caracteriza-se pela incapacidade de atribuir-se mérito por feitos positivos ou notáveis. Seja uma promoção, uma premiação ou qualquer conquista, a pessoa tende a atribuí-los à sorte, ajuda ou favorecimento externo. Mesmo diante de demonstrações racionais e evidências do mérito pessoal, o indivíduo não consegue acreditar. O problema da raça pode ser um forte determinante para esse processo, já que “*pra gente que é preto quando chega em um lugar de destaque começa a duvidar se de fato é capaz*”. Essa crença é tão poderosa que, muitas vezes, leva ao autoboicote: a pessoa teme que, em algum momento, seja “descoberta” como uma fraude, sob esse medo, acaba antecipando o problema. A sensação de insuficiência gera uma

culpa constante, acompanhada de um medo incessante de demissão, fracasso ou repreensão. Contudo, esse medo pode extrapolar o ambiente de trabalho e se generalizar, resultando em um olhar autodepreciativo, como expresso em falas do tipo: “*eu me autoboicoto, tenho pena de mim mesmo; eu me odeio.*”. Esse sentimento pode vir a ser de grande interesse ao Capital, já que na medida que o sujeito sente a necessidade de se provar constantemente, vem a ser mais produtivo.

Outra atitude decorrente dessa autoavaliação negativa ou baixa autoestima é o excesso de humildade. Uma estratégia para lidar com a posição desfavorável enquanto pessoa negra pode ser a de reprimir desejos e convicções para evitar conflitos ou desagradar o outro. “*Eu deixava de comunicar meus incômodos pro outro não ficar mal*” exemplifica bem essa autoanulação parcial ou completa. Essa postura lembra períodos iniciais do desenvolvimento, em que ainda não há uma organização interna das necessidades e motivos, levando a criança a se pautar quase exclusivamente pelo outro, normalmente um adulto. Essa humildade exacerbada pode ter como origem a intimidação por parte de terceiros, mas também apresenta vantagens imediatas na relação com o outro – algo que Vigotski (2021d) chamou de “compensação” simultaneamente real e fictícia. Real porque há de fato um benefício imediato; fictícia porque não resolve o problema de fundo, podendo, inclusive, aprofundá-lo. “*Todos gostam de mim porque eu não falo não. Mas a que custo?*”, eis o dilema.

A necessidade de agradar e evitar conflitos pode levar à repressão de interesses pessoais em favor de uma suposta harmonia frente ao outro. O custo, porém, é que um conjunto de necessidades permanece não atendido, criando um caráter passivo e uma fragilidade quanto à realização de objetivos próprios. Esse comportamento é particularmente evidente em pessoas negras que ascenderam socialmente e passaram a ocupar espaços majoritariamente brancos. Para atenuar tensões, podem adotar essa atitude de excessiva humildade, mas isso frequentemente gera sobrecarga e outras consequências negativas. Entre elas, destaca-se a dificuldade em dizer “não”. Não é raro ouvir relatos como “*às vezes sinto que só estou existindo*”, evidenciando que essa atitude impede o cultivo e a realização de aspirações pessoais. A incapacidade de se impor em situações de conflito entre suas necessidades e as dos outros resulta em uma sensação de descontrole sobre a própria vida.

Por fim, cabe abordar a exigência de uma “gratidão onipresente”. À medida que pessoas negras ocupam lugares de destaque, passam a ser vistas como exceção, o que gera a necessidade de demonstrar constantemente gratidão por sua posição. Essa gratidão não é apenas um sentimento genuíno, mas muitas vezes é imposta socialmente, direta ou

indiretamente. Frases como “*você é uma pessoa de sorte*” ou “*mas você venceu na vida*” reforçam essa expectativa. De forma indireta, isso ocorre, por exemplo, quando o sujeito é o único da família ou do grupo de amigos com estabilidade financeira ou status elevado. Expressões como “*fizemos tanto por você*” ou “*tem que agradecer a Deus por ter tido essa oportunidade*”. Essas mensagens, frequentemente bem-intencionadas, podem gerar sentimentos ambíguos de culpa ou inadequação.

Essa situação pode ser respondida com grande hostilidade: “*Quando falam que tem orgulho de mim, já me vem a vontade de mandar se foder... isso é compaixão, pena*”; a sensação vivenciada é de que não pode se queixar, questionar ou se irritar com algo em sua vida, que relembram seu lugar de exceção. Isso é internalizado e o próprio sujeito passa a se punir, “*não posso reclamar; olha como estão a maioria de nós*”, “*acho que deveria ter orgulho*”, já que se encontra em uma posição confortável frente a grande maioria da população negra no Brasil, ter conquistado aquilo que aspirou e ter sido recompensado seria mesquinho ou ingrato retribuir o bem com o mal.⁵⁷

Você sai do gueto, e o gueto sai e não sai de você.

Em um dia qualquer de trabalho, em meio àquelas conversas entre mais de duas pessoas, em que as falas se atropelam, surge uma voz que pergunta: “*Você deve estar acostumado a tomar enquadrado, né?*”. A cena, que poderia parecer um episódio de alguma *sitcom*, foi um relato real. Quando Mano Brown diz que “*o mundo inteiro tá de olho em você, pela sua origem*”, é exatamente nesses episódios cotidianos e muitas vezes muito sutis que isso se manifesta.

Em casos de racismo no ambiente de trabalho, sobretudo em níveis hierárquicos mais altos de uma corporação, o sujeito é colocado diante de um dilema inconveniente: reagir com a mesma intensidade com que foi afetado e sofrer as consequências, ou seguir sua aspiração de crescer na carreira e então usufruir dos benefícios. Esse dilema não pode ser facilmente contornado. A marca da cor não desaparece, nem mesmo por baixo de um terno Armani. O estereótipo é mais forte, e toda sua construção ao longo dos séculos é imediatamente ativada ao menor sinal de alerta: como uma mínima exaltação em uma reunião, que evoca a ideia do “negro violento”. Surgem então frases como: “*Aqui não tratamos as coisas dessa forma*” ou “*Podemos tratar isso de maneira mais racional.*” A saída passa a ser conter os sentimentos,

⁵⁷ “Quanto àquele que paga o bem com o mal, não se apartará o mal da sua casa.” (Provérbios: 17:13).

pois “o que se há de fazer em relação ao chefe imediato?”. Contudo, a autocobrança se instala: “*Me sinto um lixo por não poder fazer nada.*”

A lembrança de quem você é não se limita ao ambiente de trabalho. Em outros espaços elitizados, o olhar é de surpresa, espanto ou até de interesse exótico: “*Me olhavam naquele shopping de boy como se eu fosse um rapper americano, quase me pedindo um autógrafa. Eu só fui pagar uma conta.*” Não há como passar despercebido. Para alguns, isso pode ser administrado sem maiores problemas; para outros, é um grande gasto de energia lidar com o sentimento de estar constantemente sendo observado.

O choque cultural, semelhante ao vivido pelos artistas de funk que compraram casas em condomínios de luxo, ocorre igualmente, embora de maneira mais sutil, no cotidiano de outras parcelas negras que alcançaram alguma mobilidade social. O muro invisível aos olhos pouco críticos delimita universos diferentes entre as margens da ponte, algo visível no linguajar, nas gírias e na expressão corporal. Sentem que “*você fala com certa raiva*”, que parece agressivo ou violento. Surge, então, o sentimento de que “*não posso ser apenas humano, ficar nervoso; tenho que ficar me vigiando.*” Claro que esses dois universos não são absolutamente apartados; eles se relacionam de forma dinâmica e o entrelaçamento é bastante complexo. Além disso, não são nem de longe homogêneos em si mesmos. Ainda assim, é notório que existem diferenças marcantes entre eles.

Outro drama recorrente é a mudança de bairro: “*O síndico não dá bom dia, a impressão é que não nos querem ali.*” Em grandes metrópoles, a busca por maior qualidade de vida passa pela tentativa de morar próximo ao trabalho ou em regiões com maior oferta de serviços públicos e privados. As periferias e os subúrbios tendem a ser mais escassos nesse sentido, sendo locais de maior concentração de pessoas de baixa renda. Em São Paulo, por exemplo, o quadrante sudoeste, que inclui a Avenida Paulista e bairros como Jardins, Morumbi, Itaim Bibi e Santo Amaro, é a região com maior concentração de empregos. Não por acaso, também é onde se localiza a maior parte das camadas mais altas da classe média e da burguesia (Oliveira, 2021). Não morar próximo ao trabalho – algo que exige dispor de rendas mais altas – significa enfrentar longas horas de deslocamento no dia a dia.

Assim, atravessar a ponte e morar em uma região que tende a proporcionar melhor qualidade de vida esbarra no sentimento de estranheza nos bairros nobres. Em São Paulo, há quase dois universos distintos entre o centro expandido e a periferia. “*Gostaria de morar em*

um lugar com mais pessoas como eu”, relata um entrevistado. Contudo, a facilidade dos serviços oferecidos no centro expandido gera um grande conflito motivacional.

Uma vez “da ponte pra lá”, o retorno não é mais o mesmo: “*Alguns amigos das antigas se afastaram; eles falavam: ‘Pô, agora você tá em outro lugar’*” – um eufemismo para dizer que virou “*playboy*.” Embora constrangedor, há algo de verdadeiro nessa acusação. Ainda que a pessoa não tenha cortado os laços com seu lugar de origem, certas mudanças são inevitáveis. “*Não tenho mais paciência para certos assuntos*”, confessa. Sua visão de mundo se ampliou, ultrapassando a cultura um tanto provinciana do bairro. Não porque tenha havido mudanças significativas, mas porque sua transformação interna o faz perceber seu espaço de origem de maneira diferente. Os antigos amigos também não percebem que aquele sujeito que conheciam só existe parcialmente. Algumas piadas agora causam desconforto; tudo é motivo de problematização. “*Eu nem comento que tô cansado ou mal porque, pra eles, é uma ofensa*” acaba que se tornam “*mundos diferentes*”. Assim, perde-se a espontaneidade, e o afastamento se torna mútuo. Pouco a pouco, o bairro passa a ser “apenas uma fotografia na parede” ou uma menção em redes sociais.

Para além do marcador espacial do “lugar de origem”, costumes mais triviais também divergem: “*me sinto mal por propor um restaurante caro com amigos*”; o constrangimento aparece. Por outro lado, o peso de estar em melhor condição financeira afeta até mesmo a família, a instituição que, supostamente, é inabalável. O dever de ajudar parentes pode criar relações tensas: O dever de ajudar familiares pode criar uma relação de grande tensão, “*às vezes prefiro pensar que não é só por conta do dinheiro, que há algo a mais.*”⁵⁸ Contudo, a culpa se faz presente: “*eu aqui experimentando comidas novas, mais caras, e minha família com dificuldades para fazer a feira.*”

Estratégias para lidar com o emparedamento.

Diante da contradição do *emparedamento*, o sujeito precisa agir para lidar com esse conflito. Do ponto de vista objetivo, pouco pode ser feito individualmente, já que apenas uma nova formação social, que abolisse as classes sociais e a ideia de raças, poderia resolver essa contradição. Frente a isso, o que resta são soluções provisórias e individuais para lidar com a antinomia e o sofrimento consequente. É importante notar que nem todos os sujeitos nessa posição social vivenciam experiências profundas o suficiente para sentirem a necessidade de

⁵⁸ “A burguesia rasgou o véu comvente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária” (Marx e Engels, [1848]/2008).

uma ação específica frente a esse quadro, já que em sua posição interna não refrata a contradição objetiva. Aqui, tratamos dos casos em que há uma ação propositiva diante dessa situação.

Normalmente, esse processo ocorre através da construção de um ideal que inclua sua nova posição e busque alguma forma de superação, mesmo que parcial. Um exemplo comum é o discurso: *“Temos que hackear o sistema por dentro”*. Nesse sentido, o plano consiste em usar sua posição e status para ajudar mais pessoas que estão em sua antiga condição, *“trazendo dinheiro para os nossos”*. A aspiração pode envolver alcançar um nível executivo e, a partir disso, implementar projetos que ajudem a diversificar a empresa, levando mais negros, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ a cargos de destaque. Essa visão, portanto, reflete uma preocupação ético-política.

No entanto, os limites das corporações são rapidamente percebidos: *“neste escalão só tem velho e branco”*. O funil para níveis mais elevados parece deixar distante a aspiração de *“mudar a empresa por dentro”*. É nesse contexto que surge outra palavra cada vez mais popular como alternativa: empreendedorismo. A ideia de ter seu próprio negócio abre possibilidades de ajudar “os seus” sem enfrentar barreiras externas – desde que o negócio prospere. Essa convicção está ancorada na crença de que *“o empreendedorismo tem uma capacidade maior de nos libertar”*, tanto pela perspectiva de maior autonomia financeira quanto pela possibilidade de trabalhar menos.

Do ponto de vista motivacional, essa correlação entre carreira individual e ação política permite distinguir duas orientações principais da personalidade: pessoal e coletiva. Em alguns casos, ambas têm força semelhante, gerando grandes embates internos. Em outros, uma se sobressai. Assim, é possível que o sujeito genuinamente busque mudanças, mesmo que limitadas, em seu ambiente; entretanto, também há situações em que essas ações podem ter um caráter formal, visando apenas aliviar a culpa ou obter benefícios com a imagem de solidariedade.

Compreender esse processo não é simples, já que nem sempre é possível deduzir a partir da observação do comportamento. Bozhovich (1976, p. 278) ilustra essa complexidade:

Frequentemente ocorre que um aluno, que cumpre cuidadosamente seus deveres sociais, que ajuda o professor e até mesmo seus colegas, na verdade age dessa forma movido por interesses egoístas, pessoais; por exemplo, pelo desejo de se destacar

entre seus colegas, ou para conquistar uma boa atitude do professor em relação a ele (tradução livre).⁵⁹

Independentemente da orientação subjacente, essa visão de "superação empreendedora" ou de sucesso individual funciona como uma tentativa de lidar com o emparedamento. Como discutido anteriormente, essa visão está intimamente ligada à ideologia neoliberal e sua face social, o social-liberalismo. A hipótese é que a força reside em justificar a posição diferenciada do sujeito em relação à maioria de seus pares e, ao mesmo tempo, aliviar parte do mal-estar e das cobranças – tanto externas quanto internas.

Mas há respostas especificamente políticas, de maneira organizada ou não. Nesse contexto, o afrocentrismo⁶⁰ como uma forte concepção de mundo, buscando valorizar a estética negra, sua cultura e conhecimento. O objetivo é criar uma comunidade que fortaleça seus membros em um ambiente hostil ao negro. Desse modo, “poder ajudar os nossos” deixa de ser apenas uma solidariedade dispersa e se torna uma ação política embasada em toda uma filosofia.

Entretanto, as implicações mais marcantes do afrocentrismo aparecem nas relações interpessoais, especialmente nas amizades e, ainda mais, nas amorosas. “*Tenho tentado mais amizades negras[...] isso cria ambiente seguro, só nós podemos entender a gente*”. A dificuldade de ser compreendido e acolhido por pessoas brancas, mesmo as amigas, é comum. Embora vivenciar determinada opressão não garanta a compreensão total desta, não ter uma vivência similar dificulta ainda mais o entendimento integral da experiência. “*Falam que não é bem assim [...] a empresa tem problemas, mas não parece ser o caso de racismo.*” Diante desse cenário, no qual a pessoa geralmente se sente isolada do ponto de vista racial, há uma tentativa de criar um espaço seguro com outras pessoas negras que compartilhem identificação de raça e classe.

Nos relacionamentos afetivo-sexuais, a tensão é ainda mais forte e contraditória. “*Todos os homens da minha família se casaram com mulheres brancas.*” O estereótipo do

⁵⁹ “menudo ocurre que un alumno, que cumple cuidadosamente sus deberes sociales, que ayuda al maestro, e incluso a sus compañeros, en realidad actúa de esta forma movido por intereses egoístas, personales; por ejemplo, por el deseo de destacarse entre sus compañeros, o para conquistar una buena actitud del maestro hacia él”.

⁶⁰ Visão de mundo cujo principal expoente é Marcus Garvey, militante político e intelectual jamaicano que fundou a primeira organização negra de massas nos Estados Unidos a Associação Universal para o Progresso Negro e Liga das Comunidades Africanas (UNIA). Embora seja um movimento que contenha uma diversidade, o aspecto em comum, diz Farias (2023, p.134) é que “ Propõem uma ruptura total com padrões civilizatórios europeus, rompimento com as formas tradicionais da política entendida como forma “branca” de luta e apontam para as tradições africanas como potência de aglutinação e destino para os povos negros do mundo”.

“jogador negro com uma loira ao lado” e a ideia de que homens negros que ascendem socialmente tendem a se relacionar com mulheres brancas em busca de aceitação social impactam a percepção que o sujeito tem de si e de suas escolhas. Isso frequentemente é um aspecto importante no emparelamento, sobretudo entre homens.

Contudo, o desejo direto nem sempre está alinhado ao ideal. Um problema recorrente é que, embora o sujeito acredite e se engaje nessa visão de mundo, o interesse afetivo-sexual por pessoas brancas pode persistir. Nesse caso, cabe ao esforço consciente conter esse desejo pela força de vontade. “*Não vou deixar de se relacionar com pessoas brancas, mas uma relação, a construção de família não gostaria que fosse com uma pessoa branca*” pois, “*É importante deixarmos o que construímos para nós, pro nosso povo*” O receio de que os filhos possam ser percebidos como brancos adiciona uma camada de tensão.

Além disso, experiências negativas em relações anteriores atuam como propulsores significativos dessa perspectiva. “*Tenho medo de me apaixonar novamente por uma pessoa branca.*” Os conflitos vivenciados em relações inter-raciais deixam marcas profundas, que, embora possam não gerar um repúdio espontâneo ao desejo por pessoas brancas, são suficientemente fortes para desencadear uma intensa luta interna.

Por outro lado, há pessoas para quem não há qualquer conflito interno nesse aspecto, e a concepção afrocentrada se estabelece de forma “natural”. “*Simplesmente não tenho desejo por pessoas brancas [...] acho feio, não sei.*” Nesse caso, a posição interna é mais harmoniosa, embora o ambiente cotidiano predominantemente composto por pessoas brancas possa ainda gerar tensões.

Entretanto, os riscos ao sofrimento e estresse não são exclusivos das relações com pessoas brancas. Estar em um ambiente ou em um relacionamento afrocentrado tampouco garante a eliminação dessas tensões. Isso também transparece nas relações interpessoais: “*Ela sempre foi de escola particular, viajou, conheceu o mundo.*” Enquanto a cor da pele aproxima, a experiência de classe vivida durante a infância e a adolescência cria um distanciamento. A vivência difere significativamente para pessoas negras que nasceram em posições de classe média e tiveram um maior letramento racial desde cedo. Essas diferenças podem transformar a relação em um peso emocional. “*Não queria ter essa pressão, ela me faz exigências quanto à questão racial que acabam sendo difíceis. Não consigo ser assim.*”

Uma contradição curiosa é que o engajamento na problemática racial pode gerar efeitos negativos em determinadas vivências. “*Quanto mais letramento racial, mais pressão você sente*”, já que, à medida que se aprofunda na história do negro, cresce um senso de responsabilidade. Cada ato passa a ser representativo de toda uma raça, criando uma carga

adicional. Esse fenômeno, no qual a individualidade se perde em uma coletividade, é um efeito do racismo. Fanon (2008) observou essa característica colonial: a ação de uma pessoa negra era entendida como a ação de toda a raça. Com importantes diferenças contextuais, um sentimento de “dever com a raça” persiste: *“Às vezes queria voltar a ser ignorante. É cansativo ter que estar sempre lutando.”* Isso não significa que o sujeito sem uma maior consciência de sua posição não tenha que lutar, mas, uma vez que avança no entendimento das razões que determinam suas vivências, surge uma intensa autoexigência.

Na atividade política mais ampla, como era de se esperar, as tensões também não diminuem. A reprodução do racismo estrutural da sociedade dentro das organizações políticas, mesmo as “progressistas” ou até revolucionárias, é algo recorrente. *“Há um silenciamento de nossas pautas, taxam de identitarismo.”* Nesse momento, é relevante resgatar o texto de Farias (2018; 2022), que tece importantes críticas ao movimento marxista brasileiro. Sobretudo a partir da década de 1960, na busca por uma renovação, esse movimento relegou a problemática racial a um segundo plano, priorizando a classe social em abstrato. *“Assuntos de raça e gênero acabam sendo jogados para que só essas pessoas se apropriem e façam a contribuição”*, algo muito comum. Pessoas negras são frequentemente vistas como monotemáticas, aptas apenas para falar sobre racismo.

É importante destacar que há setores dentro do próprio movimento negro que, diante de experiências políticas ruins com pessoas brancas, se orientam por uma linha na qual apenas aqueles que possuem “lugar de fala” devem ter primazia no debate racial. Essa postura, embora compreensível, pode acabar reforçando a guetificação do tema, inclusive levando setores da esquerda a se ancorarem nesse discurso para justificar a própria isenção e a falta de aprofundamento no tema.

Esses são apenas alguns exemplos que ilustram como o emparedamento se manifesta concretamente na vida cotidiana de pessoas negras que o vivenciam. A riqueza fenomenológica do emparedamento poderia, por si só, compor todo um trabalho à parte, mas creio que o exposto seja suficiente para os objetivos deste trabalho.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paul Gilroy (2007), em seu livro *“Entre Campos”* traz uma discussão interessante e complexa a respeito das novas formas que o racismo assume na contemporaneidade. A associação direta entre o negro e um primitivismo, muito marcante nos séculos XIX e XX, embora não tenha desaparecido, ganhou outros contornos, um exemplo é a incorporação da figura negra enquanto uma imagem de glamour e de novos padrões estéticos, sobretudo com foco em um ideal de corpo atlético. A valorização da beleza negra, por um lado, desafia velhas estruturas da diferenciação racial; por outro, não altera significativamente as hierarquias raciais que cotidianamente configuram as relações sociais.

Essa perspectiva de ampliação da diversidade étnica foi conquistada por meio de uma intensa luta antirracista, conduzida por movimentos e partidos. No entanto, essa luta acabou sofrendo uma cooptação por parte de um multiculturalismo de mercado. Cria-se todo um mercado voltado a essa população, inclusive bens de luxo para os novos ricos não-brancos. No contexto brasileiro, além de grandes artistas e jogadores de futebol negros, observa-se o surgimento de um novo conjunto de influenciadores digitais e empresários que construíram sua riqueza em torno da pauta racial ou foram beneficiados de algum modo por ela.

Nessa nova dinâmica, é curioso o caso de empresas como a Salon Line, especializada em artigos cosméticos, que, há algumas décadas, tinha como um de seus principais focos a venda de produtos para alisamento de cabelos, mas que hoje oferece linhas exclusivas para cabelos afros e destaca belos modelos negros em suas propagandas. Outro exemplo relevante é o da Rede Globo, que, durante décadas, reforçou um ideal de branquitude em sua grade televisiva, reproduzindo os mais grosseiros estereótipos. Entretanto, hoje, utiliza—à sua maneira—termos como "racismo estrutural", aumentou, ainda que timidamente, o número de apresentadores negros e adota a defesa da diversidade como um de seus princípios.

A saída elencada por essa perspectiva liberal parece apontar, como ideal, a necessidade de se criar uma forte burguesia negra, a ideia de que “você pode ser o próximo Bill Gates negro”⁶¹, e assim, em algum momento, com “|pretos no poder equilibrar-se-á a correlação de forças. O “Fique rico ou morra tentando” de 50 Cent (2005)⁶² se transforma em princípio, já que a outra opção é morrer nas mãos da polícia ou levar uma vida de privações.

⁶¹ “You just might be a black Bill Gates in the making” - Formation, Beyoncé (2016).

⁶² Rapper estadunidense que protagonizou o filme Fique Rico ou Morra tentando (2005), baseado em sua história real.

O poder ao povo negro, nessa lógica, passa a ser o poder dos milhões de dólares, a construção de uma “Wakanda” revestida em mármore e diamante.

Porém, casos como o já mencionado Vinícius Júnior ou os filhos do diplomata colocam em cheque essa concepção e reafirmam que, independentemente do status e patrimônio, permanece o estereótipo do “mau cidadão” (Moura, 2021). Esses corpos continuam sendo vistos como uma ameaça e fora do lugar.

Por outro lado, o aprofundamento da crise capitalista e as medidas para salvá-lo trazem consequências devastadoras para a classe trabalhadora, sobretudo sua maioria negra. A austeridade, a perda do poder de compra e a precarização do trabalho afastam, cada vez mais, essa população daquele ideal de consumo que pôde se realizar entre 2005 e 2012. Outra consequência é o crescimento do neofascismo, manifestações que se dão tanto pela atuação de grupos organizados da população civil quanto pela sua institucionalização, como ilustram os recorrentes noticiários sobre assassinatos cometidos por policiais em São Paulo.

Creio que a relevância deste trabalho está em mergulhar na complexidade das relações raciais contemporâneas, onde foi possível identificar a particularidade denominada *emparedamento*. Do ponto de vista social, essa categoria ilustra como as relações de classe e suas frações produzem tensões particulares, especialmente à medida que a dinâmica do capital aprofunda as desigualdades sociais. Em uma sociedade de capitalismo dependente, isso parece ser ainda mais intenso. No caso do Brasil, país forjado pelas tensões raciais, a questão da raça se configura como um dos alicerces fundamentais para compreender suas relações sociais.

Sobre o prisma das ciências psicológicas, é possível se pensar o problema da dimensão subjetiva do racismo sobre o prisma particular daquele parcela negra que se beneficiou do pequeno período de crescimento do país no início do século. Pesquisas futuras podem trazer indicadores mais elaborados de como funciona esses mecanismos internos, que chamei de personalidade a partir da Psicologia Histórico-Cultural, assim como explorar de maneira mais concreta (as múltiplas determinações) da concepção de mundo e identidade que tem se forjado nessa nova classe média e burguesia negra. Acredito que isso possa contribuir para a Psicologia como um todo, sobretudo na Psicologia Social e Psicologia Clínica, já que ainda é costume analisarmos a subjetividade negra pela sua falta, não por seus aspectos positivos e contradições.

Em uma perspectiva política, a tentativa de apontar as insuficiências do *Black Money* ou da mudança cultural e gradual não é, de forma alguma, um pessimismo ou negligenciar os avanços que tivemos para a população negra. A crítica não é moral, mas do âmbito do conhecimento e sua implicação na transformação da realidade. As novas contradições geradas

pelo último período no âmbito do problema racial nos impele a avançar sobre elas em busca de novas sínteses. O racismo não é natural, foi produzido ao longo da história então, portanto, terá o seu fim, mas não me parece ser um ato apenas da consciência, mas de toda base material do qual nos encontramos hoje.

O emparedamento demonstra que, mesmo que certas aspirações pessoais de pessoas negras, do âmbito de sua posição social, sejam alcançadas, isso não a livra completamente da angústia provocada pelo racismo. Além disso, sem romper com a lógica de hierarquia social, cria-se uma fissura no interior da própria comunidade negra, que acarreta em certo estranhamento pela maioria precarizada. O sentimento é de uma constante tempestade em um dia ensolarado⁶³, um sofrimento que se transforma em culpa. A contradição é que a busca por um futuro melhor, dentro dos marcos do capitalismo, nos coloca entre paredes que parecem intransponíveis. Avançar em busca da prometida humanização não foi possível, tal como as portas estão fechadas para um retorno ao que era antes. Somente explodindo as barreiras da raça é que podemos superar o falso universalismo proposto pela modernidade eurocêntrica e aspirar uma nova universalidade, que comporte de fato todas as particularidades humana.

O fim do racismo, portanto, não parece estar em um retorno a algum passado idílico que talvez só tenha existido em nossa fantasia enquanto expressão de um desejo de retorno a algum lugar, já que a ordem capitalista e, portanto, racista, parece preencher todo o horizonte porvir. Olhar para o passado é necessário para pensarmos o presente, mas como aponta Marx (2011) somente o futuro que podemos colher poesia. Mas o futuro não se enquadra dentro dos marcos da sociedade burguesa, a modernidade oferecido por essa nova classe dominante nos colocou como o Outro, a alteridade de seu projeto de sociedade, embora pressionados pelas lutas políticas, hoje buscam incorporar as pautas anti-opressões dentro de sua lógica e transformá-las em mercadorias. Nosso futuro exige um rompimento com essa sociedade baseada na exploração e opressão e assim, será possível concretizar a utopia de Du Bois (2021, p.132) “Por trás da barreira de cor, eu caminho de braços dados com Balzac e Dumas, onde homens sorridentes e mulheres acolhedoras circulam por salões dourados[...]E assim, desposado com a Verdade, eu habito por cima do Vêú”.

⁶³ *have you ever seen the rain / Comin' down on a sunny day?* - Have You Ever Seen the Rain? (Creedence, 1971).

6- REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMIN, Samir. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado do serviço digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BALTAZAR-PEREIRA, Juliano. Neoliberalismo e desenvolvimento da concepção de mundo: uma leitura a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 93–115, 2023. DOI: 10.9771/gmed.v15i1.52629. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/52629> . Acesso em: 2 dez. 2023.
- BARROS, Douglas Rodrigues. **Ugar de negro, lugar de branco?: esboço para uma crítica à metafísica racial**. São Paulo: Hedra, 2019.
- BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e Mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e Política, [1940]/2010.
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: cuba, brasil, estadnos unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-54.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782007000100005>.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do pt**. Campinas-São Paulo: Unicamp-Unesp, 2018.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 27, n. 50, p. 111-119, 30 maio 2020. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP.
- BOITO JÚNIOR, A. Os Conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9 - 30, 8 mar. 2023.

- BOZHOVICH, Lidia I. La personalidad y su formación en la edad infantil: investigaciones psicológicas. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1976.
- BOZHOVICH, Lidia I. Developmental phases of personality formation in childhood (I). *Journal of Russian and East European Psychology*, v. 42, n. 4, p. 35–54, 2004a.
- BOZHOVICH, Lidia I. Developmental phases of personality formation in childhood (II). *Journal of Russian & East European Psychology*, v. 42, n. 4, p. 55–70, 2004b.
- BOZHOVICH, Lidia I. Developmental Phases of Personality Formation in Childhood (III). *Journal of Russian & East European Psychology*, v. 42, n. 4, p. 71–88, 2004c.
- BOZHOVICH, Lidia I.; BLAGONADIEZHINA, V. L. Estudio de las motivaciones de la conducta de los niños y adolescentes. 1. ed. La Habana: Pueblo y Educación, 1977.
- BOZHOVICH, Lídia. I., The Concept of the Cultural-Historical Development of the Mind and its Prospects, *Soviet Psychology*, v. 16, n. 1, 1977, pp. 5-22. Tradução: Patrícia Manczak.
- BOZHOVICH, Lydia; Tradutora Marília Daefiol Herrero. A situação social do desenvolvimento infantil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 612-638, 1 maio 2023. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v15i1.5418> .
- CAMPOS, Felipe Oliveira. **Rap, Cultura e Política: batalha da matrix e a estética da superação empreendedora**. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec, 2020.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-98482008000200003>.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21/22, p. 132-145, jun. 2009.
- CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CASTELO, Rodrigo. A VIOLÊNCIA COMO POTÊNCIA ECONÔMICA NA GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL. **Temporalis, [S. l.]**, v. 21, n. 42, p. 94–109, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, [1955]2020.
- CHAVES, Rosa Silvia Lopes; OLIVEIRA, Waldete Tristão de. “O Jefferson falou que o meu cabelo é feio, é ruim”: cabelo crespo e empoderamento de meninas negras na creche.

Zero-A-Seis, [S.L.], v. 20, n. 37, p. 170-192, 21 maio 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CLARK, Kenneth B.; CLARK, Mamie P. Emotional Factors in Racial Identification and Preference in Negro Children. **The Journal Of Negro Education**, Summer, v. 19, n. 3, p. 341, 1950. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2966491>.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de são paulo**. São Paulo: Dandara, 2022.

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014071545>.

DELARI JÚNIOR, Achilles. Sentidos do "drama" na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 02, p. 181-196, abr/jun. 2011.

DUBOIS, W.E.B.. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

DUKAT, L. Y.. Sobre la función de los ideales en la edad escolar y algunas particularidades. In: BOZHOVICH, Lúdia I.; BLAGONADIEZHINA, Liubov V.. **Psicología de la Personalidad del niño escolar** (Tomo 1).. Havana: Editora del Consejo Nacional de Universidades, 1965. p. 121-152.

EMICIDA: livre, emocional e selvagem | Entrevista completa. LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. 2018. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wk2TE2Yvjlk>. Acesso em: 21 nov. 2024.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FARIAS, Marcio e DAVID, Emiliano de Camargo. Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra. *Psicanálise e questões raciais*. *Correio Appoa*, v. 301/302, 2020.

FARIAS, Marcio. Uma esquerda marxista fora do lugar. **Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398-413, 6 fev. 2018. Biblioteca Central da UNB. http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v19i41.14946.

FARIAS, Marcio. **O Hércules Quasímodo da psicologia sócio-histórica: ontologia negativa, lutas políticas e dimensão subjetiva da realidade**. 2022. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: (no limiar de uma nova era), volume 2. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FIGUEIREDO, Marina Haber de. **Rap e Funk**: a busca por voz e visibilidade. 2016. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- FILGUEIRAS, Luiz. **Viagem às mutações do capitalismo brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/viagem-as-mutacoes-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, [1933]/2013.
- GARCIA, Jeferson. **Racismo, capital e emancipação humana**: bitas sire a questão negra na tradição comunista. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.
- GILROY, Paul. **Entre Campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora34, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, [1978]2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas américas**: resaurando os elos. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ufmg, 2003.
- HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante (Tradução de Liv Sovik em colaboração com Katia Santos). **Z Cultural – Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, n. 02, Ano VIII, 2015.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história de implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia**: na trama conjuntural. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

- KOFFKA, K.. **Fundamentos do desenvolvimento mental** (Osnovy psikhicheskogo razvitiia). Moscou, Leningrado: [N.I], 1934.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2014.
- LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Nobert. Introdução. In: LENIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 13-98.
- LENIN, Vladímír Ilitch. **Cadernos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÉNINE, Vladimir Ilitch. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas tomo I**. Lisboa: Progresso, 1977. p. 575-671. Obras Escolhidas em 3 tomos.
- LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOSURDO, Domenico. **A contra-história do liberalismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172. Orgs. Roberta Traspardini e João Pedro Stedile.
- MARK-DOUGALL, U. [W. McDougall]. **Principais problemas da psicologia social** (Osnovnye problemy sotsial'noi psikhologii). Moscou: [N.I], 1916.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 51-61, Junho, 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. **Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97-117, Dec. 2011.
- MARQUESE, Rafavel de Bivar. **Os tempos plurais da escravidão no Brasil**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Intermeios, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 37-198.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Salvador: Edufba, 2009.
- MEINHARDT, Giovani. Autoimagem de crianças negras e desenvolvimento infantil. **Revista Acadêmica Licencia&Acturas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 19-39, 24 ago. 2022. Instituto Superior de Educacao Ivoti. <http://dx.doi.org/10.55602/rlic.v10i1.209>.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**, São Paulo, v. 34, n.[s.i], p. 28-38, ago,out e nov, 1994.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. São Paulo: Dandara, 2021.
- MUDIMBE, Valentin-Yves . **A invenção da África**. São Paulo: Vozes, 2019.
- NEYMARK, M. S.. Orientación de la personalidad y afecto cle inadecuación en los adolescentes. In: BOZHOVICH, Lidia; BLAGONADEZHINA, Liubov. **Estudio de las motivaciones de la conducta de los niños y adolescentes**. Havana: Pueblo y Educación, 1977. p. 181-308.
- OLIVEIRA, Acauam. "Cores & Valores e os dilemas do Rap Brasileiro contemporâneo. In: VIEIRA, Daniela; SANTOS, Jaqueline Lima. **Racionais: entre o gatilho e a tempestade**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 256-282.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, 2010, v. 02, n. 26, p. 209-226, ago. 2010.
- OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro: pensamento descolonizador do caribe anglófono**. São Paulo: Dandara, 2024.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- Rádio Brasil Atual. **Entrevista Mano Brown na Hora do Rango**. 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1430019730401434. Acesso em: 11 out. 2023.

RATNER, Carl. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Rede Nossa São Paulo. **Mapa da desigualdade**. 2023. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2023/11/28/mapa-da-desigualdade-ganha-novo-formato-e-ago-traz-a-classificacao-dos-96-distritos-de-sao-paulo/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, [1972]/2022.

ROEDEL, Hiran. Do Mito de Cam ao Racismo Estrutural: Uma Pequena Contribuição ao Debate. **Projeto AFRO-PORT: Afrodescendência em Portugal** [FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017]. Lisboa. No.02. Julho. 2020. 01-19. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/afroport/artigos/>.

ROSA, Waldemir. Notas pessoais de um aprendiz sobre a intelectualidade afro-periférica insurgente e masculinidades. In: VIEIRA, Daniela; SANTOS, Jaqueline Lima. **Racionais: entre o gatilho e a tempestade**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 82-105.

SAID, Edward W.. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALINAS, André Perussi. **O conceito de personalidade em Lidia I. Bozhovich: contribuições para a psicologia histórico-cultural**. 2023. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/243384>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SANTANA, José Valdir Jesus de; DIAS, Joanne Oliveira; PEREIRA, Reginaldo Santos; CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza. “EU TENHO VERGONHA EM DIZER QUE SOU NEGRA, NINGUÉM GOSTA, NÉ”? AS CRIANÇAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ITAPETINGA-BA. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristovão, v. 12, n. 28, p. 323-346, 1 jan. 2019.

SAVOŃKO, E.I.. Características de la correlación entre la orientación de la conducta por la autovaloración o por la valoración de los demás, según las edades. In: BOZHOVICH, Lidia I.; BLAGONADIEZHINA, Liubov V.. **Estudio de las motivaciones de la conducta de los niños y adolescentes**. Havana: Pueblo y Educación, 1977. p. 56-98.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHES, Flávia Fernandes de. Consumo e felicidade na contemporaneidade. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 187, n. , p. 71-82, dez. 2016.

- SOARES, Reinaldo da Silva. **Negros de classe média em São Paulo**: estilo de vida e identidade negra. 2004. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec, 2020.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, [1983]2021.
- THEM. EUA: Amazon Prime, 2021. streaming. Série 1ª temporada.
- TOASSA, Gisele; ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; DE SOUZA, Marilene Proença Rebello. DA DITADURA MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO: CAMINHOS DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO BRASILEIRAS (ANOS 1970 A 1990): . **Professare**, v. 11, n. 3, p. e3074-e3074, 2022.
- TOMICH, Dale. Wayne. **Pelo Prisma da Escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 201.
- TSE-TUNG, Mao. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, [1937]/1999.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Psicologia Pedagógica** (Pedagogicheskaja psikhologija) . Moscou: [N.I.], 1926.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A Tragédia de Hamlet**: príncipe da Dinamarca. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- VIGOTSKI, Lev S.. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 21, n. 71, p. 21-44, jul. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302000000200002>.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução de: Paulo Bezerra.
- VIGOTSKI, Lev S.. Quinta aula: leis gerais do desenvolvimento psicológico da criança. In: PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. **Sete aulas de L.S. Vigotski**: sobre os fundamentos da pedologia. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. p. 92-108.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores**. São Paulo: Martins, 2021a.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. O desenvolvimento cultural da criança. In: PRESTES, Zoia (org.). **Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L.s. vigotski**. São Paulo: Expressão Popular, 2021b. p. 75-102. Tradução de Zoia Prestes.

- VIGOTSKI, Lev Semionovich. Acerca da questão da dinâmica do caráter infantil. In: VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Problemas da Defectologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2021c. p. 87-110. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabetch Tunes.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. Defeito e supercompensação. In: VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Problemas da Defectologia**: volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2021d. p. 51-86. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabetch Tunes.
- VON HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, [1944]/1990.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. El problema de la edad. In: VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Machado Libros, 2012a. p. 377-387.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. la crisis de los siete años. In: VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Machado Libros, 2012b. p. 275-319.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. El problema de la edad. In: VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Machado Libros, 2012c. p. 251-247.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, [1944]2020.
- X, Malcolm. O terror da "gangue de ódio" do Harlem. In: X, Malcolm. **Há uma revolução mundial em andamento**: discursos de malcolm x. São Paulo: Lavra Palavra, 2020. p. 17-24.